



Revista da Academia Lagartense de Letras



Lagarto - Sergipe n. 17/ v. 1 - Out. 2025

Dossiê Parafusos

ISSN 2594-5378



Número 17 - v. 1

Dossiê Parafusos

(Edição eletrônica— ISSN 2594-5378)

Instalada no dia 19 de abril de 2013, a Academia Lagartense de Letras reúne intelectuais e agentes culturais de diversas áreas, com importantes ações desenvolvidas na sociedade e inúmeros trabalhos publicados. Ao longo de sua existência, vem se pautando pela defesa da língua nacional e do patrimônio cultural local, representado que é por sua tradicional História, cujas primeiras notícias remontam ao século XVI. Criada para ser instrumento de divulgação da produção lítero-cultural e científica de seus membros, a Revista da Academia Lagartense de Letras também receberá trabalhos da comunidade, incluindo a escolar, com vistas a manter uma estreita relação de interlocução com os sujeitos produtores e gestores de saber, arte e cultura.

Lagarto—Sergipe

2025

© 2025 Revista da Academia Lagartense de Letras

Editor Chefe

Paulo Andrade Prata.

Editores Gerentes:

Claudefranklin Monteiro Santos
Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Conselho Editorial:

Aglaé d'Ávila Fontes
Beatriz Góis Dantas
Deijaniro Jonas Filho
José Carvalho de Souza, Mons
Maria do Carmo Oliveira da Fonseca
Noeme da Silva Dias
Paulo Sérgio Oliveira Nunes
Rodrigo Freire de Amorim
Rosalvo Andrade Nogueira

Conselho de Pesquisa, Revisão e Normas Técnicas

Anselmo Vital de Oliveira
Assuero Cardoso Barbosa
César de Oliveira Santos
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Josefa Suely Rodrigues Prata
José Uesele Oliveira Nascimento
Rusel Marcos Batista Barroso

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Milton Araújo Moura (UFBA).
Prof. Dr. Severino Vicente da Silva (UFPE).
Prof. Dr. José Milton Barbosa (UFS)

Jornalistas Responsáveis

Débora Barreto

Apoio Técnico:

José Carlos Nascimento Júnior
Raildes Fontes

REVISTA DA ACADEMIA LAGARTENSE DE LETRAS

NÚMERO 17

VOLUME 01

Dossiê Parafusos

(Edição Eletrônica)

Lagarto-Sergipe
205

Imagem da capa:

Marco da Gente Sergipana

(acervo Governo de Sergipe)

A168r

Academia Lagartense de Letras.
Revista da Academia Lagartense de Letras. / Academia Lagartense
de Letras. Parafusos.
- Lagarto: [s.n.], v.1.n.17, 2025.

216 p.
Semestral.
ISSN: 2594-5378

1. História-Memória -Cultura

2. Literatura-Arte

3.Publicação periódica – Revista Acadêmica-Lagarto/SE

I - Título

CDU: 050:94:008 (813.7)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária: Jane Guimarães Vasconcelos Santos CRB-5/975

Academia Lagartense de Letras

Cadeira 1 (Sílvio Romero)

Rusel Marcos Batista Barroso

Cadeira 2 (Laudelino Freire)

Assuero Cardoso Barbosa

Cadeira 3 (Aníbal Freire)

Joaquim Prata Souza (Fundador)

Rodrigo Freire de Amorim

Cadeira 4 (Ranulfo Hora Prata)

Anselmo Vital de Oliveira

Cadeira 5 (Enock Santiago)

Deijaniro Jonas Filho

Cadeira 6 (Abelardo Romero Dantas)

Claudefranklin Monteiro Santos

Cadeira 7 (Luiz Antônio Barreto)

Emerson da Silva Carvalho (Fundador)

Vaga

Cadeira 8 (Joel Silveira)

Euler Tavares Ferreira (Fundador)

Vaga

Cadeira 9 (Vicente Francisco de Jesus, Con.)

Mario Rino Sivieri, Dom. (Fundador)

Vaga

Cadeira 10 (João B. de Carvalho Daltro, Mons.)

José Carvalho de Souza, Mons.

Cadeira 11 (José Martins Fontes)

Taysa Mércia Santos Souza Damaceno

Cadeira 12 (José Vicente de Carvalho)

Maria Angélica Amorim Correia

Cadeira 13 (José Nogueira Fontes)

Rosalvo Andrade Nogueira

Cadeira 14 (Adalberto Fonseca)

Beatriz Góis Dantas

Cadeira 15 (José Cláudio Monteiro Santos)

Paulo Andrade Prata

Cadeira 16 (José Antônio da Costa)

Agláé d'Ávila Fontes

Cadeira 17 (Onofre Silva Santos)

Euclides Oliveira Santos (Fundador)

Vaga

Cadeira 18 (Armando Hora de Mesquita)

Noeme da Silva Dias

Cadeira 19 (Teodoreto Arcanjo do Nascimento)

Antônio José Monteiro Rocha (Fundador)

Vaga

Cadeira 20 (Joaquim Prata Souza)

Paulo Sérgio Oliveira Nunes

Cadeira 21 (João Almeida Rocha)

Maria do Carmo Oliveira da Fonseca

Cadeira 22 (Themístocles Emílio de Carvalho)

Alessandro Santos Monteiro

Cadeira 23 (Joviniano Ramos Romero)

José Uesele Oliveira Nascimento

Cadeira 24 (Nilo Romero)

Josefa Suely Rodrigues Prata

Cadeira 25 (José Machado dos Santos)

César de Oliveira Santos

APRESENTAÇÃO

No início desta apresentação, notificamos e fazemos memória do falecimento de mais um dos nossos. Refiro-me ao acadêmico, o jornalista **Euler Ferreira**, fundador da cadeira de número 8, cujo patrono é o também jornalista Joel Silveira. Euler faleceu no último dia 16 de agosto. Seu corpo foi sepultado em Lagarto, como era de seu desejo. Na oportunidade, o nosso confrade Rusel Barroso lhe dedicou um belíssimo texto, que segue devidamente registrado no número 17 da Revista da Academia Lagartense.

Nessa edição, o grupo **Parafuso** é o tema de nosso dossiê, aqui representado pelo texto de autoria de André Barbosa de Santana e Catarina Costa dos Santos Alexandria. Até o fechamento desta edição, ficamos sabendo da tramitação e aprovação, pela Comissão de Educação do Senado Federal, do Projeto de Lei 3259/2024, de autoria do senador Rogério Carvalho, que tem como finalidade o reconhecimento da dança centenária como uma manifestação da cultura nacional.

Recheada de ensaios e artigos sobre diversos assuntos, a Revista da ALL segue chamando a atenção, sobretudo, de jovens acadêmicos e agentes culturais, afora de nome já conhecidos e consagrados, a exemplo dos escritores da Academia Sergipana de Letras, Antônio Porfírio, Jane Guimarães e também do historiador e professor Magno Francisco.

Entre os temas relacionados à cultura lagartense, destaque para os textos sobre a Silibrina, Valmir Monteiro e o Patrimônio Cultural Lagartense, a influência da cultura africana na formação cultural de Lagarto e uma análise da literatura de Ranulfo Prata.

Entre os outros municípios, textos sobre São Cristóvão e São Domingos. Afora, temas relacionados à educação, à história, à cultura e as artes de um modo geral.

Na seção de poemas, textos de autoria de Jane Guimarães e de Mariana Assunção.

No que se refere ao Grupo Escolar Sívio Romero, a Academia Lagartense de Letras segue na expectativa de sua cessão ao nosso Sodalício. Por ora, fora dos nossos planos iniciais, funciona o gabinete da Prefeitura Municipal de Lagarto e algumas secretarias da atual gestão, o que tem inviabilizado não somente a nossa presença no espaço, como também o seu uso adequado para as demandas de ordem artística e cultural.

Que nosso confrade Euler Ferreira possa interceder por nós no Céu, gozando de sua merecida imortalidade.

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

SUMÁRIO

DOSSIÊ – PARAFUSOS	13
RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA DO GRUPO PARAFUSOS.....	15
<i>André Barbosa de Santana e Catarina Costa dos Santos Alexandria</i>	
HOMENAGEM POSTUMA	23
EULER FERREIRA.....	25
<i>Rusel Barroso</i>	
ENSAIOS	29
VILFREDO PARETO - TEORIAS E CONCEITOS	31
<i>Antônio Porfírio de Matos Neto</i>	
BOB CUSPE PELO FIM DA DITADURA MILITAR.....	37
<i>Jonatas Silva Santos</i>	
VALMIR MONTEIRO E A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL LAGARTENSE.....	45
<i>Paulo Henrique Dias de Souza</i>	
ARTIGOS	51
CONSTRUÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DE UMA IDENTIDADE NA SILIBRINA DE LAGARTO-SE	53
<i>Andreza Giovana Santos Nascimento</i>	
YOUTUBE COMO EXTENSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ABERTA.....	83
<i>Cassiano Campos de Moraes e Felipe Jovino dos Santos</i>	
DE ENCRUZILHADA A MUNICÍPIO - A ORIGEM, O CRESCIMENTO E A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS-SE	95
<i>Giclecio de Sousa de Jesus</i>	
MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE ORIGEM AFRICANA EM LAGARTO/SERGIPE	119
<i>José Canoa dos Santos, Maitê de Lima Vieira e André Barbosa de Santana</i>	
SUBIR COM JESUS, AO MONTE É PRECISO: SÃO CRISTÓVÃO, CIDADE MÃE, SANTA E PRIMAZ	131
<i>Magno Francisco de Jesus Santos</i>	
O JORNAL CORREIO SERGIPENSE E A FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA EM TORNO DA VISITA DO IMPERADOR DOM PEDRO II A SERGIPE EM 1860	163
<i>Matheus Honorato da Silva Santos</i>	
ENTRE SÃO PAULO E SERGIPE: A DUPLA RELEITURA DE RANULFO PRATA	189
<i>Raul Teixeira Ferreira</i>	

POEMAS	209
A ARTE DA LITERATURA NOS ESTUDOS PELA PAZ.....	211
<i>Jane Guimarães Vasconcelos Santos</i>	
PACIÊNCIA.....	213
<i>Mariana Assunção Ralim Santos</i>	

DOSSIÊ

Parafusos



Fotografia de Eder Santana (in memoriam) - falecido no dia 12 de maio de 2023

Fonte: Acervo Familiar

RESISTÊNCIA E RESILIÊNCIA DO GRUPO FOLCLÓRICO PARAFUSOS

ANDRÉ BARBOSA DE SANTANA¹

CATARINA COSTA DOS SANTOS DE ALEXANDRIA²

RESUMO

Este artigo explora a resistência e resiliência do grupo folclórico Parafusos, surgido durante o período da escravidão no Brasil, na cidade de Lagarto, Sergipe. A manifestação cultural é um exemplo da luta contra a opressão e da busca por identidade, simbolizando a criatividade e a força dos negros escravizados. Os consistentes rituais de roubo das anáguas nas noites de lua cheia e a pintura de barro branco no rosto, exemplificam a busca pela liberdade que culminou, após a abolição, em celebrações de emancipação e reconhecimento cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Folclore, resistência, Parafusos, escravidão, Lagarto, cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

This article explores the resistance and resilience of the Parafusos folklore group, which emerged during the period of slavery in Brazil, in the city of Lagarto, Sergipe. This cultural manifestation exemplifies the struggle against oppression and the search for identity, symbolizing the creativity and strength of enslaved Black people. The consistent rituals of stealing petticoats on full-moon nights and painting their faces with white clay exemplify the quest for freedom that culminated, after abolition, in celebrations of emancipation and cultural recognition.

KEYWORDS: Folklore, resistance, Parafusos, slavery, Lagarto, Afro-Brazilian culture.

¹Professor da Rede Pública Municipal de Lagarto, Doutorando em Educação (FISC), Mestre em Culturas Populares (PPGCULT/UFS), pós-graduado em Culturas Populares e Tradicionais (URCA), pós-graduado em Educação Quilombola (FAVENI), pós-graduado em Ensino da Língua Portuguesa (FINOM) e em Educação de Jovens e Adultos (UCAM) e graduado em Licenciatura em Letras (UVA), Licenciatura em Pedagogia (Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz) e em Licenciatura em Artes Visuais (FAVENI).

² Professora da Rede Pública Municipal e Rede Particular de Lagarto, Graduada em História (UFS), Bacharel em Direito (AGES), Pós-graduação em História da África (FHA) e Direito Penal (EBRADI) e Presidente do Conselho Municipal de Turismo).

INTRODUÇÃO

“Quem quiser ver o bonito, saia fora e venha ver, venha ver os Parafusos a torcer e destorcer.”

O Brasil, ao longo de sua história, tem sido palco de diversas formas de resistência cultural, especialmente entre os grupos afro-brasileiros que enfrentaram séculos de opressão e discriminação. O grupo folclórico Parafusos emerge como um ponto alto dessa resistência, refletindo as práticas e tradições criadas pelos negros escravizados em Lagarto no estado de Sergipe. Durante a escravidão, práticas como furtar anáguas das sinhazinhas, pintando os rostos com barro e fazendo sons de fantasmas, transitaram na expressão de luta e escapismo para uma forma de celebração cultural. Este estudo examina a origem, o significado e a evolução do grupo folclórico Parafusos, destacando seu papel na promoção da identidade cultural afro-brasileira.

Os Parafusos é um exemplo vibrante da resistência cultural afro-brasileira, manifestando-se especialmente a sua resiliência. A origem dessa expressão cultural está profundamente ligada ao contexto histórico da escravidão no Brasil, onde os negros enfrentaram severas limitações e brutalidades. Durante esse período, as noites de lua cheia se tornaram momentos de ritual, liberdade e criatividade.

Nas noites de lua cheia, os escravizados se reuniam para realizar um ritual que consistia em roubar anáguas das sinhazinhas. Esta ação não somente representava uma forma de brincadeira e escapismo, mas também simbolizava uma resistência ao sistema opressivo. O uso da anágua como fantasia, combinado com a pintura de rosto com barro, transformava-os em figuras fantasmagóricas, uma maneira de provocar medo e ressignificar a opressão em um ato de liberdade.

Os Parafusos surgiram em um contexto de extrema opressão social e econômica, onde os negros buscavam, através da criatividade, formas de resistir e afirmar sua identidade. Durante noites de lua cheia, eles se reuniam para realizar rituais que consistiam em roubar as anáguas das sinhazinhas, vestindo-se com essas roupas como uma forma de marcar sua presença e se transformar em espíritos e monstros, misturando realidade e fantasia. A pintura do rosto com barro tambaqui era um dos elementos distintivos, simbolizando a conexão com a terra e suas raízes ancestrais.

Conforme a folclorista ALENCAR (1998) o grupo folclórico Parafusos, tem peculiaridade que retrata sua história de resistência e resiliência na fuga para os quilombos:

Colocavam uma anágua grande e depois iam colocando outras menores, até que superpostas chegavam ao pescoço. Todo o corpo ficava coberto. Os babados se abriam com os movimentos dando uma forma curiosa aos negros que, para não serem reconhecidos, ainda pintavam o rosto de branco e, completando o disfarce, colocavam na cabeça um chapéu (ALENCAR, 1998, p. 194).

A resiliência dos Parafusos é evidente em como essa prática cultural foi preservada e adaptada após a abolição da escravidão com a Lei Áurea em 1888, os negros libertos voltaram a Lagarto para celebrar sua nova liberdade. O padre local, reconhecendo a importância da manifestação, batizou o grupo de Parafusos, um nome que denota os rodopios que eles davam como forma de resistência quanto resiliência, refletindo a luta e a superação do povo negro a abolição da escravidão.

FIGURA 1 – GRUPO FOLCLÓRICO PARAFUSOS EM OLÍMPIA/SP (2024)



FONTE: PHELIPHE MARTINS

A celebração o da liberdade trouxe à tona a necessidade de afirmar a identidade cultural e histórica dos afrodescendentes. O

acolhimento do padre local ao grupo, ao nomeá-los de Parafusos, ajudou a legitimar a manifestação, transformando-a em uma prática cultural reconhecida e celebrada pela comunidade.

O grupo Parafusos mantém a tradição viva por meio de danças, músicas e representações que resgatam essa história. A prática folclórica não é apenas uma forma de diversão, mas serve como uma poderosa ferramenta de afirmação da identidade cultural e da memória coletiva, ao mesmo tempo em que fornece um espaço seguro para a expressão artística e a valorização das raízes sociais.

Os Parafusos não são apenas um grupo folclórico; eles representam um patrimônio cultural importante. Seu legado e tradições oferecem uma valiosa conexão com a história dos afro-brasileiros e a luta por dignidade e reconhecimento. A dança e as músicas que compõem a prática dos Parafusos são uma forma de contar histórias ancestrais, passando adiante o conhecimento e as experiências de gerações anteriores.

FIGURA 2 – DESFILE CÍVICO-CULTURAL EM LAGARTO/SE (2022)



FONTE: GLEIDSON PRATA

O saudoso historiador Adalberto Fonseca, relata que o grupo folclórico parafuso é uma manifestação que remota as senzalas, escravizados em terras africanas e trazidos para o Brasil, os

escravizados buscaram várias formas de resistência e resiliência para obterem a liberdade em terras desconhecidas e reconstruir sua identidade. Para FONSECA, *“Os Parafusos é genuinamente lagartense”*. (pág. 221), que em 1962 na gestão do prefeito Antônio Martins de Menezes, o mesmo foi convidado para reorganizar e os grupos folclóricos de nossa cidade, Lagarto/SE, como atividade educacional e cívico-cultural.

As apresentações do grupo incorporam elementos de teatro, música e dança, criando um espaço em que se celebram não apenas a cultura, mas também a identidade e a memória coletiva do povo negro. Além disso, a prática serve como uma homenagem à resistência contra a escravidão e uma celebração da liberdade conquistada.

O saudoso folclorista, Mestre Gerson Silva (Gerson dos Santos Silva), que foi um dos brincantes do grupo folclórico Parafusos, depois se tornou referência e mestre do grupo, ficou à frente por vários anos, levando a nossa cultura popular por vários festivais tanto locais como interestaduais, fazendo da persistência de mostrar a resistência e resiliência do seu esforço de mantê-la viva não somente o grupo citado, também outros grupos centenários como as Taieiras, Samba de Coco, Reisado e as bandas de pífano e zabumba.

Com isso foi estabelecida em 21 de setembro de 1997 a Associação Folclórica de Lagarto (ASFLAG), com o objetivo de promover e legitimar as políticas públicas voltadas para a cultura popular. O saudoso mestre Gerson Silva, foi o responsável por sua fundação e sempre lutou de maneira incisiva por iniciativas que apoiassem as manifestações culturais populares, buscando dar voz e espaço à tradição.

Contudo no dia 13 de novembro de 2005, a ASFLAG convocou uma reunião extraordinária com seus associados para discussão e substituição do mestre Gerson Silva do cargo de presidente. Ele estava com dificuldades de locomoção em virtude da severa diabetes que o deixou acamado. Por unanimidade, Maria Ione do Nascimento foi aclamada como presidente, tendo como vice o jovem brincante Eder Cláudio Ferreira Santana.

Em um dia nublado de 5 de novembro de 2007, numa segunda-feira, como um pássaro num voo em busca do horizonte, nos deixou a maior enciclopédia das culturas populares de Lagarto/SE, Mestre Gerson. Nós, estudiosos que tínhamos uma aproximação especial com o mestre, sentimos profunda dor, sabendo que com ele estava indo uma parte do conhecimento dos saberes e fazeres populares lagartenses.

FIGURA 3 – FOTOGRAFIA CONFRONTE AO SANTUÁRIO MARIANO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE (2025)



Em 2000 o jovem brincante Eder Cláudio Santana, grande entusiasta da cultura popular, que acompanhava o mestre Gerson Silva na jornada de organizar as indumentárias, as cantigas, danças e nos

ensaios do grupo folclórico Parafusos, era o novo mestre preparado por seu antecessor para dar continuidade a resistência e força na trajetória do grupo. Sempre dotado de imersa alegria e determinação, Eder fez parte da trajetória da ASFLAG até 11 de maio de 2023, quando repentinamente nos deixou, ficando uma laguna gigantesca em nossa comunidade folclórica.

Para FRAGA, (2010), explora a relação entre o folclore e a capacidade de resistência de um povo como expressão da cultura popular, não é apenas um conjunto de tradições e manifestações culturais, mas também um mecanismo de defesa e afirmação identitária frente a pressões externas ou internas. Conforme FRAGA (2010):

Ao preservar e valorizar suas tradições, as comunidades constroem um senso de pertencimento e fortalecem sua capacidade de lidar com as mudanças e desafios do mundo contemporâneo. (p. 81).

Hoje, a tradição dos Parafusos continua a ter um impacto profundo na comunidade de Lagarto e além Sergipe, representa um símbolo de luta e orgulho para os descendentes de africanos no Brasil. O grupo atrai atenção não apenas em eventos locais, mas também em festivais e encontros culturais como o Festival Nacional do Folclore em Olímpia/SP, Festival Internacional de Nova Petrópolis/RS, Festival de Folclore de Quinta do Sol/PR, Festival de Cultura de Passa e Fica/RN, Encontro Cultural de Laranjeiras/SE, Encontro Cultural de Lagarto/SE entre outros encontros e festivais onde é possível ver o fortalecimento da identidade negra e a luta contra a discriminação.

Com base nos esforços de preservação cultural, o Parafusos tem sido reconhecido em estudos acadêmicos e na mídia, aumentando a conscientização sobre a rica herança cultural afro-brasileira. Além disso, o grupo continua a inspirar novas gerações a se envolverem com suas raízes, contribuindo para a valorização da diversidade cultural no Brasil.

CONCLUSÃO

A história do grupo folclórico Parafusos é um poderoso testemunho da capacidade humana de resistir e criar, mesmo nas circunstâncias mais adversas. Através de suas práticas e rituais, eles moldaram e mantiveram viva uma cultura que não apenas resiste ao tempo, mas também serve como uma fonte de inspiração e identidade para muitas pessoas até os dias atuais.

O grupo folclórico Parafusos representa não apenas uma manifestação cultural, mas também uma marca indelével da resistência e da resiliência dos afro-brasileiros diante da opressão. Sua história, que remonta aos tempos da escravidão em Lagarto, destaca a importância de preservar e celebrar as tradições que moldaram a identidade cultural do Brasil. Através de seus rituais e apresentações, os Parafusos reafirmam sua luta por reconhecimento e liberdade, continuando a inspirar novas gerações a valorizar suas raízes e história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. Danças e Folguedos: Iniciação ao folclore sergipano. Aracaju – Secretaria de Estado da Educação do Desporto e Lazer. 1998.

ALMEIDA, R. (2018). "História do Folclore Brasileiro." Editora Cultura Popular.

FRAGA, H. (2010). "Folclore e Resistência Cultural." Editora do Brasil.

FONSECA, Adalberto. (2002). "História de Lagarto." GOVERNO DE SERGIPE.

SILVA, J. M. (2015). "Identidade e Cultura Afro-Brasileira." Revista de Estudos Afro-Brasileiros, v. 8, n. 2.

PEREIRA, L. (2020). "Ritmos e Rituais: A Cultura do Grupo Parafusos." Tese de doutorado, Universidade Federal de Sergipe.

HOMENAGEM PÓSTUMA



Euler, meu amigo, como eu gostaria de estar com a voz firme para melhor falar de você, de sua belíssima trajetória de vida, de suas amizades, do carinho de sua família, de tantas coisas que compartilhamos não só na Academia, mas especialmente em nossa terra berço.

A pedido do Dr. Paulo Prata, a quem honrosamente represento como presidente da Academia Lagartense de Letras, agradeço aos confrades e congreiras do nosso sodalício pela presença.

Querido Euler, falar de você diante de tantas pessoas que o admiram, não é tarefa fácil, sobretudo num momento tão delicado em que nos despedimos do amado confrade, conterrâneo e, acima de tudo, amigo.

Euler Tavares Ferreira era membro fundador da Academia Lagartense de Letras, da qual se tornou vice-presidente. Ocupava a Cadeira nº 8, cujo patrono é o ilustre jornalista Joel Magno Ribeiro da Silveira.

Suas contribuições à imprensa, iniciadas em Lagarto, certamente acenderam a chama da comunicação nesse grande jornalista, quando também passou a escrever para os jornais da capital, ocupação que precisou dividir com os afazeres bancários após aprovação para o Banco do Brasil. Mais tarde, obteve a concessão para trabalhar na Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, logo cedido ao Governo do nosso Estado. Por duas décadas, trabalhou na TV Sergipe como repórter, comentarista político e apresentador do

programa Bom Dia Sergipe, quando ficou conhecido por todo o estado. Foi diretor de imprensa da Assembleia Legislativa, durante 15 anos. Diretor de jornalismo da TV Cidade e de Imprensa do Tribunal de Justiça do Estado; apresentador do Sergipe Justiça pela TV de Brasília e do telejornal Conexão Aperipê dessa emissora, em Aracaju.

Sua história nos deixa o exemplo de que vale a pena exercer uma profissão com dedicação, tenacidade e amor.

Entre as inúmeras honrarias recebidas, destacamos:

- Medalha do Mérito Jornalístico Mons. Silveira, pela Associação Sergipana de Imprensa.

- Diploma por atuação na Imprensa Sergipana, pela Assembleia Legislativa.

- Medalha Tiradentes, pela UNIT – Universidade Tiradentes.

Aqui, apenas fazendo um breve delinear de suas imprescindíveis contribuições aos meios de comunicação de Sergipe e do Brasil, que deixam um grande legado que enobrece a nossa terra e que almejamos sejam perpetuadas pelas próximas gerações.

Com a reativação do Memorial Lagarto On-line, teremos a honra de publicar e imortalizar, com o aval de seus familiares e participação de outros segmentos, todas as suas crônicas, no 3º livro: ECOS DE LAGARTO E DE SUA GENTE a partir das Histórias de Euler Tavares Ferreira.

Agora, peço vênia aos conterrâneos e amigos para me dirigir a Euler, homem do coração de menino. Aquele que me contava histórias da Rua do Visconde, hoje Cel. Souza Freire, onde viveu prazerosamente com seus irmãos, aqui lembrados na pessoa de Dona Edla, sua querida irmã.

Meu caro Euler, estamos muito tristes, mas o céu, certamente, em festa, pois lá se encontram outros amigos felizes em recebê-lo: Leléu para cantar as boas-vindas ao velho amigo de infância; Mons. Jason e Dom Mário para repreendê-lo, logo na chegada, pelo atraso; Maninho de Zilá com sua Rolleiflex em punho pronto para os primeiros registros fotográficos; Joaquim Prata para lhe contar o próximo capítulo do interminável “Cacimbas” e relembrar o quanto aprontaram na casa de Dona Pratinha; Euclides com seu sorriso largo para abraçá-lo com a sua inesquecível professora Hulda; Emerson para falar dos bons tempos vividos no solar dos Carvalhos da Praça da Piedade, sem esquecer de José Ribeiro, seu velho colega do Laudelino, com quem chorou saudades de Lagarto, ouvindo, repetidas vezes, em Aracaju, na Praça da Catedral,

numa pequena vitrola, “Os verdes campos de minha terra”, que dizia mais ou menos assim:

“Se algum dia à minha terra eu voltar, quero encontrar as mesmas coisas que deixei. Quando o trem parar na estação, eu sentirei no coração a alegria de chegar. De rever a terra em que nasci, E correr como em criança, nos verdes campos do lugar”.

Isso, meus amigos, transportou-me ao momento em que recebi o convite do querido Euler e de sua amada Cristina para conhecer o espaço onde começavam a construir sua casa para retornarem a Lagarto. Ainda me lembro do brilho no olhar do amigo, por estar de volta à sua terra.

Ele, que dizia:

Até hoje, todos os dias, ao cair da tarde, fecho os olhos e me transporto para Lagarto. No cruzamento das ruas da Glória com Lupicínio Barros, revejo minha gente, reencontro-me com minha cidade. Com um pouco de esforço, no exato momento em que, de algum canto, chegam-me os acordes da Ave-Maria, ainda percebo bem nítida a imagem de Nelson Ferreira fechando a porta central da agência dos Correios. É um momento só meu e da terra que me viu nascer. Impossível não achar Lagarto o melhor lugar do mundo.

Contudo meu caro Euler, os planos de Deus não são os nossos, mas conforta-nos ver você de volta à nossa terra e, desta vez, em definitivo, para ficar junto aos seus amados pais: Dona Araci e Sr. Nelson Ferreira, bem como de seus entes mais queridos.

Guardarei comigo a afabilidade com que falava de seus colegas do admirável Ginásio Laudelino Freire, a exemplo de Paulo Sérgio, Maria do Carmo, Noeme Dias... Amigos que hoje se despedem de você com o coração apertado, ladeados pelos confrades que aqui se encontram: Claudefranklin, Taysa, Suely, Anselmo, Angélica e Rodrigo, que comigo deixam uma lágrima de saudade nesta despedida.

Por fim, jamais me esquecerei do carinho com que falava de suas lindas filhas Karla, Aracy, Grace, Yoana, Nayana e Jéssica, bem como do orgulho que nutria por ser um Ferreira.

Encerro com um pensamento do poeta **Fernando Pessoa**, ao dizer:

“O valor das coisas não está no tempo que duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Você, meu caro Euler, será sempre uma delas!

Rusel Barroso

Lagarto-SE 18 de agosto de 2025
(Velatório da OSAF)

P.S: No cemitério, o confrade Claudefranklin e a congreira Taysa Mércia também se pronunciaram com belos depoimentos.

Claudefranklin lembrando a admirável contribuição do saudoso confrade Euler Ferreira para imprensa escrita, com belas crônicas e tiradas inesquecíveis no Jornal “O Lagarto” e do incentivo dado por Euler à candidatura de seu irmão Cláudio Monteiro, que viria suceder seu saudoso pai José Monteiro, quando obteve êxito para Câmara Municipal, o que o motivou a se dirigir, de modo particular, à família do saudoso confrade Euler, manifestando sua gratidão.

Taysa Mércia, por sua vez, fez menção ao jornalismo ético, irreverente e responsável. E trouxe à lembrança um pensamento de Camões, ao dizer “que existem pessoas que se libertam da lei da morte pelas obras valorosas que deixam”. E seguiu dizendo que Euler deixou um legado de representação parcial, a representação da informação com independência na hora de informar, nada camuflado, nada salteado. Antes de tudo jornalista, antes de tudo ético e, mais que tudo, pela palavra. Euler que deixava claro seu sentimento por nossa terra.

ENSAIOS

VILFREDO PARETO - TEORIAS E CONCEITOS

Antônio Porfírio de Matos Neto¹

Vilfredo Pareto nasceu em 1848, em Paris, e veio a falecer em 1923, em Genebra. Foi um sociólogo, teórico político e economista italiano. Elaborou a teoria das elites dominantes e a teoria de que o comportamento político é essencialmente irracional.

Pareto era filho de um aristocrata italiano que tinha ido para exílio político na França. Em 1867 a família volta para a Itália. Graduou-se em Matemática e Física, em 1867, e em Engenharia, em 1870, no Instituto Politécnico de Turim. Trabalhou como Engenheiro em grandes empresas, chegando a diretor de uma companhia ferroviária italiana. Em 1874 é nomeado diretor de uma siderúrgica em Florença. Nessa época, dedicou-se ao estudo da Sociologia, Economia, Filosofia e Política.

A formação de base do sociólogo e economista Vilfredo Pareto foi na área da engenharia, cujos estudos sempre preservou. Ficou conhecido como o fundador da aplicação da matemática à análise econômica. Como economista, a sua notoriedade deve-se em grande medida à introdução do instrumento analítico das "curvas de indiferença", disseminado partir dos anos 30.

Em sua primeira obra, Curso de Economia Política (1896-1897, Pareto formulou sua polêmica lei da distribuição de renda e, por meio de complicada fórmula matemática, demonstrou que a distribuição de renda e riqueza na sociedade não é aleatória e segue padrão invariável no curso da evolução histórica em todas as sociedades. Na obra Manual de Economia Política, de 1906, sua obra mais importante, analisou a natureza e os objetos da teoria nas ciências sociais, desenvolveu a teoria geral do equilíbrio econômico e discutiu os três fatores de produção (capital, trabalho e recursos naturais).

¹Graduação em Ciências Jurídicas, Economia, Filosofia, Administração e Ciência Política, Pós-Graduação em Gestão Municipal, Mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e Doutorando em Filosofia pela PUC-SP, Membro da Academia Sergipana de Letras e Membro da Academia de Letras de Aracaju- Email: antonioporfirio56@gmail

No mesmo ano da publicação do Manual, Pareto abandonou a universidade e dedicou-se à sociologia. Escreveu, então, o Tratado de Sociologia Geral, 1916, na qual investiga a natureza e as bases da ação social e individual. Para o autor, qualquer sociedade humana é sempre um sistema em equilíbrio, pois em seu interior atuam forças para preservar a harmonia e promover ajustes sempre que ocorrem pressões externas.

Pareto definiu a sociedade como um sistema dinâmico, cuja evolução resultaria da alternância do poder das elites, base de seu conceito de "circulação de elites". Segundo o sociólogo, o fenômeno da formação, do desenvolvimento e da decadência das elites no âmbito mais vasto da organização social global, distingue-se das elites governamentais das elites não governamentais. A hegemonia que uma minoria alcança no seio do seu próprio grupo, camada ou classe social, ou ainda sobre o conjunto dos outros grupos, camadas ou classes sociais, constitui o fato social e sociológico das elites. A supremacia adquirida por uma minoria qualquer resulta de uma circulação das elites, ou seja, de um movimento que projeta para frente os elementos mais válidos e que desqualifica ou desclassifica os outros.

Ainda para Pareto, a superioridade de uns sobre os outros é um dado da Natureza, mesmo quando alicerçada no poder econômico e político e por ele justificada. A superioridade manifesta-se, aliás, nas mais variadas atividades e, deste ponto de vista, existem elites de santos como existem elites de bandidos, elites desportivas e elites eróticas, sabendo-se que a Sociologia não pode avaliar os seus objetos de estudo segundo as categorias do bem e do mal.

Vilfredo Pareto⁸ expressa que os interesses impulsionam os indivíduos a se apropriar dos bens úteis, ou agradáveis para a vida, assim como procurar a consideração e a honra. Os interesses estão na base da circulação das elites e esta, por sua vez, é que move a história das sociedades pela mudança que provoca no poder, e não a luta de classes. Elas são também fundamentais para os processos de mobilidade social que equilibram a alternância de poder nas sociedades hierarquizadas.

É um fato evidente que toda a sociedade se divide entre uma elite e as massas. É sabido também que, por natureza, as elites são mais inovadoras, mais céticas, mais lógicas e racionais, e que as massas são mais conservadoras, mais crédulas, mais emotivas e sentimentais. No entanto, a circulação dos indivíduos, passando das camadas inferiores para as superiores e vice-versa, é imprescindível, não só para permitir

que o raciocínio e os sentimentos se estabilizem (embora de forma desproporcional) no interior de cada classe social, mas também para alcançar um equilíbrio a nível geral na sociedade.

Vilfredo Pareto, no estudo das elites, mostrou-se como um profeta do mundo de agora. Seu pensamento é tão verdadeiro como alarmante, principalmente quando estamos diante da realidade política do tempo presente. Ele conduziu a pensar que elite é a algo natural, que independe da vontade humana e está acima dela. E assim está se confirmando. A elite não se faz nem se adquire. É um dado.

Diz ainda que, por isso, o político é uma realidade independente da vontade da comunidade e, conseqüentemente, seu agir independe do crivo da comunidade. Ele não é escolhido, mas dado pela natureza e, assim, pode prescindir da comunidade. Como não está no poder, mas é poder, justifica-se a perpetuação do poder. Não há dúvidas que a Teoria das Elites se põe como uma maneira de explicar o fenômeno da perpetuação de um partido ou grupo no governo, que se imbuí da ideia de que é elite e, por isso decide permanecer no comando.

Em Pareto, de suma importância seu estudo sobre distribuição de renda. Através deste estudo, percebeu-se que a distribuição de riqueza não se dava de maneira uniforme, havendo grande concentração (80%) nas mãos de uma pequena parcela da população (20%). Também conhecida como a “Regra dos 80/20”, a Lei de Pareto diz que para cada fenômeno 80% das conseqüências vem de 20% das causas.

Pareto considerava que a distribuição da renda e da riqueza na sociedade humana tendia a se ajustar à lei que ele estabeleceu, independentemente da sua organização econômico-social. Ele verificou que a sua "curva das rendas" era semelhante para diferentes países e em diversos períodos. Esta suposição prega ainda que a maioria dos resultados em qualquer situação é determinada por um pequeno número de causas e este princípio é aplicado em estudos relativos à Economia, Produtividade, Política, Desenvolvimento e onde mais este “padrão” for observado.

É também de sua lavra o denominado Conceito de Eficiência, ou Ótimo de Pareto. O ótimo de Pareto é um estado em que os recursos estão alocados da forma mais eficiente possível. Qualquer realocação dos recursos para melhorar a situação de um indivíduo irá necessariamente piorar as condições de outro indivíduo. No entanto, ao ser eficiente não necessariamente é igualitário.

Esse conceito usa como pressuposto que um mercado em competição perfeita. E também onde os recursos são alocados da forma mais eficiente possível. Todos os envolvidos nesse mercado estariam vivendo da melhor forma possível. Ou usando um conceito econômico, todos teriam o maior excedente possível nesse mercado. Dessa forma, ao tentar mudar esse equilíbrio e beneficiar um agente desse mercado, necessariamente outro agente perderia seu excedente. Ou seja, seria prejudicado para o outro ser beneficiado.

Por exemplo, o excedente do consumidor é calculado pelo valor que ele está disposto a pagar por um produto menos o valor que ele de fato paga. Já o excedente do produtor é calculado pelo valor que ele recebe da venda menos o seu custo de produção. A soma do excedente do produtor e do consumidor é o excedente total da economia.

Teoricamente falando, se esse mercado ainda não chegou ao seu ótimo de Pareto, uma mudança de alocação dos recursos beneficia um agente econômico sem prejudicar nenhum outro agente. Ou seja, o crescimento nesse mercado está sendo bom para todos os envolvidos. A partir do momento em que esse mercado chega a um equilíbrio, o Equilíbrio de Pareto, já não é possível um agente crescer sem que outro agente desse mercado seja prejudicado.

Uma questão importante sobre o conceito de Equilíbrio de Pareto é que ele define o estado em que os recursos são usados de forma mais eficiente. Porém, não necessariamente igualitária ou com equidade. Em economia a eficiência do mercado é alcançada quando a alocação dos recursos maximiza o excedente total. Independente de como esse excedente está distribuído entre o produtor e o vendedor.

Dessa forma, o estado mais eficiente de um mercado não necessariamente é o estado em que há equidade entre os agentes. No entanto, políticas que tentem melhorar a condição de um agente não o farão sem prejudicar outro agente. E assim, tornar esse mercado menos eficiente. Por fim, o Ótimo de Pareto é um estado em que os recursos de um mercado estão alocados da forma mais eficiente possível. Uma mudança nesse equilíbrio para beneficiar um agente não é possível sem prejudicar outro.

REFERÊNCIAS

BARBER, William J. Uma história do pensamento econômico. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971

PARETO, Vilfredo. Manual de Economia Política. Trad. João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Col. Os Economistas.

STIGLER, George J. Análise Microeconômica: a teoria dos preços. ATLAS S/A, São Paulo, 1970.

BOB CUSPE PELO FIM DA DITADURA MILITAR¹

Jonatas Silva Santos²

Se fosse caracterizar o atual estado de coisas, eu diria que é o da pós-orgia. A orgia é o momento explosivo da modernidade, o da liberação em todos os domínios. Liberação política, liberação sexual, liberação das forças produtivas, liberação das forças destrutivas, liberação da mulher, da criança, das pulsações inconscientes, liberação da arte. (BAUDRILLARD, 1996, p. 9).

Ao adentrarmos em um mundo artístico em que a sua forma de se expressar é tão forte e única, devemos antes de tudo situá-la. Bob Cuspe, personagem do grande cartunista brasileiro Arnaldo Angeli Filho - ou só Angeli -, é certamente uma das figuras mais conhecidas e de maior renome na cena *underground* dos quadrinhos brasileiros. A partir de 1983 – quando Angeli começa a publicar na também histórica revista *Chiclete com Banana* -, nós temos as primeiras aparições do personagem. Desde sempre, com a intenção do autor bem escancarada: satirizar os *punks*. Entretanto, nossa missão não é refletir a respeito da vida do personagem ao longo do tempo, mas sim sobre sua linguagem, seu contexto e, em especial, a junção desses dois fatores — ou seja, o fato de Bob Cuspe ter sido criado em 1983, com essa linguagem específica —, e tentar refletir sobre o porquê desse sucesso quase imediato.

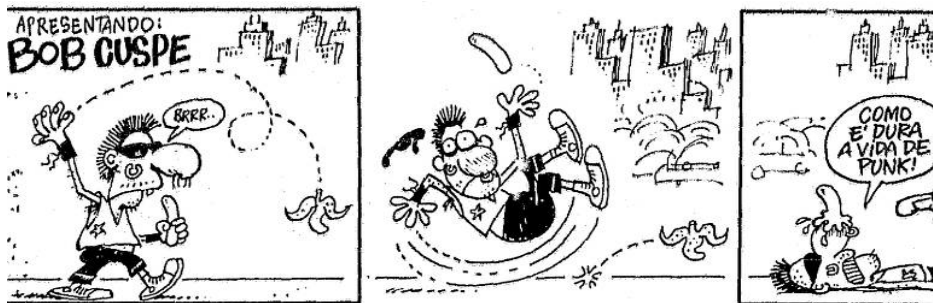
Afinal, quem são os *punks* que Angeli queria satirizar? O movimento punk no Brasil tem sua crescente bem depois do movimento punk britânico e americano – muito por conta dos tais valores que o regime civil-militar brasileiro imputava como sendo fundamentais -, mais precisamente no fim da década de 1970. Os tais discos importados já chegavam aos grandes centros comerciais do

¹ Inicialmente, o presente texto nasce enquanto uma tentativa de trazer determinadas reflexões dentro de um modelo de ensaio acadêmico. Tal texto, também nasce dentro do contexto de construção de um trabalho de conclusão de curso.

² Graduando(a) do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristovão, Sergipe, Brasil. E-mail: jonatasssilva17@gmail.com.

Brasil, portando a marca de bandas como Ramones, Sex Pistols, The Clash e entre outras, porém, só vão se fundamentar enquanto movimento realmente consolidado no início da década de 1980 – quando já se podia notar a presença de bandas nacionais como Cólera, Restos de Nada e Olho Seco. No Brasil, os punks não eram tão uniformes como nas terras anglo-saxônicas pioneiras nesse quesito, eles apresentavam diversas particularidades geradas pelo contexto brasileiro, como, por exemplo, as vestimentas; que eram bastante improvisadas. Outras particularidades como a língua – já que, no Brasil, o movimento foi quase que 100% underground, e periférico, periferias essas que nem todas as pessoas tinham acesso a um amplo conhecimento da língua inglesa e até mesmo condições de consumir o estilo musical de maneira direta através dos discos -, também influenciaram diretamente na composição do movimento punk nacional, além da forte relação com a censura sustentada pelo regime militar. Questões como essas, acabaram por construir – como dito anteriormente - um movimento não muito uniforme, tendo indivíduos que nem sequer tinham um conhecimento minimamente fundamentado de seus precursores, isso gerava até mesmo uma vasta variedade de estilos musicais reivindicadas pelos punks brasileiros.

Angeli, no auge da sua perspicácia não poderia deixar passar em branco tais indivíduos no mínimo contraditórios, tendo em vista que já havia feito sátiras a outros “estereótipos” típicos de uma realidade plenamente brasileira, como por exemplo, a tão icônica quanto Bob Cuspe, Rê Bordosa. Angeli muito se inspirava nesse caldo cultural periférico e improvisado que acabou por constituir a identidade do punk rock nacional. Veja um desses exemplares na prática: (ANGELI, 2022, p. 17).³



³ A charge foi publicada originalmente por Angeli em 23/04/1983 na revista *Chiclete com Banana* da *Folha de S. Paulo*. Foi republicada na compilação *Todo Bob Cuspe* (2. reimp., 2022, p. 17).

Em charges como essa, é notória a exploração dessa faceta do personagem, “como é dura a vida de punk!”. As roupas improvisadas, os alfinetes, o cabelo, os piercings são algumas dessas características que o personagem trazia consigo evidenciando a realidade daquele cenário.

Analisando esse processo de criação do personagem e observando também as suas principais inspirações reais, nós conseguimos entender em partes o porquê da linguagem que Angeli optou por utilizar, linguagem essa que também casava com estética dos quadrinhos undergrounds oitentistas, como os publicados pela americana *Mad Magazine* e a francesa *Charlie Hebdo*. Entretanto, não podemos perder de vista a realidade do contexto em que era publicado, ou seja, em meio a reabertura da liberdade de expressão que acontecia no início dos anos 1980 final dos anos 1970, momento em que o regime militar estava cada vez mais se aproximando de seu fim. Esse momento foi marcado pela volta com força do movimento estudantil – público esse que tinha mais afinidade com os chamados *Gibis* - para as ruas, e as fortes greves de 1979 e 1980 dos metalúrgicos do abc paulista. Esses grandes atos populares evidenciavam o lado que a classe trabalhadora brasileira estava naquele momento, estavam querendo que o poder passasse para as mãos dos civis⁴. É claro que as histórias em quadrinhos já teciam algumas críticas ao regime militar, e um dos principais exemplares disso é o renomado quadrinista Ziraldo Alves Pinto, mais conhecido como Ziraldo. Porém, a linguagem desses quadrinistas era bastante diferente da de Angeli na década de 1980, pois eles utilizavam símbolos e falas mais indiretas — havendo também aqueles que optavam por se adequar às exigências do regime.

Devemos tomar cuidado ao explicar sobre o surgimento do personagem, pois, não podemos cair numa interpretação simplista dessa gênese, por isso, temos que retornar ao conceito de “pós-orgia” – conceito do filósofo Jean Baudrillard, citação que abre esse ensaio – para que assim, possamos fazer de fato uma reflexão acerca da origem e sucesso quase que imediato do personagem.

A “orgia” para Baudrillard seria justamente o período da explosão libertária, em que a sociedade moderna acreditava poder transgredir todos os limites e realizar plenamente suas promessas:

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

emancipação política, sexualidade livre, experimentação artística radical, avanços tecnológicos e científicos capazes de romper tabus e fronteiras. Depois desse momento de orgia, o autor reflete sobre a falta de transgressões possíveis de serem efetivadas, ou seja, a falta de rompimentos nessas esferas como a artística – esfera essa que impacta diretamente na construção do nosso personagem. Algo que podemos considerar um problema é que Baudrillard escreveu isso em 1990, na França. Naquele período, eles estavam vivendo uma fase que ele chamava de “pós-orgia”. Isso significa que, pelo menos um tempo antes daquele momento, a orgia já tinha acontecido. Analisando o texto de Baudrillard, podemos observar que para ele, o momento da libertação para o ocidente de maneira quase que geral foram as décadas de 1960 e 1970 – momento em que o ocidente viveu uma explosão de processos de liberação em múltiplas esferas: sexual, política, cultural e social⁵ -, entretanto, esse período é o mesmo em que no Brasil, tínhamos uma barreira institucional que nos empurrava para dentro desses limites artísticos – especialmente, mas não somente – impostos pelos valores do regime. Durante esse mesmo período, no Brasil, essas experiências de ruptura e contestação cultural foram parciais, subterrâneas e censuradas durante os anos 1970, o que impacta diretamente no ponto de vista estético daquelas manifestações, já que, uma das grandes características do personagem de Angeli era a da extravagância estética – algo que certamente só se tornara possível num momento que não mais precisava fugir da censura.

(ANGELI, 2022, p. 38).



⁵ Os exemplos disso é a explosão do movimento feminista, os movimentos undergrounds – inclusive o movimento punk -, anticoloniais, a psicodelia, experimentações radicais nas artes, ruptura com normas familiares, religiosas e institucionais, revolução sexual, contracepção, contestação dos tabus morais e os mais variados movimentos contraculturais.

Sendo assim, poderíamos classificar o personagem Bob Cuspe como sendo um exemplar desse momento de “orgia” das expressões artísticas brasileiras? Ele surge efetivamente num momento de contracultura no Brasil? Analisar tais questões exige que analisemos também outras esferas artísticas, como por exemplo, a música – que como fora evidenciado anteriormente com o surgimento efetivo do movimento punk⁶ – e o cinema. Nesse mesmo período, o cinema brasileiro também passava por um processo de grande inventividade. Surgiram filmes de baixo orçamento e caráter marginal que exploravam questões sociais e urbanas de maneira direta ou satírica, utilizando do humor, do grotesco e linguagem inovadora para driblar as ainda existentes restrições políticas. Alguns desses exemplos são obras de cineastas como Hector Babenco (*Pixote*, 1981)⁷, Cacá Diegues (*Quilombo*, 1984)⁸ e Carlos Reichenbach (*Alma Corsária*, 1978)⁹ que exemplificam essa tendência de produção estética engajada, voltada para a realidade brasileira e suas tensões, sendo considerados uma intensificação do cinema marginal. Ou seja, é nesse clima de experimentação e de relativa libertação que surgem movimentos como esses citados – movimento punk e os filmes de caráter marginal citados -, e o Bob Cuspe de Angeli.

Assim como no cinema e na música, os quadrinhos também podem ser considerados elementos de resistência artística nesse contexto, negociando a liberdade recém-conquistada, e transformando transgressão e excesso em crítica humorística e reflexão social. Não apenas a confecção e o processo de criação e publicação do personagem, mas também a sua recepção pelos leitores que tinham contato com a obra, que revelam essa dimensão crítica. A obra de Angeli funcionava como instrumento de crítica social e subversão humorística: o público jovem e alternativo reconhecia na sátira urbana e na irreverência do personagem uma reflexão sobre os excessos e

⁶ Além do movimento punk, nesse mesmo período, o chamado “business” brasileiro contou com outros bons exemplos de correntes musicais que obtiveram grande relevância, como por exemplo a *New Wave* e o Rock BR anos 1980. Vale salientar também, que essa *New Wave* vai se misturar com a estética do punk rock aqui no Brasil, tal como na Inglaterra e Estados Unidos. Nomes como David Bowie e Lou Reed, são incorporados por algumas bases do movimento punk, inclusive, pelo nosso personagem Bob Cuspe.

⁷ BABENCO, Hector (dir.). *Pixote – A Lei do Mais Fraco*. Brasil: Embrafilme, 1981.

⁸ DIEGUES, Cacá (dir.). *Quilombo*. Brasil: Embrafilme, 1984.

⁹ REICHENBACH, Carlos (dir.). *Alma Corsária*. Brasil: Embrafilme, 1978.

contradições da sociedade, demonstrando que a liberdade conquistada após a ditadura era experimentada tanto na produção quanto na fruição cultural, reafirmando o caráter crítico e envolvente dos quadrinhos. O que temos como resultado factual é o fato de que Bob Cuspe assim como grande parte da obra de Angeli, se tornaram grandes referências nesse âmbito. Resultado disso foi a produção e grande sucesso do filme de Cesar Cabral (*Bob Cuspe: Nós não gostamos de gente, 2021*)¹⁰, que mesmo se tratando de um filme que foi lançado 38 anos depois da primeira edição do personagem, teve grande repercussão positiva.

Portanto, chegando ao fim de nossa reflexão, podemos tranquilamente reafirmar que Bob Cuspe traz consigo uma carga que ultrapassa a de criação humorística, ele se coloca enquanto um grande registro histórico e uma metáfora crítica do Brasil da década de 1980. Também evidencia, à luz de Baudrillard, o rescaldo da chamada era da orgia, em que os gestos libertários se tornam objeto de sátira, memória e consumo cultural. Sua recepção pelo público demonstra que, mais do que um personagem, ele se converte em testemunho de uma transição histórica, em que a arte brasileira negociava com as possibilidades e limites da recém-conquistada liberdade. Nesse sentido, Bob Cuspe permanece atual não apenas como produto de seu tempo, mas como provocação contínua: até que ponto nossas formas de resistência cultural escapam à lógica que as absorve e as transforma em espetáculo?

Ou melhor, a arte só existe na medida em que é impossível a arte existir sob a opressão da ordem que ela transcende [...] Hoje, com a extrema intensificação da tensão, as possibilidades da arte tornaram-se questionáveis. O monopólio é seu executor, ele elimina a tensão; mas, ao suprimir o conflito, suprime a própria arte (ADORNO, 2020, p. 178).

¹⁰ Cabral, C. (Diretor). (2021). *Bob Cuspe: Nós Não Gostamos de Gente [Bob Spit: We Do Not Like People]*. Coala Filmes.



(ANGELI, 2022, p. 99).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural*. Tradução de Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

ANGELI. *Todo Bob Cuspe*. 2. reimp. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2022.

BABENCO, Hector (dir.). *Pixote – A Lei do Mais Fraco*. Brasil: Embrafilme, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *A Transparência do Mal: Ensaio sobre os Fenômenos Extremos*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Campinas: Papirus, 1996.

CABRAL, Cesar (dir.). *Bob Cuspe: Nós Não Gostamos de Gente [Bob Spit: We Do Not Like People]*. Brasil: Coala Filmes, 2021.

DIEGUES, Cacá (dir.). *Quilombo*. Brasil: Embrafilme, 1984.

OLIVEIRA, Roberto Camargos de. Do punk ao hardcore: elementos para uma história da música popular no Brasil. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2011. Disponível

em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5423>.

Acesso em: 30 set. 2025.

REICHENBACH, Carlos (dir.). *Alma Corsária*. Brasil: Embrafilme, 1978.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALMIR MONTEIRO E A CONSTRUÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL LAGARTENSE

Paulo Henrique Dias de Souza¹

Resumo: O presente texto analisa a importância da atuação do ex-prefeito José Valmir Monteiro na valorização da cultura local de Lagarto, Sergipe, especialmente na criação e consolidação do Festival da Mandioca, evento que se tornou símbolo da identidade lagartense e patrimônio cultural imaterial do município. O festival celebra a tradição agrícola regional ligada ao cultivo da mandioca, fortalecendo a economia, o turismo e a cultura local. Valmir Monteiro, além de líder político influente, destacou-se por aproximar a população das suas raízes e promover a preservação da memória cultural. O evento, que ocorre anualmente em junho, reúne atividades culturais, educativas e comerciais, contribuindo para a valorização da agricultura familiar e o desenvolvimento regional. Reconhecido oficialmente como patrimônio cultural do estado, o Festival da Mandioca representa a resistência, a identidade e a história de Lagarto, configurando-se como um importante patrimônio vivo para as futuras gerações.

Palavras-chave: Lagarto; Valmir Monteiro; Festival da Mandioca.

Introdução

O presente artigo visa analisar a relevância da atuação do ex-prefeito de Lagarto, José Valmir Monteiro, no fortalecimento e na valorização da cultura local, com ênfase na criação e consolidação do “Festival da Mandioca”, evento que se tornou símbolo da identidade lagartense e é reconhecido como patrimônio cultural imaterial do município. Mais do que uma festividade, o Festival buscava representar a celebração de saberes e tradições da história agrícola da região, marcada pelo cultivo e pela transformação da mandioca em diversos produtos típicos.

Ao promover o evento, Valmir Monteiro não apenas impulsionou a economia e o turismo local, mas também recolocou Lagarto em uma

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do grupo de pesquisa Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7144029676337458>, ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1118-2340>, e-mail: paulohenrique0421paulo@gmail.com.

posição de destaque no cenário cultural sergipano, ao lado de municípios como Aracaju e Itabaiana. Sua contribuição ultrapassa a esfera política, adentrando a esfera cultural e social e no campo da memória e do patrimônio cultural, consolidando o festival como um marco no calendário festivo e na vida do povo lagartense.

O ex -prefeito de Lagarto, José Valmir Monteiro (1962–2024), natural do povoado Água Fria, em Salgado-SE, antes adentrar a vida pública, trabalhou na madeireira da família. Iniciou sua vida pública como vereador no município de Salgado, sendo eleito por dois mandatos consecutivos. Posteriormente, ampliou sua atuação ao conquistar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Sergipe, onde permaneceu por quatro mandatos, destacando-se pela defesa dos interesses da região Centro-Sul do estado.

Segundo Santos (2023), “Valmir Monteiro já era um fenômeno eleitoral, tendo se sagrado como um dos mais bem votados a prefeito de Lagarto em duas ocasiões: 2009-2012 / 2017-2019”, período em que ocupou o cargo de prefeito de Lagarto por dois mandatos, deixando como marca a realização de obras de infraestrutura, melhorias na saúde e na educação, e, sobretudo, a criação e consolidação do “Festival da Mandioca” como patrimônio cultural imaterial do município. Uma importante liderança local, era reconhecido pela proximidade com a população e pela valorização das tradições locais, Valmir Monteiro manteve uma presença influente na política regional até seus últimos dias. Faleceu aos 62 anos, em decorrência de complicações de um câncer, deixando o legado de um líder que marcou a história cultural e política do município.

O evento

O Festival da Mandioca, realizado no município de Lagarto, Sergipe, é mais que um simples evento festivo, trata-se de uma celebração identitária que preserva e promove a herança cultural local. Reconhecido como um dos maiores e mais tradicionais encontros culturais da região, o festival destaca a mandioca não apenas como produto agrícola essencial, mas como símbolo de resistência, memória e identidade coletiva, atraindo milhares de visitantes e movimentando a economia regional.

Segundo o lagartense professor Dr. Claudefranklin Monteiro:

No afã de dar projeção à cultura da mandioca em Lagarto, típica produção daqueles que detém a

pequena propriedade e dela tira seu sustento, o então prefeito José Valmir Monteiro criou o Festival da Mandioca, cuja primeira edição aconteceu em junho de 2009. Inicialmente, acontecia na semana que antecedia aos festejos juninos. Hoje, acontece entre os dias 22 e 29 de junho, com atrações locais, sergipanas e nacionais, na antiga praça Tanque Grande (...) (MONTEIRO, 2024).

Em Lagarto, o cultivo da mandioca se consolidou ao longo dos séculos como uma das principais bases da subsistência local. Derivados da mandioca temos a produção da farinha, do beiju, da tapioca e de inúmeros outros produtos que se tornaram parte do cotidiano das famílias rurais e da economia doméstica. A mandioca está presente tanto nas mesas quanto nos quintais e roçados, sendo cultivada de forma artesanal e com técnicas passadas de geração em geração. O festival, portanto, não nasce por acaso, ele é a expressão de uma tradição geracional, que mantém viva a relação do povo com a terra e com um alimento que sustenta, alimenta e simboliza.

Nessa perspectiva, devido à sua importância cultural e econômica, o Festival da Mandioca foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Sergipe. Segundo Macedo (2020), “na sessão extraordinária remota realizada hoje, dia 9, pela Casa Legislativa, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei nº 187 de 2019, de autoria do deputado estadual Ibrain Monteiro (PSC), que declara o ‘Festival da Mandioca’ como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Sergipe, incluindo a data no calendário oficial de eventos do Governo de Sergipe”.

O festejo junino não é apenas um evento cultural, mas também um motor econômico para Lagarto e região. Durante os dias de realização, a cidade registra um aumento expressivo no fluxo de visitantes, o que beneficia setores como hotelaria, alimentação, transporte e comércio. Produtores rurais encontram no festival uma vitrine para divulgar e comercializar seus produtos, enquanto artesãos e artistas locais ganham espaço para expor e vender suas obras.

Inserido aos festejos promovidos pelo festival, um dos aspectos menos comentados, mas igualmente relevantes do festival, diz respeito ao caráter educativo. Na programação do evento há oficinas, palestras e atividades formativas que ocorrem durante a realização do evento e ensinam sobre o cultivo da mandioca, seu processamento, seus usos

culinários e até suas aplicações industriais. Essa dimensão formativa contribui para que a população local valorize e preserve o cultivo, ao mesmo tempo em que abre espaço para inovações que possam agregar valor ao produto.

Apesar da importância cultural do Festival da Mandioca, é possível observar que o evento tem priorizado a contratação de artistas de fora e que geralmente estão em destaque, em detrimento da valorização dos talentos locais e regionais. A contratação de artistas de fora acaba desviando o foco da celebração das tradições e da cultura lagartense para um formato mais comercial e menos conectado às raízes da comunidade. No decorrer das edições essa preocupação comercial se torna cada vez mais evidente.

Partindo dessa perspectiva:

Nessa conjuntura, a cultura tradicional, aquela que possui raízes históricas, acaba sendo modificada pela cultura de massa produzida e vendida pela sociedade globalizada. São produzidas séries de mecanismos com apelo para novos hábitos, geralmente indutores do consumo e, principalmente, novos padrões de comportamento. Toda esta produção tem uma intencionalidade e se materializa na modificação dos hábitos cotidianos destas, e, por conseguinte, na alteração da própria identidade cultural. (SIMON; ETGES; MINASI, 2015, p. 155).

Ao privilegiar atrações externas, o festival enfraquece o protagonismo dos artistas locais, que são fundamentais para representar a história e a vivência do povo lagartense. Por outro lado, a ausência de grandes nomes em alta pode reduzir a repercussão e o lucro do evento, gerando um dilema entre a busca por retorno financeiro e a valorização das tradições culturais. A questão central é: até que ponto o lucro deve se sobrepor à preservação da identidade cultural e ao fortalecimento dos talentos locais, que são a verdadeira essência do Festival da Mandioca? Para que o festival mantenha seu caráter genuíno e seu papel como patrimônio cultural vivo, é fundamental equilibrar a programação, dando maior destaque às expressões culturais próprias de Lagarto e seu entorno.

Considerações finais

O Festival da Mandioca transcende a simples dimensão de uma festa popular, ele representa um importante elo entre tradição, cultura e desenvolvimento socioeconômico para o município de Lagarto. Ao preservar saberes e valorizar a produção local, o evento fortalece a identidade cultural do município, promovendo simultaneamente o turismo e o crescimento da economia regional. Celebrar a mandioca é, portanto, celebrar a história, o cotidiano e as raízes do povo lagartense. Nesse sentido, o Festival da Mandioca configura-se como um patrimônio cultural vivo, cuja proteção e fortalecimento são fundamentais para garantir sua continuidade e relevância.

Portanto, é inegável a relevância da atuação de Valmir Monteiro para o município de Lagarto, cujos impactos se estenderam às esferas econômica, cultural e social. Demonstrou capacidade de impulsionar o desenvolvimento local, fortalecendo a identidade lagartense e criando oportunidades para a população. Entre suas principais contribuições, destaca-se a idealização e implementação do Festival da Mandioca, que se consolidou como um dos maiores e mais significativos eventos do município, reunindo tradições, geração de renda, turismo e valorização da cultura regional.

Referências

MACEDO, Stephanie. Alese aprova Festival da Mandioca como Patrimônio Cultural Imaterial - Assembleia Legislativa de Sergipe - ALESE. Disponível em: <https://al.se.leg.br/alese-aprova-festival-da-mandioca-como-patrimonio-cultural-imaterial/>. Acesso em: 25 de julho de 2025.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. José Valmir Monteiro, um líder, uma luta e uma história, Só Sergipe. Disponível em: <https://www.sosergipe.com.br/jose-valmir-monteiro-um-lider-uma-luta-e-uma-historia/>. Acesso em: 9 de julho de 2025.

_____. Festival da Mandioca – Para Lagarto-Se, A Valmir Monteiro o que é de Valmir Monteiro. Lagarto Notícias. Disponível em: <https://www.lagartonicias.com.br/2024/06/06/festival-da-mandioca->

[para-lagarto-se-a-valmir-monteiro-o-que-e-de-valmir-monteiro/](#). Acesso em: 25 de julho de 2025.

SIMON, Everton Luiz; ETGES, Virginia Elisabeta; MINASI, Sarah Marroni. A gastronomia regional e o turismo como elementos fortalecedores da identidade cultural frente à tensão entre o global e o regional. **Cenário**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 153–171, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15223/13534>. Acesso em: 5 de agosto de 2025.

ARTIGOS

CONSTRUÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DE UMA IDENTIDADE NA SILIBRINA DE LAGARTO-SE ¹

ANDREZA GIOVANA SANTOS NASCIMENTO

RESUMO

A presente pesquisa debruça-se sobre a compreensão de uma das tradições juninas mais antigas da cidade de Lagarto, interior do Estado de Sergipe. Tradição esta, de alguma maneira, registrada pela primeira vez na clássica obra de Alexandre José de Melo Morais Filho, Festas e Tradições Populares do Brasil, de 1901, com prefácio de Sílvio Romero. O mote do trabalho é a resistência de seus organizadores diante de um processo de judicialização enfrentado por eles nos últimos anos e a necessidade da manutenção da tradição e o reconhecimento desta como manifestação popular, mas também como aporte identitário local.

Palavras Chave: Silibrina, Festas Juninas, Lagarto-SE

ABSTRACT

This research focuses on understanding one of the oldest June festival traditions in the city of Lagarto, in the interior of the state of Sergipe. This tradition was first recorded in Alexandre José de Melo Morais Filho's classic 1901 work, "Festas e Tradições Populares do Brasil," with a foreword by Sílvio Romero. The focus of this work is the resistance of its organizers in the face of the judicialization they have faced in recent years and the need to maintain the tradition and recognize it as a popular manifestation, but also as a contribution to local identity.

Keywords: Silibrina, June Festivals, Lagarto, Sergipe.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe. 2025.

A transformação de nossa cultura e de nossa sociedade teria de ocorrer em diversos níveis. Caso ocorresse só nas mentes dos indivíduos (como, em certa medida, já aconteceu) não teria força alguma. Se partisse exclusivamente da iniciativa do Estado, seria tirânica. A transformação pessoal em múltiplos níveis é essencial, e não deve ocorrer apenas em termos de consciência, mas implicar ação individual. Contudo, os indivíduos necessitam do apoio de grupos que carreguem consigo uma tradição moral capaz de reforçar suas próprias aspirações.

Robert Bellah et al., *Habits of the Hearts*

APRESENTAÇÃO

A cultura é um elemento fundamental na construção da identidade social, pois fornece símbolos, tradições e valores que moldam a forma como os indivíduos se percebem, dentro de uma comunidade. As festas populares, enquanto manifestações culturais, desempenham um papel central nesse processo ao servir como espaços de socialização, preservação de memórias e reforço de pertencimentos territoriais.

Nesse contexto, a realização e manutenção de festas culturais locais atuam como um mecanismo de preservação e reforço da identidade coletiva, pois resgatam símbolos, práticas e narrativas que conectam os cidadãos ao seu território, promovendo um sentimento de pertencimento e continuidade histórica, mesmo diante das transformações sociais e econômicas. Em meio a um cenário de globalização, onde tendências externas tendem a influenciar os costumes locais, essas celebrações tornam-se mais relevantes para reafirmar a identidade de uma localidade (Santos, 2008).

A Festa da Silibrina é uma manifestação cultural que inaugura o período das festas juninas na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe. Tradicional e repleta de costumes locais, o evento atrai todos os anos, centenas de jovens da cidade Lagartense e outras regiões sergipanas, que se reúnem na madrugada entre os dias 31 de maio e 1 de junho, essa centenária tradição é enriquecida por outros elementos como cachaça, queima de fogos, zabumba, pífanos e a emocionante subida do mastro. Trata-se de uma verdadeira batalha campal que invade as ruas, repleta de fogos de artifício que explodem e geram nuvens de fumaça, acompanhadas por pitus, espadas e busca-pés. Para se proteger, os fogueteiros se encapuzam da cabeça aos pés, usando até luvas para prevenir queimaduras graves.

Posto isto, este trabalho tem como objetivo investigar a Festa da Silibrina, buscando entender como essa festa influencia na identidade lagartense. Para atender a esse objetivo foi desenvolvida uma análise do processo judicial ocorrido em 2022, que envolveu a organização do evento, além disso buscou-se fazer um histórico de parte da trajetória dessa tradição através de relatos de participantes e informações documentais obtidas, e examinou-se a lei que a reconhece como Bem de Interesse Cultural do Estado.

O interesse em analisar a Silibrina se justifica por sua relevância histórica e cultural para a comunidade Lagartense, sendo um marco no

calendário festivo local e um espaço de transmissão de saberes e práticas culturais. Além disso, ela chamou atenção por uma tentativa de proibição que aconteceu em 2022, movido pelo Ministério Público estadual, e a maneira que os participantes reagiram a esse impedimento. Esse episódio trouxe à tona as tensões entre a cultura popular e as instituições públicas, reacendendo o debate sobre a validade e o reconhecimento das manifestações culturais originadas das camadas populares. Ademais, este trabalho visa contribuir para a compreensão da discussão entre a preservação cultural, a judicialização de eventos tradicionais e o processo de reconhecimento patrimonial.

Ao focar na resistência dos organizadores e na resposta da comunidade e do poder legislativo, o estudo oferece insights sobre a capacidade de reação e adaptação das culturas populares em face da modernidade. Busca-se demonstrar a importância de valorizar a cultura popular como um conjunto de saberes, crenças e tradições que refletem a interação dos indivíduos com seu ambiente e constroem a identidade de um povo. Ademais, compreender como essa celebração contribui para a construção de uma identidade coletiva pode oferecer subsídios para outras políticas públicas voltadas à preservação dessa e de outras manifestações culturais.

Na parte metodológica, o trabalho está embasado nos pressupostos da Nova História Cultural, segundo Burke

A história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, gerais ou ocasionalmente eclesiásticos. [...] Por outro lado [...], vários novos historiadores estão preocupados com “a história vista de baixo”; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social. A história da cultura popular tem recebido bastante atenção. (1995, pp. 12-13)

E discute alguns conceitos importantes, relacionados direta ou indiretamente com o tema da pesquisa. São conceitos como cultura popular, festa, identidade e memória. Nesse sentido, as discussões teórico-metodológicas de autores que estudam esses temas são bastante relevantes. Destacamos especialmente os trabalhos de

Antonio Augusto Arantes (1998), Stuart Hall (2006), Manuel Castells (1999), U. T. B. Meneses (1992), Carlos Rodrigues Brandão (1989)

Além de utilizar fontes documentais para essa análise, como o processo judicial nº202254001119 - aberto em 2022 e arquivado em 2023, disponível para consulta no site do TJSE - e a lei estadual nº9.223 - publicado no D.O.E. de 30.06.2023-, utiliza-se do portal de notícias digital “Lagarto como eu vejo”, além do uso de iconografias. A abordagem histórica adotada busca mostrar que a cultura popular não é algo do passado, mas uma expressão viva, em constante movimento e muitas vezes com um caráter contestador.

Para entender como a identidade de Lagarto é formada e buscar informações que não se encontram contidas em documentos oficiais, durante a pesquisa utilizou-se da Fonte Oral, segundo (Pinsky, 2005, p.164) “A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”. A história oral captura a memória viva e o conhecimento transmitido de geração em geração, preservando tradições e histórias que podem se perder em outras formas de registro.

Por meio de entrevistas com dois participantes distintos do festejo, buscou-se observar com quem vive na prática a experiência cultural e se apropria dela. Os depoimentos de Geraldo – Geraldo da Farmácia - e de Icaro, foram fundamentais para entender melhor as experiências e dificuldades que a Silibrina enfrentou, além de destacar as conquistas e os valores que fizeram parte da história dessa tradição.

A presente pesquisa está organizada em três partes, os quais estão assim divididos: A primeira parte aborda o processo de judicialização relacionado à festa em 2022, suas razões e resistências. A segunda parte faz um breve histórico da Silibrina, destacando seu papel como fenômeno social e cultural. A terceira parte discute como a festa foi reconhecida pela legislação estadual, além de explorar os desafios e as implicações desse processo de valorização cultural. Por fim, as considerações finais refletem sobre como o caso da Silibrina representa as tensões constantes entre tradição, resistência e institucionalização na cultura popular brasileira.

1. A JUDICIALIZAÇÃO DAS FESTAS JUNINAS EM LAGARTO-SE

1.1 Processo nº202254001119

A história das festas populares no Brasil também é marcada pelos seus conflitos. Desde os tempos coloniais, as manifestações culturais feitas pelas camadas populares, especialmente aquelas que não eram oficialmente reconhecidas ou que estavam ligadas a grupos marginalizados, frequentemente enfrentaram controle, repressão ou tentativas de padronização por parte das autoridades civis e religiosas.

Segundo Gonçalves:

Aos olhos dos senhores, os ritos, e as danças não passam de meras formas de lazer, praticadas pelos escravos depois do trabalho. Por isso autorizam tais manifestações, como forma de "distrair" os escravos, amortecendo possível sentimento de revolta. No entanto, quando tais danças e ritos associados aos cultos religiosos negros, os senhores proíbem que sejam feitos abertamente, exigindo a prática do catolicismo (1991, p. 255)

Essa história continua se repetindo de diferentes formas até hoje. Um exemplo disso foi a proibição da Festa da Silibrina, em Lagarto/SE, em 2022, através do Ministério Público do Estado de Sergipe que questionou judicialmente sobre a realização do festejo.

O Ministério Público de Sergipe ajuizou uma Ação Civil Pública em 24 de maio de 2022 contra o Município de Lagarto e a Comissão Organizadora da Silibrina (representada por José Hamilton de Andrade Prata, Cenildes Pereira de O. Silva, Fabrício Rangel Dantas dos Santos e Verônica Vieira de Oliveira). O objetivo era a suspensão da festividade junina, denominada "Silibrina", prevista para ocorrer nos dias 29 e 31 de maio de 2022, e que o Município fosse obrigado a reprimir e coibir eventos que pudessem ofender a integridade física das pessoas e de seus bens.

O MP alegou que a festividade contava com um elevado número de participantes e o manejo de fogos de artifício, os quais, tradicionalmente, causavam problemas materiais e pessoais aos moradores das proximidades, ameaçando sua integridade física, saúde e

segurança. Houve relatos de munícipes sobre portões queimados, revestimentos danificados, medidores de energia/água e telhas quebrados. A situação era historicamente problemática e acompanhada pela promotoria há anos.

Os organizadores solicitaram policiamento ao 7º Batalhão da Polícia Militar, à Secretaria Municipal da Ordem Pública e da Defesa da Cidadania-SEMOP, e requerimentos de ambulância e alerta ao Hospital Universitário Lagarto – HUL e Corpo de Bombeiros. No entanto, a Polícia Militar indeferiu a solicitação de policiamento. O próprio Município de Lagarto destacou que não possuía efetivo policial suficiente para garantir a segurança do evento. Além disso, não havia comprovação de contratação de segurança privada ou participação da Guarda Municipal em substituição à Polícia Militar.

A falta de ajuda entre as instituições públicas da cidade, para garantir a segurança dos cidadãos durante o festejo, demonstra uma banalização da cultura da Silibrina entre as instituições governantes para com os Lagartenses, e isso acaba reduzindo seu valor e a profundidade da manifestação e desvalorizando sua identidade, levando a uma sociedade menos engajada e mais superficial em relação a sua própria cultura.

Dando seguimento ao processo, o Juízo da 1ª Vara Cível de Lagarto inicialmente deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, determinando que a Comissão Organizadora da Silibrina se abstinhasse de realizar a festividade nos dias 29 e 31 de maio de 2022, e que o Município de Lagarto reprimisse e coibisse o evento. Foi fixada uma multa pessoal de R\$ 20.000,00 por integrante da comissão em caso de descumprimento. A decisão enfatizou que a autorização implicaria a "completa desconsideração do direito do cidadão, constitucionalmente garantido, à segurança e ao sossego público".

Inicialmente, o Município argumentou que a Silibrina era um evento privado e que a ele não cabia o policiamento ostensivo. No entanto, posteriormente, reconheceu a Silibrina como uma "festa tradicional do município, realizada anualmente, que movimenta a economia e o turismo". Essa justificativa, feita em um contexto de disputa judicial, eleva o reconhecimento da festa não apenas como um costume, mas como um valor agregado à identidade local, com impacto social e econômico. Posteriormente, foi solicitada a reconsideração da decisão.

A comissão se manifestou, fazendo uma distinção crucial: a "Silibrina" era exclusivamente o folguedo popular realizado à meia-noite

do dia 31 de maio. A comissão informou que a retirada do mastro, agendada para o dia 29 de maio, era um evento promovido pela Prefeitura Municipal e não envolvia fogos. Mencionou, ainda, um evento "meramente musical" no dia 28 de maio, com quadrilhas e forró, também sem fogos. Eles requereram o acolhimento parcial do pedido ministerial, coibindo a Silibrina do dia 31/05, mas autorizando o evento do dia 29/05. Essa distinção foi fundamental para a revisão da decisão.

Porém, essa necessidade de distinguir e definir os diferentes componentes da festa contribui para uma compreensão mais nítida e, conseqüentemente, para a consolidação de sua identidade cultural. Segundo Castells (1999) "entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais". Estes atributos culturais, que incluem língua, religião, tradições e símbolos, funcionam como marcadores que permitem o reconhecimento de um indivíduo num grupo específico e a sua diferenciação de outros grupos

Após as manifestações e a distinção entre os eventos, o Juízo reviu parcialmente a decisão anterior. A Comissão Organizadora da Silibrina foi novamente intimada a se abster de realizar as festividades organizadas por ela, previstas para os dias 28 e 31 de maio de 2022, devido à ausência de previsão de policiamento e o perigo incontroverso dos fogos. A multa de R\$ 20.000,00 por integrante da comissão foi mantida.

Por outro lado, o Juízo autorizou a realização do evento de retirada do mastro agendado para o dia 29 de maio, organizado pelo Município de Lagarto. Esta autorização veio com condições rigorosas: O Município deveria reprimir e coibir qualquer soltura de fogos durante o evento. Além disso, o Município deveria retirar o mastro assim que finalizasse o evento do dia 29, do local onde se realizaria a Silibrina, para coibir a reunião de munícipes na noite do dia 31.

A autorização para o evento do dia 29/05 baseou-se no fato de que o Município havia providenciado o reforço policial da Polícia Militar e a contratação de 30 seguranças particulares, além do compromisso de não haver queima de fogos nesse dia. Foi fixada uma multa de R\$ 60.000,00 em desfavor do Município para a hipótese de inobservância das condições impostas.

O processo nº 202254001119 foi julgado e "arquivado" em 21 de novembro de 2022, com a declaração de extinção do feito, sem resolução do mérito. A razão para a extinção foi a ausência de interesse processual (interesse/utilidade). O Ministério Público requereu a

extinção, argumentando que a ação havia alcançado seu resultado útil (a evitação dos riscos da festa) e que, após o transcurso do período dos festejos juninos, não havia mais necessidade de provimento jurisdicional para o caso. Ou seja, a proibição temporária e as condições para o evento do mastro cumpriram o objetivo imediato do MP, e a festa já havia passado. Isso significa que a questão da segurança para aquele ano foi resolvida, mas a festa em si não foi permanentemente proibida ou declarada inviável, deixando aberta a possibilidade de futuras celebrações, possivelmente com adaptações

Esse episódio não deve ser visto apenas como uma ação isolada. Na visão da cultura popular, a tentativa de proibir a festa representa um momento de conflito entre diferentes maneiras de enxergar, praticar e organizar a vida em sociedade. Segundo Arantes,

(...) é justamente manipulando repertórios de “coisas populares” que, em muitas sociedades, inclusive a nossa, expressa-se e reafirma-se simbolicamente a identidade da nação como um todo ou, quando muito, das regiões, encobrando a diversidade e as desigualdades sociais efetivamente existentes no seu interior. (1998, p. 14-15).

De um lado, o governo justifica sua intervenção falando em manter a ordem, a legalidade e a segurança; do outro, as pessoas que participam da festa usam esse espaço para reivindicar o direito de ocupar a cidade, mostrar sua cultura e afirmar sua identidade.

Arantes (1998) aponta que as práticas culturais, enquanto cultura popular, são, ao mesmo tempo, formas de expressão e de luta por significados

Ela remete, na verdade, a um amplo espectro de concepções e pontos de vista que vão desde a negação (implícita ou explícita) de que os fatos por ela identificados contenham alguma forma de “saber”, até o extremo de atribuir-lhes o papel de resistência contra a dominação de classe. (p. 7).

Quando o Ministério Público decide agir contra uma manifestação cultural como a Silibrina, não está apenas cumprindo

normas administrativas, mas também entrando em um campo simbólico onde se define o que é considerado “legítimo” ou “cultural”. Assim como explica Arantes (1998)

Através de um esforço realizado, em geral, em nome da estética e da didática, “enxugam-se” os eventos artísticos denominados “populares” de características consideradas inadequadas ou desnecessárias, sob o pretexto de revelar-lhes mais claramente a estrutura subjacente. (p. 20)

Ela está sempre sendo desafiada por discursos dominantes que tentam encaixá-la em moldes fixos e controláveis.

Nesse cenário, a festa vai além de um simples evento: ela funciona como um espaço simbólico importante.

Segundo Brandão:

A festa é uma viagem: vai-se a ela e ali transita-se entre seus lugares. Por isso o desfile, o cortejo, a procissão, a folia e tudo o mais que possibilite fazer deslocar, entre as pessoas e pelos lugares que a própria festa simbolicamente reescreve e redefine: sujeitos, cerimônias e símbolos (1989, p.13).

Essa alteração possibilita a integração entre indivíduos e ao mesmo tempo faz com que novos modos de festejar sejam criados e recriados, pois as somas entre o individual e o coletivo constroem e atribuem novos significados aos signos já existentes. No momento em que o sujeito viaja dentro da festa, ele interage com novos modos de pensar, assimilando novos conhecimentos. Assim, as festas são instrumentos poderosos de interação social, pois o indivíduo penetra em outra cultura, e por mais que não a assimile de imediato, ele sempre leva consigo alguns traços daquilo que viu, ouviu e aprendeu na festa.

Ao analisar o processo judicial nº202254001119, fica claro que mesmo sem seguir regras formais, a festa desperta emoções, memórias e sentimentos de pertencimento que fogem das normas burocráticas e das regras do Estado. Assim, tentar proibi-la pode ser visto como uma tentativa de silenciar uma cultura viva e pulsante por parte das instituições.

A Festa da Silibrina, além de uma simples celebração, representa uma forma de reafirmar a identidade e a união da comunidade ao longo da história. Por isso, a tentativa de impedir a festa não é algo neutro ou sem interesses: ela carrega uma longa tradição de conflitos entre o povo e o poder, entre tradição e controle, entre liberdade e regras.

1.2 Resistencia local a Proibição

A proibição da Silibrina gerou uma gama de reações entre os participantes, desde a tristeza profunda pela interrupção de uma tradição centenária até atos de “resistência” informal e opiniões divididas sobre a validade da decisão judicial. Para muitos, a notícia da proibição e a subsequente negação da liminar foram recebidas com um sentimento de perda, marcando um dia triste para a cultura de Lagarto que viram uma tradição de séculos ser apagada, pelo menos por mais um ano.

Após dois anos de suspensão devido à pandemia, a proibição de 2022 significou o terceiro ano consecutivo sem a Silibrina, aprofundando o lamento de que a festa não aconteceria por decisão judicial. Nas redes sociais e nas ruas diferentes grupos defenderam a continuidade da festa, ressaltando sua importância cultural e seu valor para a cidade.

Em uma clara demonstração de resistência e apego à tradição, populares decidiram realizar uma queima de fogos informal na “rua da caridade” (Rua do Riachão). Esta rua, que tradicionalmente servia como ponto de concentração antes do cortejo, transformou-se no palco da festividade proibida, onde populares soltaram seus busca-pés e espadas do início da noite até o começo da madrugada.

A proibição também reavivou críticas à gestão pública e à falta de infraestrutura. É possível acompanhar a insatisfação da população nos comentários feitos em matérias do portal de comunicação “Lagarto Como Eu Vejo”, onde um participante expressou que, em sua opinião, “a prefeitura já deveria ter feito um espaço apropriado para esse evento”, dado seu caráter “centenário”. Essa fala reflete a frustração de que pouco se vê movimentação política para criar o local apropriado que esse evento precisa para ser realizado sem problemas. A constante necessidade de encontrar um novo local a cada ano foi, inclusive, apontada pela comissão organizadora como o maior problema para manter a tradição viva.



Figura I. Queima de fogos Silibrina de 2022.
Acervo: Icaro da Silva Andrade

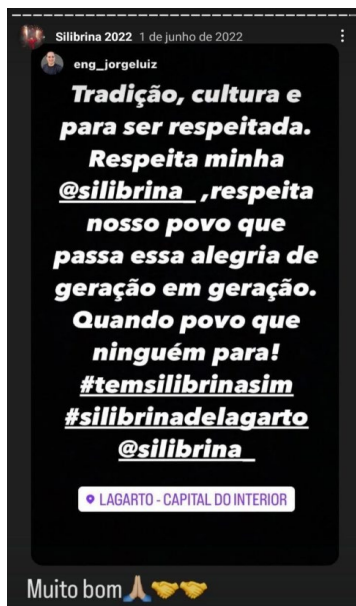


Figura II. Defesa nas redes sociais
Fonte: Instagram @silibrina_



Figura III. Zabumba sendo tocada enquanto a queima de fogos acontece ao redor
Fonte: Instagram @silibrina_



Julio

31 de maio de 2022 At 18:34

Na minha opinião a prefeitura já deveria ter feito um espaço apropriado para esse evento, como já é uma tradição centenária, já era pra ter disponibilizado isso, não pode deixar morrer uma tradição como essa.

Figura IV. Comentário deixando na matéria do Portal Lagarto Como Eu Vejo
Fonte: Portal “Lagarto Como Eu Vejo”

Essa reação em conjunto demonstra o que Castells (1999) afirma ser necessário para a construção de uma identidade cultural e de um sentimento de pertença local

(...) para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido. (1999, p.79)

Tendo em vista todo esse processo ocorrido no ano de 2022, fica evidente como a Silibrina é uma celebração que está intrinsecamente ligada à identidade e à vida dos lagartenses, evidenciando sua importância contínua e a forte conexão com a comunidade. Em entrevista concedida por um dos participantes ele afirma que:

(...) eu acredito que a população lagartense é uma população com uma cultura muito grande, só que não é muito conhecida fora daqui de Lagarto em si. E eu acredito que o Lagartense em si é muito corajoso, (...) gosta de coisas desafiadoras e a Silibrina é um espaço justamente para isso, sabe? Onde você pode viver ali uma experiência, digamos que louca, mas que é satisfatória, é interessante de ser vivida. (Icaro da Silva Andrade, 01/09/2025)

Além disso nota-se como a judicialização da Silibrina, apesar de ter sido motivada por questões de segurança, explicitou a importância da manifestação cultural para a identidade local. Quando perguntado sobre a memória que ilustre esse sentimento de coragem, intrinsecamente ligado ao sentimento de identidade Lagartense, Icaro da Silva Andrade afirma:

(...) a minha memória sobre isso é justamente em 2022, quando teve a proibição. E foi muito interessante porque, eh, inicialmente foi muito revoltante para todo mundo que participava, porém encorajou muito as pessoas a reivindicarem, né, pelos direitos da Silibrina em si. E eu lembro que todo mundo foi pras ruas, (...) basicamente protestar contra essa proibição, né, de uma tradição centenária, em Lagarto, que a gente acredita que nunca pode se acabar. (01/09/2025)

Ademais, a resistência dos organizadores, que se desdobrou na diferenciação dos eventos e na defesa da tradição, mesmo reconhecendo os problemas, demonstra o profundo enraizamento da Silibrina na comunidade lagartense.

A descrição da Silibrina como uma "festa tradicional do município, realizada anualmente, que movimenta a economia e o turismo" pelo próprio Município, e a defesa de seu caráter como "aporte identitário local", ressaltam que, para além dos riscos, a festividade é vista como um pilar da cultura e da identidade de Lagarto. A tentativa de proibição e a necessidade de negociação judicial revelam a tensão entre a preservação cultural e a segurança, onde a comunidade, através de seus representantes, lutou pela manutenção de suas tradições. O reconhecimento posterior da Silibrina como Bem de Interesse Cultural do Estado de Sergipe reflete a validação institucional dessa resistência e da importância da festa para a identidade do cidadão local. Isso mostra que, o conflito judicial, ao colocar a tradição sob escrutínio, acabou, paradoxalmente, impulsionando seu reconhecimento e formalização.

Em suma, observa-se como a judicialização afeta a preservação e o reconhecimento da tradição cultural ao submetê-la a um rigoroso escrutínio legal, que poderia resultar em modificações na sua forma de execução, mas que, ao mesmo tempo, forçou a comunidade a articular e defender seu valor intrínseco, reforçando sua identidade local e potencialmente pavimentando o caminho para um reconhecimento e proteção formal.

(...) eu acredito que a proibição naquele ano foi um ponto chave, uma virada chave, para que as pessoas começassem de fato a perceber que é uma cultura muito forte, (...) que embora possa ser, é, um pouco descriminalizada por algumas pessoas, né, mas ao mesmo tempo é uma coisa que diverte aos lagartenses, que mostra pra gente que nós que somos amantes de fogos de artifício (...) que pode ser vivido, sabe? Ao mesmo tempo que é perigoso, mas que a gente pode viver aquilo. Sem pensar muito. (Icaro da Silva Andrade, 01/09/2025)

2. PARA ALÉM DO RAIOS DA SILIBRINA, UMA HISTÓRIA.

2.1 Origem

A Silibrina é uma tradição que acontece todo ano, na cidade de Lagarto/SE, no 31 de maio, começando exatamente à meia-noite do dia 1º de junho. Mesmo não tendo sido criada oficialmente por órgãos públicos ou instituições formais, se firmou ao longo dos anos como uma das manifestações culturais populares mais importantes de Lagarto, cidade do interior de Sergipe.

Celebrada há mais de 100 anos, inaugura o período das festas juninas na cidade. Não existe uma data precisa que determine a origem da Silibrina, tampouco há documentos que confirmem de forma exata o ano em que a festividade teve início. Embora existam relatos da sua existência já entre os anos de 1911 e 1914, a fonte diz respeito às memórias do Desembargador Gervásio Prata - simão-diense nomeado Juiz Municipal de Lagarto em 1908 onde permaneceu até 1910, quando foi transferido para a Comarca de Riachão do Dantas, retornando, no ano seguinte, para a Comarca de Lagarto permanecendo até 1914 -, onde segundo consta:

Dez dúzias desse agressivo processo de divertir, na noite junina animavam-me a resistir aos outros ao ataque do batalhão Cilibrina quando este aparecia com as suas forças de combate, a fogueira tendo já queimado as lenhas, crispando em brasas, como incandescentes. Estava na hora. Expedi

com os meus os fogos de defesa. De parte a parte, cruzavam-se pelo ar e pelo chão jatos candentes de limalha ziguezagueando em coriscos infernais de uma rapidez incrível nos estouros ensurdecedores, a fumaça asfixiante. No braseiro vivo, inflamava-se a escorva dos projéteis, que eram lançados, uns após outros, em cargas maciças, enquanto as hostes atacantes respondiam com a mesma fúria e denodo, aproximando-se mais e mais, até culminarem na confusão, a batalha terminada de um modo simples, sem vencidos nem vencedores, com o fraternal conagraçamento de todos os combatentes. (1986, p.40).

Tradição esta, de alguma maneira, registrada pela primeira vez pela clássica obra de Alexandre José de Melo Morais Filho, *Festas e Tradições Populares do Brasil*, de 1901. Segundo Morais Filho (2002) as primeiras "cavalhadas de S. João" foram registradas no século XV nas ilhas dos Açores, e eram acompanhadas por fogos de artifício e rufos de tambores. Com o tempo, essas festas se enriqueceram de superstições, afastando-se de suas origens religiosas, e o Brasil, ao aceitar esse legado, criou sua própria lenda e a ampliou.

Apenas escurecia, as máquinas boiavam no éter úmido e transparente, cabeças de alcatrão fumavam rubras nas ruas; e os busca-pés largavam-se atrás dos passantes, rabeando, rolando, serpeando, em fúlgidos estouros. E uma preta, perseguida, corria daqui; e um indivíduo, livrando-se, pulando, encostando-se a um muro, avultava acolá; e os rapazes, no ardor do brinquedo, riam-se a bom rir do expediente das vítimas e das descomposturas consecutivas. (...) Os escravos, de calça de algodão cortada ao joelho, de camisa branca do mesmo pano e aberta no peito, batucavam com as escravas à roda do fogo, assando carás e batatas, tirando os do Norte os seus cocos, dança e canto popular daqueles sertões. (...) Os fazendeiros, de rodaque de brim e de chapéu-do-chile,

folgavam no terreiro, obsequiando os hóspedes, que atacavam fogos à discricção, que faziam guerra a busca-pés facheados na mão calçada de luva de couro, e cujas bombas eram lançadas aos arraiais contrários (Morais Filho, 2002, p. 101-102)

Fazendo uma ligação ambas as celebrações fazem parte ou estão intrinsecamente ligadas ao ciclo das festas juninas. As cavalhadas de S. João são descritas como uma das primeiras manifestações das festas de S. João, enquanto a Silibrina é a celebração que dá início ao período das festas juninas em Lagarto/SE. Além disso, ambas as festividades compartilham elementos simbólicos e práticos importantes:

A queima de fogos de artifício é uma característica tanto das Cavalhadas de S. João quanto da Silibrina. Além disso a presença do mastro também é um ponto em comum, nas festas de S. João, era comum o "mastro plantado com a boneca, enfeitado com espigas de milho, laranja e mais frutas, indicava o festejo no sítio, as proximidades do dia" (Morais Filho, 2002, p.98).

Já o que diz respeito das memórias Dr. Gervásio, foi escrita uma narrativa que fala da presença do mastro na Silibrina desde o início dos festejos

O mastro folhado para a fogueira, alto e copado, vinha dos matos próximos trazido pelos meninos de Eusébio, bonzinhos e alegres quanto travessos em sua idade. Vinha com o zabumba foliento do Cilibrina, retumbante pela cidade, ao toque das gaitas, flautando chulas e maxixes batucados pela pancadaria das caixas. E a fogueira esquentava e ardia flamejante para o ar, abrindo-se em cores, quais fogos de artifício em arco-íris, descendo mansamente em cordões até o chão... E balões subiam uns atrás dos outros, ganhando o espaço, teleguiados pela brisa que os levava distantes e desapareciam da nossa vista. (1986, p.40)

Portanto, embora não haja uma relação direta explicitada em nenhum documento, elas se conectam como partes integrantes do rico calendário cultural das festas juninas, compartilhando rituais e símbolos festivos que atravessam gerações e regiões.

2.2 Como surgiu em Lagarto/SE

Através dos depoimentos coletados, tudo indica que sua história, na cidade de Lagarto/SE, começou como uma brincadeira durante uma feira livre. Nessa ocasião, dois moradores antigos, chamados Santinho Machado e Mário Bonfim Correia (conhecido como Mário Cego), estavam conversando e se divertindo ao som da zabumba. Um deles então lançou um desafio ao outro: formar dois grupos, chamados de “Bola Preta” e “Capitão Galdino”, para uma disputa de busca-pé. Para dar mais força à brincadeira, eles convidaram os fogueteiros da cidade para participar. Essa é a versão que o Geraldo de Oliveira Santos relata:

E surgiu de acordo com relatos AAL, associação de Lagarto. Tinha um peção de oitezero bem grande e faziam um encontro de zabumbeiros do interior e ali juntaram ali e fizeram dois grupos (...) era Santinho Machado e seu Mário Cego. eles gostavam das festas, aí disse -- Cumpadre bora fazer dois grupos. -- Borá. -- Você batiza o seu Bola Preta e o meu Capitão Galdino. -- Borá. Aí juntaram, teve um concurso de zabumbeiros lá na praça da associação. Ai santinho machado fez um quadro, (...) Ai fizeram os dois grupos, grupo de um e grupo de outro, se encontravam, saiam lá do centro da cidade, na praça do gomes, aí faziam uma guerra de busca-pé.
(31/08/2025)

Os fogueteiros começaram a participar da festa no intuito de expor seu trabalho, em relação à fabricação de fogos. Aproveitaram a mesma para fazer propaganda de seus produtos.

No começo, a Silibrina tinha poucos participantes, sendo realizada principalmente pelos fabricantes de fogos e por pessoas que tinham curiosidade ou gostavam da emoção que os fogos

proporcionavam. Era uma brincadeira que acontecia em maio e junho, justamente no período do São João. Os fogueteiros e seus amigos usavam um mastro que era transformado em pau de sebo, e nele colocavam prendas como requieijão, garrafas de bebida e outras coisas.

Diferente das festas religiosas tradicionais ou dos eventos promovidos por grandes organizações voltadas ao turismo cultural, a Silibrina surgiu como um movimento independente, urbano e com forte participação da juventude. Essa característica a espontaneidade e o jeito jovem é o que deu à festa seu tom divertido, animado e bem conectado com o dia a dia do povo de Lagarto. A falta de formalidade, ao invés de ser um problema, virou um traço importante, pois trouxe para a festa um sentimento de união e pertencimento, uma verdadeira celebração do povo.

É porque eu acho que não pode envolver política disso aí, certo? Tem que é uma coisa de cultura, tem que então fazer aquilo como como que se deve ser feito. Pode ser partido A, partido B que entra e tal, qualquer político. Então cabe os políticos manter essa tradição e fazer bem feito. Não olhar nada pro lado político nenhum, fazer o trabalho bem feito e para que nossa cidade nunca não entre no rol do esquecimento. (Geraldo de Oliveira Santos, 31/08/2025)

Com o tempo, a Silibrina deixou de ser um encontro improvisado e virou um evento aguardado, que acontece todo ano e tem cada vez mais gente participando. Mesmo sem ter patrocínio oficial, ela passou a envolver comerciantes, moradores de Lagarto e de outras cidades e os jovens da cidade. Essa centenária tradição é conhecida por sua animação com muita cachaça, além de zabumba, triângulo, reco-reco e queima de fogos, como espadas, pitús e busca-pés e a emocionante subida do mastro, quando a euforia toma conta da multidão, repleta de brindes. Ao longo de mais de cem anos, a festa continua a florescer, graças à dedicação de colaboradores e amantes das festividades de São João. É uma festa que reúne pessoas de todas as idades e classes sociais, sem distinção de sexo. Para participar, basta ter coragem e disposição para enfrentar os fogos e correr ao redor deles.

Eu acho que o principal fator, creio eu, que seja a coragem. Eu acho que só o fato da gente tá ali, eh, participando de uma coisa que é considerada perigosa para alguns, já mostra que é além da gente ter paixão pela tradição em si, a gente também tem coragem de vivenciar aquilo, sabe? Então, acho que a coragem e o amor pela cultura mesmo. (Icaro da Silva Andrade, 01/09/2025)

2.3 Hoje em Dia

Hoje em dia, a festa começa à meia-noite do dia 1º de junho, com concentração na Rua do Riachão, famosa rua da caridade. Algumas pessoas chegam mais cedo para começar a soltar fogos nesse local. Depois da meia-noite, os participantes vão caminhando pelas ruas até chegar ao ribeirão, onde fica o mastro. Quando chegam lá, eles começam a soltar vários fogos entre si, celebrando essa tradição tão especial

Ao tomar o centro da cidade e reivindicar o espaço público como lugar de celebração, a Silibrina resgata uma tradição brasileira de festas de rua que desafiam regras e limites, transformando a cidade em um palco de expressão coletiva. Essa ocupação simbólica do espaço urbano aproxima a Silibrina de outras manifestações populares ao longo da história, como os carnavais de rua, os cortejos afro-brasileiros ou as encenações religiosas reinventadas nas periferias das grandes cidades.

Algumas pessoas demonstram muita coragem e chegam a desafiar os fogos, subindo no mastro. Outros que ficam na base tentam impedir essa subida ou atrapalhar quem tenta subir, lançando fogos na direção deles. Quando todos os prêmios já foram conquistados e os fogos dos participantes acabam, a festa chega ao fim.

Apesar de, como explicado anteriormente, hoje em dia a Silibrina ser exclusivamente o folguedo popular realizado à meia-noite do dia 31 de maio, e que a retirada do mastro, que ocorre no dia 29 de maio, ser um evento promovido pela Prefeitura Municipal e não envolver fogos. Para os participantes essa é uma das principais características da Silibrina, a retirada do mastro, que costuma reunir muitas pessoas.

Então, é muito engraçado falar sobre isso, porque a população lagartense em si, ao

mesmo tempo que muita gente valoriza a Silibrina, acaba desvalorizando o real sentido do mastro, né? Que o mastro em si ele é utilizado para ser colocado ali pra pegada de prêmios que ficam lá no topo do mastro, né? Para mostrar quem são os corajosos, os mais loucos, digamos assim, para subir até o mastro, pegar premiações que ficam lá em cima. Porém, muitas pessoas vão pra retirada do mastro, (...) muitas vezes as pessoas não entendem o real sentido do mastro e vão assim só pela muvuca mesmo, pela festa que a prefeitura também organiza, e acabam desvalorizando um pouco a retirada do mastro em si. (...) teve anos que as pessoas pegaram o mastro e simplesmente largaram um mastro lá perto de onde ele é colocado. Nem sequer colocaram no lugar, entendeu? Tipo, largaram o mastro e foram a curtir a festa, curtir as bandas que estavam no lugar e ignoraram que o mastro estava ali. E aí para mim é um ponto muito negativo isso. (Icaro da Silva Andrade, 01/09/2025)

Essas pessoas participam desde o momento em que a árvore é retirada até o local onde o mastro será montado. Geralmente, o mastro é retirado em áreas com árvores grandes, como matas fechadas, porque quanto maior o mastro, maior o desafio. Depois de montar o mastro, os organizadores colocam prêmios no topo para incentivar os participantes a tentarem conquistar os brindes.



Figura V. Imagem dos brindes no Mastro (1995)
Acervo: Geraldo de Oliveira Santos

A memória da Silibrina não fica registrada apenas em documentos ou arquivos oficiais. Ela também vive nas lembranças que as pessoas compartilham oralmente, nos registros feitos de forma amadora em vídeos e fotos, nos relatos passados de geração em geração e na experiência direta dos moradores que participaram da festa ao longo dos anos.

E aí cabe a gente, pessoal, vocês que fazem para a faculdade, sempre tá lembrando essas coisas aqui “para poder não cair no rol do esquecimento” (Geraldo de Oliveira Santos, 31/08/2025)

Essa ideia de Seu Geraldo de que a história da Silibrina precisa ser resgata pelos lagartenses, e pelos estudantes, para não deixar essa tradição cair no “rol do esquecimento” pode ser entendida através do pensamento de Meneses (1992) do que ele afirma ser a caracterização mais recorrente da memória

A caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento,

experiências. Dai com facilidade se passa para os produtos objetivos desse mecanismo. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente. Diz-se, também, que a memória corre o risco de se desgastar, como um objeto friável submetido a uma ação abrasiva; por isso é que precisa não só ser preservada, mas restaurada na sua integridade original. E também se deixa aprisionar pelo esquecimento, pela ocultação, enreda-se em caminhos que não conduzem ao presente; portanto, tem que ser resgatada (Meneses, 1992, p. 10)

Além disso, a Silibrina ajuda a criar um sentimento de pertencimento em relação a Lagarto, ajudando a fortalecer os laços entre as pessoas e a transmitir valores e tradições, mesmo que a festa seja algo relativamente novo. Essa relação entre a festa e a identidade local pode ser entendida à luz do conceito de identidade produzida pelo sujeito pós-moderno de Hall (2006), que vê as identidades como algo em constante mudança, formado por práticas culturais e relações sociais.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpretados nos sistemas culturais que nos rodeiam pp. 12-13)

Por um lado, por ser uma expressão de uma cultura viva e informal, a festa sempre enfrentou olhares de desconfiança e tentativas de controle por parte do poder público, como foi explicado anteriormente. A falta de regras rígidas, que ajuda a manter a espontaneidade do evento, também faz com que ele fique mais vulnerável a acusações de desordem ou ilegalidade, criando um ciclo de tensões entre a cultura popular e as instituições oficiais. Por outro, impedir ou controlar demais a festa pode acabar prejudicando a espontaneidade e a autenticidade que a tornam especial. Essa situação

mostra um conflito entre a cultura popular e a influência de instituições, algo que Arantes (2008, p. 19) comenta ao alertar para os riscos de transformar práticas culturais em objetos de gestão burocrática, o que pode afastá-las de suas raízes comunitárias.

A resistência dos organizadores e participantes às tentativas de proibir a festa, como no processo judicial citado anteriormente, revela o quanto a cultura popular funciona como um espaço de resistência social. Através da festa, grupos muitas vezes marginalizados reivindicam seu direito de existir e serem reconhecidos, não só como indivíduos, mas como portadores de uma história e uma cultura legítimas.

Assim, a Festa da Silibrina não pode ser compreendida apenas como um evento festivo, mas como uma manifestação cultural complexa, que articula memória, identidade e espaço urbano, além de representar um campo simbólico de disputas e resistências. Esse entendimento prepara o terreno para analisar, no capítulo seguinte, o impacto e os significados da oficialização da festa por meio da Lei Ordinária nº 9.223/2023, que reconheceu a Silibrina como Bem de Interesse Cultural do Estado de Sergipe.

3. A SILIBRINA E A CONSTRUÇÃO DE UMA LAGARTINIDADE

Quando falamos sobre identidades culturais, estamos pensando em como uma sociedade se manifesta através da sua cultura, da memória, dos sujeitos históricos e das marcas que eles deixam no tempo e no espaço. Sendo assim a cidade e Lagarto, é marcada por esta lagartinidade.

A expressão “lagartinidade” foi criada pelos moradores e está oficialmente reconhecida na lei nº 321 de 05 de abril de 2010, sancionada pelo prefeito José Valmir Monteiro (*in memoriam*). É uma celebração cívico-cultural, comemorado no dia 20 de outubro. Ainda no seu Artigo 2º retrata que “O dia da Lagartinidade deve envolver a realização de atividades cívico-culturais, destacando a valorização das tradições da gente lagartense, assim como reflexões sobre a importância histórica e social de Lagarto no desenvolvimento do Estado de Sergipe”

Em 2023, o Governo de Sergipe aprovou a Lei Ordinária nº 9.223, que oficializou a Festa da Silibrina, realizada em Lagarto, como um Bem de Interesse Cultural do Estado. Segundo o site da Assembleia Legislativa do Estado

Interesse Cultural pode ser classificado como o conjunto de todos os bens manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região.

São considerados bem de interesse cultural, festas e festividades; músicas e elementos de fundamental importância para a memória, a identidade, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. (SOUZA, 2024)

Quando a Silibrina é reconhecida como Bem de Interesse Cultural, ela passa a fazer parte de uma política pública de proteção cultural. Isso pode trazer vantagens, como receber recursos financeiros, contar com apoio institucional para sua realização e ganhar mais destaque tanto na região quanto no país. Essa formalização ajuda a ampliar o alcance da festa, contribuindo para que ela dure mais tempo e valorizando a identidade local.

Por outro lado, essa oficialização também pode trazer alguns desafios e riscos para a festa enquanto manifestação cultural viva. Quando uma festa recebe o reconhecimento oficial como Bem de Interesse Cultural, ela passa a fazer parte de um circuito de manifestações culturais que, muitas vezes, destacam narrativas predominantes e interesses políticos. Isso pode acabar escondendo ou silenciando aspectos da festa que são mais difíceis de aceitar ou que geram conflitos. O importante é garantir que esse reconhecimento sirva para fortalecer a identidade e a autonomia das pessoas envolvidas, sem tentar controlá-las ou limitar sua liberdade.

No caso de Lagarto, a aprovação da Lei nº 9.223/2023 pode ser vista como um movimento político que responde às pressões da comunidade e às controvérsias surgidas durante o processo judicial de 2022. Esse reconhecimento oficial veio como uma forma de valorizar e proteger uma expressão cultural que, até então, enfrentava o risco de desaparecer ou ser reprimida.

O processo de reconhecimento legal começou com o Projeto de Lei nº 210/2023, de autoria da Deputada Estadual Áurea Ribeiro. Este projeto foi protocolado em 17 de maio de 2023. A ementa do Projeto de Lei nº 210/2023 visava "Declarar a 'Festa da Silibrina na Cidade de Lagarto' como Bem de Interesse Cultural do Estado de Sergipe e a incluir

no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Sergipe". A justificativa do projeto destacou a valorização da cultura popular.

A lei declara a "Festa da Silibrina" como "Bem de Interesse Cultural" do Estado de Sergipe. Esta declaração é baseada na compreensão de que a cultura popular é a cultura do povo, um conjunto de saberes e tradições moldados pela interação dos indivíduos de uma localidade específica e que reflete as "características daquele povo em específico".

Ao reconhecer a Silibrina, a lei valida formalmente as práticas, crenças e hábitos que são intrínsecos à comunidade de Lagarto, permitindo que os cidadãos se vejam representados e valorizados em suas próprias manifestações culturais.

Segundo Hall (2006), não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional, regional e local – para ser mais abrangente - busca unificá-los através de uma identidade cultural. Ou seja, guardar sua cultura é fundamental para manter a própria identidade. Ao preservar suas tradições e crenças, muitos grupos asseguram que as próximas gerações continuem conectadas às suas raízes culturais. Isso é importante para fortalecer a união social e o sentimento de pertencimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu analisar a história da Silibrina, desde suas origens espontâneas até sua oficialização pela Lei Ordinária nº 9.223/2023, mostrando como a cultura popular pode sim passar por um processo de valorização e reconhecimento. Quando a festa foi legalmente reconhecida, ela ganhou mais destaque e proteção, mas também trouxe o desafio de manter sua autenticidade e a liberdade dos praticantes.

A Festa da Silibrina é um exemplo claro das disputas simbólicas que envolvem a cultura popular no Brasil de hoje. Ela demonstra que a cultura está sempre em construção, sendo negociada, onde as identidades são reafirmadas, conflitos surgem e resistências se manifestam.

Este trabalho possui limitações, como fontes escassas e difíceis de acessar, além da ausência de uma história documentada sobre o tema, o que dificultou a pesquisa; para contornar essas dificuldades, foram realizadas entrevistas orais. O trabalho destacou experiências muitas vezes esquecidas ou marginalizadas, reforçando que a história da

cultura popular em Lagarto é diversa, multifacetada e marcada por disputas, destacando a importância de reconstruir essa trajetória para valorizar a memória dos antepassados.

Por fim, este estudo destaca a importância de políticas culturais que reconheçam e valorizem a cultura popular em todas as suas formas, reconhecendo-as como espaços de identidade individuais e/ou coletivas, criando espaços de diálogo entre o governo e as comunidades locais. Só assim será possível garantir que manifestações como a Silibrina continuem vivas, como práticas culturais dinâmicas, capazes de expressar as identidades, memórias e desejos das pessoas que as vivem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1981

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papirus, 1989.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, p. 7-39. 1995

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-92. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v.2).

GONÇALVES, Maria De Andrade. **O Processo De Formação E As Manifestações Culturais**. In ____. **Textos Para A História De Sergipe**. Diana M. Diniz (Cord.) Beatriz Dantas; Lenalda A. Santos; Maria De A. Gonçalves; M^a Da Glória S. Almeida; Terezinha Alves De Oliva. Aracaju: Universidade Federal De Sergipe, p. 251-274. 1991.

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MENESES, U.T.B. de. 1992. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 34:9-24

MORAIS FILHO, Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 94-107. 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, p. 155-203. 2008

PRATA, Gervásio. Juiz do Lagarto. In: LIMA, J. Fraga. **Memórias do Desembargador Gervásio Prata**. Aracaju: Governo de Sergipe/FUNDESC, 1986. p. 40.

Fontes Consultadas

ANDRADE, Icaro da Silva, Lagarto, 2025

SANTOS, Geraldo de Oliveira, Lagarto, 2025

Fontes Eletrônicas

Com Silibrina proibida, queima de fogos aconteceu na “rua da caridade” - Lagarto Como eu Vejo. Lagarto Como eu vejo. Disponível em: <<https://lagartocomoeujejo.com.br/2022/06/01/com-silibrina-proibida-queima-de-fogos-aconteceu-na-rua-da-caridade/>>. Acesso em: 11 set. 2025

Festa do Mastro e Tradicional Silibrina podem não acontecer este ano - Lagarto Como eu vejo. Lagarto Como eu vejo. Disponível em: <<https://lagartocomoeujejo.com.br/2022/05/27/festa-do-mastro-e-tradicional-silibrina-podem-nao-acontecer-este-ano/>>. Acesso em: 11 set. 2025

Festa do Mastro e Tradicional Silibrina podem não acontecer este ano - Lagarto Como eu Vejo. Lagarto Como eu Vejo. Disponível em: <<https://lagartocomoeujejo.com.br/2022/05/27/festa-do-mastro-e-tradicional-silibrina-podem-nao-acontecer-este-ano/>>. Acesso em: 11 set. 2025

LEI Nº 9.223, DE 28 DE JUNHO DE 2023. Se.leg.br. Disponível em: <<https://aleselegis.al.se.leg.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L92232023.html?identificador=310031003700310030003A004C00>>. Acesso em: 01 set. 2025

Silibrina deste ano não tem mais comissão organizadora - Lagarto Como eu Vejo. Lagarto Como eu Vejo. Disponível em:

<<https://lagartocomoeuvejo.com.br/2022/05/31/silibrina-deste-ano-nao-tem-mais-comissao-organizadora/>>. Acesso em: 11 set. 2025

Tradicional Silibrina de Lagarto está confirmada e acontecerá em frente ao Ribeirão - Lagarto Como eu Vejo. Lagarto Como eu Vejo. Disponível em: <<https://lagartocomoeuvejo.com.br/2023/05/12/tradicional-silibrina-de-lagarto-esta-confirmada-e-acontecera-em-frente-ao-ribeirao/>>. Acesso em: 11 set. 2025

Tribunal de Justiça de Sergipe - Consulta Processual. Processo nº 202254001119. Tjse.jus.br. Disponível em: <<https://www.tjse.jus.br/portal/consultas/nova-consulta-processual>>. Acesso em: 07 set. 2025.

SOUZA, Aldaci de. Leis sobre Bem de Interesse Cultural passam por aprovação na Alese - Assembleia Legislativa de Sergipe. Assembleia Legislativa de Sergipe - ALESE. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/leis-sobre-bem-de-interesse-cultural-passam-por-aprovacao-na-alese/>>. Acesso em: 11 set. 2025

YOUTUBE COMO EXTENSÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ABERTA

Cassiano Campos de Moraes e Felipe Jovino dos Santos

Resumo

O YouTube tem se consolidado como uma plataforma de apoio à educação, especialmente em contextos de vulnerabilidade e exclusão digital. Este artigo discute seu potencial como extensão do ensino profissional e tecnológico, à luz dos princípios da educação aberta. São analisadas as possibilidades pedagógicas do audiovisual digital, os desafios de sua utilização sem mediação institucional e os limites estruturais para sua adoção massiva. A partir da experiência prática do autor como educador e criador de conteúdo, defende-se que o YouTube pode contribuir de forma significativa para a democratização do acesso ao conhecimento técnico e para a formação de sujeitos mais autônomos e críticos.

Palavras-chave: educação aberta; ensino técnico; YouTube educacional; inclusão digital; ensino profissionalizante; inovação pedagógica

Abstract

YouTube has become a consolidated platform for supporting education, especially in contexts of vulnerability and digital exclusion. This paper discusses its potential as an extension of vocational and technical education, aligned with the principles of open education. It analyzes the pedagogical possibilities of digital audiovisual content, the challenges of its use without institutional mediation, and the structural limits to its widespread adoption. Based on the author's practical experience as an educator and content creator, it argues that YouTube can significantly contribute to democratizing access to technical knowledge and to forming more autonomous and critical learners.

Keywords: open education; technical education; educational YouTube; digital inclusion; vocational education; pedagogical

Introdução

Nos últimos anos, o cenário educacional brasileiro tem testemunhado profundas transformações impulsionadas pelas tecnologias digitais. Dentre essas mudanças, destaca-se a emergência de plataformas de compartilhamento de vídeos — com especial destaque para o YouTube — como ambientes alternativos e complementares ao ensino formal. Embora originalmente concebido como uma plataforma de entretenimento, o YouTube evoluiu para se tornar um dos maiores repositórios abertos de conteúdos educacionais do mundo, com potencial significativo para apoiar a formação técnica e profissional em larga escala.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), conforme definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelas diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), visa preparar cidadãos para o mundo do trabalho, conciliando saber técnico, científico e ético. No entanto, essa modalidade ainda enfrenta desafios estruturais, como a limitação de vagas em instituições públicas, a evasão escolar por fatores socioeconômicos e a defasagem entre os currículos oficiais e as demandas do mercado tecnológico contemporâneo. Nesse contexto, recursos digitais abertos, como vídeos educacionais, tutoriais e cursos livres veiculados pelo YouTube, oferecem uma alternativa relevante para mitigar parte dessas dificuldades.

Ao mesmo tempo, a ascensão da **educação aberta** — movimento global que defende o livre acesso ao conhecimento, a flexibilidade de trajetórias de aprendizagem e a valorização de saberes informais — fortalece o uso de ambientes digitais como extensão legítima e eficaz do ensino institucional. O YouTube, por sua natureza descentralizada, escalável e acessível, se insere nesse paradigma como uma ferramenta de democratização do saber, especialmente útil em contextos de vulnerabilidade social, onde o acesso à educação formal é restrito ou intermitente.

Este artigo propõe refletir sobre o uso do YouTube como extensão estratégica da Educação Profissional e Tecnológica, com base na experiência prática dos autores como educador, desenvolvedor e criador de conteúdo no canal *MastersTech*. A partir da interseção entre prática docente, tecnologias educacionais e inclusão digital, busca-se demonstrar como o audiovisual, quando guiado por intencionalidade pedagógica, pode contribuir para a formação técnica autônoma, crítica e inclusiva, alinhada aos princípios da educação aberta.

Justificativa

A consolidação do YouTube como ferramenta de ensino reflete não apenas uma tendência tecnológica, mas uma necessidade social diante das desigualdades no acesso à educação formal e das transformações nas formas de aprender. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com sua missão de preparar indivíduos para o mundo do trabalho de maneira crítica, criativa e ética, encontra no YouTube um aliado estratégico para expandir seu alcance, flexibilizar trajetórias formativas e dialogar com as linguagens e os dispositivos da contemporaneidade.

Em um país como o Brasil, onde as barreiras geográficas, econômicas e estruturais ainda excluem milhões de jovens da formação técnica de qualidade, as plataformas digitais emergem como pontes alternativas entre o conhecimento e aqueles que dele mais precisam. Segundo dados da Fundação Roberto Marinho, 67% dos jovens brasileiros recorrem a vídeos no YouTube para aprender conteúdos escolares ou técnicos por conta própria (Fundação Roberto Marinho, 2023). Tal dado revela um movimento de busca por autonomia e acesso ao saber que não pode ser desconsiderado pelas políticas públicas nem pelas instituições de ensino.

Além disso, o próprio Ministério da Educação (MEC) tem incentivado iniciativas de educação aberta e recursos educacionais digitais, reconhecendo que o uso de tecnologias como vídeo-aulas pode complementar de forma eficaz os currículos da EPT, especialmente quando estruturadas com base pedagógica clara (MEC, 2023). Em consonância, a UNESCO defende o uso de **recursos educacionais abertos (REA)** como estratégia para democratizar o conhecimento, reduzir custos e promover a equidade educacional (UNESCO, 2021).

No contexto da pandemia de COVID-19, a utilização massiva de plataformas como o YouTube para fins educacionais consolidou-se como prática legítima, apontando para um novo paradigma de ensino — híbrido, flexível, multimodal e centrado no aprendiz. Mesmo após o retorno às aulas presenciais, pesquisas apontam que estudantes continuam utilizando vídeos online como ferramenta de apoio ao aprendizado formal, reforçando o papel contínuo dessas mídias na construção de uma educação mais aberta e personalizada (TIC Educação, 2023).

Portanto, ao considerar a potência formativa do audiovisual, a capacidade de engajamento do YouTube e sua penetração social, este artigo defende que a plataforma pode — e deve — ser compreendida

como uma **extensão legítima da EPT**, alinhada aos princípios da **educação aberta** e da **inclusão digital**. Sua adoção crítica e intencional por educadores pode contribuir para ressignificar o processo de ensino-aprendizagem, colocando o aluno como protagonista de sua jornada.

Objetivo do Artigo

Este artigo tem como objetivo analisar o potencial do YouTube como ferramenta complementar ao ensino profissional e tecnológico, com ênfase na sua utilização como estratégia de educação aberta. Busca-se discutir como a plataforma pode ampliar o acesso ao conhecimento técnico, promover a autonomia do aprendiz e contribuir para a formação de competências profissionais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e exclusão educacional. A partir de uma abordagem teórico-prática, fundamentada na experiência do autor como educador e produtor de conteúdos digitais, o texto propõe uma reflexão crítica sobre a integração de mídias digitais ao processo formativo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), evidenciando as possibilidades, os limites e os desafios pedagógicos envolvidos.

Metodologia

Para atingir os objetivos deste artigo, será realizada uma abordagem qualitativa, com base em revisão de literatura sobre educação aberta, tecnologias digitais e ensino profissional e tecnológico. Serão consultados artigos acadêmicos, documentos oficiais do MEC e da UNESCO, além de relatórios de pesquisa sobre uso educacional do YouTube. A análise será complementada com um relato de experiência dos autores como criadores de conteúdo no canal MastersTech TI, utilizando elementos da pesquisa narrativa para evidenciar práticas pedagógicas aplicadas no contexto digital.

Desenvolvimento

YouTube como ambiente educacional

A plataforma YouTube, criada originalmente para compartilhamento de vídeos de caráter recreativo, transformou-se, ao longo dos anos, em um dos maiores espaços de aprendizagem informal do mundo. Segundo a pesquisa *TIC Educação 2023*, cerca de 75% dos estudantes brasileiros afirmaram já ter utilizado vídeos da internet

como complemento ao aprendizado formal (TIC Educação, 2023). Essa mudança de paradigma consolida o YouTube não apenas como um meio de entretenimento, mas como um ambiente educacional legítimo, dinâmico e acessível.

Do ponto de vista pedagógico, o YouTube reúne características que favorecem a aprendizagem significativa: autonomia do aluno, acesso sob demanda, multimodalidade (áudio, imagem, texto e legenda), variedade de estilos de ensino e personalização da experiência formativa. Educadores podem utilizar a plataforma tanto como ferramenta de apoio a aulas presenciais quanto como canal de ensino híbrido, ofertando conteúdos técnicos, tutoriais, explicações teóricas, simulações práticas e projetos aplicados.

Além disso, a arquitetura do YouTube permite a criação de playlists temáticas, organização modular de conteúdos, transmissões ao vivo e interação assíncrona por meio dos comentários — elementos que favorecem metodologias ativas e a construção colaborativa do conhecimento. Embora não substitua as práticas formais e presenciais da EPT, o YouTube pode ampliar o alcance dessas práticas e flexibilizar os percursos de aprendizagem, especialmente em contextos marcados por exclusão social, baixa conectividade e déficit de professores especializados.

Na perspectiva da Educação Profissional e Tecnológica, que demanda articulação entre saberes teóricos e práticos, o YouTube permite que os estudantes visualizem processos, simulações e demonstrações que muitas vezes não estão disponíveis em seus contextos escolares — como montagem de circuitos, configuração de sistemas, uso de ferramentas digitais ou aplicação de algoritmos em linguagem de programação. Isso se alinha à proposta de competências técnicas e tecnológicas preconizada pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), bem como às diretrizes da Base Nacional Comum para a EPT.

Além do conteúdo em si, o YouTube estimula o letramento digital, a autonomia cognitiva e a habilidade de buscar, filtrar e aplicar informações de forma crítica — habilidades centrais no século XXI. Quando usado com intencionalidade pedagógica, planejamento e curadoria, a plataforma pode ser uma extensão legítima das práticas educacionais da EPT, integrando o saber acadêmico às vivências culturais e digitais do estudante.

IA e Sociedade: Impactos Positivos e Negativos

A Inteligência Artificial (IA) tem o potencial de transformar diversos setores da sociedade. Na saúde, por exemplo, sistemas inteligentes auxiliam no diagnóstico precoce de doenças e na personalização de tratamentos (EximiaCo, 2023). No entanto, a automação promovida pela IA também levanta preocupações sobre o futuro do trabalho, com a possibilidade de substituição de empregos tradicionais por máquinas, o que pode ampliar a desigualdade social e econômica.

A crescente automação impulsionada pela Inteligência Artificial está redefinindo o mercado de trabalho global. Enquanto a IA assume tarefas repetitivas e operacionais, há uma preocupação crescente sobre a substituição de empregos tradicionais por sistemas automatizados, o que pode exacerbar desigualdades socioeconômicas (El País, 2025). Entretanto, a Inteligência Artificial também cria novas oportunidades, demandando profissionais com habilidades em áreas como ciência de dados, aprendizado de máquina e ética tecnológica. A adaptação a esse novo cenário requer investimentos em educação e requalificação profissional, preparando a força de trabalho para as exigências de uma economia cada vez mais digitalizada.

O aumento da implementação de sistemas de IA em diversas esferas da sociedade tem levantado preocupações significativas relacionadas à privacidade e à vigilância. Tecnologias como o reconhecimento facial e a análise preditiva são frequentemente utilizadas para monitorar e coletar dados pessoais, muitas vezes sem o consentimento explícito dos indivíduos envolvidos (PwC Portugal, 2023). Além disso, a capacidade da IA de processar grandes volumes de informações em tempo real facilita práticas de vigilância em massa, potencialmente comprometendo liberdades civis e direitos fundamentais (KPMG, 2023). Casos recentes demonstram que a utilização inadequada dessas tecnologias pode levar a violações de privacidade e uso indevido de dados pessoais, destacando a necessidade urgente de regulamentações que protegem os cidadãos contra abusos e garantam a transparência no uso de sistemas de IA (El País, 2025).

Neste sentido, a crescente utilização da IA em sistemas de vigilância suscita debates sobre privacidade e direitos civis. A capacidade de monitoramento em larga escala pode levar a práticas invasivas, comprometendo liberdades individuais e potencialmente instaurando sociedades de controle (Jornal da USP, 2024).

Educação aberta e seus princípios no contexto digital

A educação aberta configura-se como um movimento global que busca ampliar o acesso ao conhecimento por meio de recursos educacionais livres, metodologias flexíveis e estratégias que priorizam a autonomia do sujeito na construção de sua aprendizagem. Em sua essência, essa abordagem rompe com a lógica tradicional da educação centrada na exclusividade institucional, propondo um modelo distribuído, inclusivo e colaborativo. A UNESCO (2021), ao aprovar a *Recomendação sobre Recursos Educacionais Abertos*, reconhece a importância de tornar o conhecimento um bem comum, promovendo equidade e justiça social no campo educacional.

Entre os princípios fundamentais da educação aberta, destacam-se: **acesso irrestrito ao conteúdo**, **licenciamento aberto** (como Creative Commons), **reutilização e adaptação de materiais didáticos**, e **participação ativa do estudante no processo de aprendizagem**. No ambiente digital, esses princípios se materializam por meio de plataformas que oferecem conteúdos gratuitos, em múltiplos formatos, e que permitem ao aprendiz interagir, remixar e produzir novos saberes a partir das referências acessadas.

A convergência entre esses ideais e os recursos oferecidos pelo YouTube é evidente. Ao permitir a publicação e o compartilhamento de vídeos de forma gratuita e global, a plataforma se alinha aos fundamentos da educação aberta — ainda que de forma não institucionalizada. Educadores e especialistas têm utilizado o YouTube para disponibilizar aulas, cursos, minicursos, tutoriais e análises críticas que podem ser acessadas por qualquer pessoa com conexão à internet, sem barreiras geográficas ou financeiras. Essa disponibilidade amplia o potencial da formação técnica para além dos muros das escolas e institutos federais, possibilitando que jovens de comunidades periféricas, zonas rurais ou regiões com baixa oferta educacional tenham acesso a conteúdo de qualidade. A inclusão e a qualidade através de práticas pedagógicas abertas apoiadas na liberdade de criar, usar, combinar, alterar e redistribuir recursos educacionais de forma colaborativa. Como diz no artigo Guia de Bolso da Educação Aberta (2019)

Além disso, o YouTube favorece o desenvolvimento de competências que extrapolam o conteúdo técnico, como o letramento midiático, a cultura digital e a autonomia intelectual — elementos valorizados nos novos paradigmas educacionais e que dialogam

diretamente com os objetivos da Educação Profissional e Tecnológica. Cabe aos educadores, nesse contexto, desenvolver práticas pedagógicas que integrem essas plataformas à sala de aula (presencial ou virtual), sem abdicar do rigor técnico, da intencionalidade didática e da ética na produção e uso de conteúdos.

Portanto, compreender o YouTube como vetor da educação aberta é reconhecer seu papel como instrumento de transformação social, especialmente em um país marcado por desigualdades históricas no acesso à educação. Quando articulado a estratégias pedagógicas consistentes, o conteúdo produzido e compartilhado nessa plataforma pode ampliar horizontes formativos e contribuir para o fortalecimento de uma cultura educacional mais democrática, acessível e plural.

Desafios e limites da aprendizagem via plataformas abertas?

Apesar do potencial transformador das plataformas digitais abertas como o YouTube, seu uso como ferramenta educacional também impõe desafios estruturais, pedagógicos e sociais que precisam ser reconhecidos e enfrentados. A democratização do acesso ao conteúdo não implica, necessariamente, em democratização do aprendizado, uma vez que o ato de aprender envolve não apenas o contato com informações, mas também mediação pedagógica, acompanhamento, motivação e condições materiais mínimas.

Um dos principais desafios diz respeito à curadoria e à confiabilidade dos conteúdos disponíveis. Em um ambiente onde qualquer usuário pode publicar vídeos sem critérios acadêmicos ou validação técnica, o risco de disseminação de informações incorretas, superficiais ou descontextualizadas é constante. Para aprendizes iniciantes — especialmente em áreas como programação, redes neurais ou eletrônica embarcada —, a ausência de orientação pode resultar em confusão conceitual, reforço de más práticas e até abandono do processo de aprendizagem por frustração.

Outro limite importante está relacionado ao perfil do aprendiz e sua autonomia para organizar o próprio processo formativo. Plataformas como o YouTube exigem que o sujeito desenvolva habilidades de autorregulação, disciplina e capacidade crítica para selecionar conteúdos relevantes, algo que nem todos possuem, principalmente aqueles que vêm de trajetórias escolares marcadas por ensino passivo e fragmentado. Assim, a aprendizagem por meio dessas

plataformas tende a ser mais eficaz quando articulada a contextos formais de ensino, mentoria ou redes de apoio.

A ausência de certificação oficial também representa um obstáculo, sobretudo na Educação Profissional e Tecnológica, onde a comprovação formal das competências adquiridas é exigida pelo mercado de trabalho. Ainda que o conhecimento adquirido seja válido e aplicável, sua não validação institucional pode limitar oportunidades profissionais, o que reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam saberes adquiridos em contextos não formais.

Do ponto de vista da infraestrutura, o acesso desigual à internet de qualidade ainda afeta grande parte da população brasileira. Segundo a pesquisa TIC Domicílios (2023), cerca de 25% das residências nas áreas rurais ainda não possuem acesso à internet ou enfrentam conexões instáveis, o que compromete a efetividade de propostas baseadas exclusivamente em plataformas digitais.

Por fim, é necessário mencionar o impacto dos algoritmos de recomendação do YouTube, que priorizam conteúdos com maior engajamento — muitas vezes superficiais ou sensacionalistas — em detrimento de materiais educativos mais densos, porém com menor apelo popular. Isso pode criar bolhas informacionais e dificultar o acesso a conteúdos realmente relevantes para o desenvolvimento técnico e profissional.

Diante desses limites, é fundamental que educadores, instituições e formuladores de políticas públicas compreendam que o uso de plataformas abertas como o YouTube deve ser acompanhado de estratégias pedagógicas consistentes, políticas de inclusão digital e ações formativas que desenvolvam o pensamento crítico e a autonomia do estudante. Só assim será possível transformar essas ferramentas em aliadas reais da educação emancipadora.

Conclusão

A expansão das tecnologias digitais e das plataformas de compartilhamento de conteúdo transformou profundamente as formas de ensinar e aprender no século XXI. Nesse cenário, o YouTube destacou-se como um ambiente potencialmente educativo, acessível e dinâmico, capaz de complementar o ensino formal e ampliar o alcance da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente quando orientado pelos princípios da educação aberta.

Ao longo deste artigo, argumentou-se que a plataforma, apesar de seus limites e desafios — como a ausência de mediação pedagógica sistemática, a sobrecarga de informações e a desigualdade de acesso à internet —, pode se consolidar como um espaço legítimo de formação técnica e cidadã. Isso é particularmente relevante em contextos socialmente vulneráveis, onde o ensino presencial enfrenta restrições estruturais e onde o acesso ao conhecimento representa uma oportunidade concreta de transformação social.

A experiência prática dos autores, como educador e produtor de conteúdos no canal MastersTech, evidencia que é possível integrar linguagem técnica, intencionalidade pedagógica e acessibilidade digital para oferecer uma formação significativa e centrada no aprendiz. Tais iniciativas, ainda que individuais, reforçam a urgência de repensar a articulação entre educação formal e espaços digitais abertos, superando dicotomias históricas entre o ensino institucional e os saberes produzidos na rede.

Conclui-se, portanto, que o YouTube, quando utilizado de forma crítica, planejada e ética, pode funcionar como uma extensão estratégica da EPT, contribuindo para a construção de trajetórias formativas mais inclusivas, flexíveis e alinhadas às realidades contemporâneas dos sujeitos aprendentes. Cabe agora aos educadores, gestores e políticas públicas reconhecerem e potencializarem esse recurso como parte integrante da agenda educacional brasileira.

Referências

Fundação Roberto Marinho. (2023). Pesquisa “Juventudes fora da escola”. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/pesquisa-juventudes-fora-da-escola>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MEC – Ministério da Educação. (2023). Plataforma de Recursos Educacionais ganha novos colaboradores e será ainda mais útil ao professor. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/recursos-educacionais-digitais>. Acesso em: 13 ago. 2025.

UNESCO. (2021). Recomendação sobre Recursos Educacionais Abertos. Disponível em: [https://www-unesco-org.translate.google.com/translate/en/open-educational-resources? x tr sl=en& x tr tl=pt& x tr hl=pt& x tr pto=tc](https://www-unesco-org.translate.google.com/translate/en/open-educational-resources/?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt&x_tr_pto=tc). Acesso em: 13 ago. 2025.

TIC Educação. (2023). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nas-escolas-brasileiras-tic-educacao-2022/>. Acesso em: 14 ago. 2025.

Iniciativa Educação Aberta. (2019). Guia de Bolso da Educação Aberta. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564609/3/Guia%20de%20bolso%20REA_vf_tela.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

DE ENCRUZILHADA A MUNICÍPIO: A ORIGEM, O CRESCIMENTO E A HISTÓRIA DE SÃO DOMINGOS, SERGIPE.

Giclecio Sousa de Jesus¹

RESUMO

Este trabalho constitui um esforço de colocar de volta ao mapa dos estudos urbanos, a análise e a compreensão das cidades de pequeno porte. Durante muito tempo a superficialidade com que foi tratado esse tema ajudou a provocar um esvaziamento nos significados atribuídos a estes locais e um esquecimento quanto ao protagonismo nos estudos da área. A pluralidade na formação de cada um desses centros, tendo em vista as relações que estabelecem com o sítio, aspectos econômicos, antropológicos e sociais, tem chamado atenção de alguns estudiosos nos últimos anos, quanto a complexidade dos fenômenos e ao vasto campo de trabalho que elas representam. Tomando o município de São Domingos - Sergipe como objeto de estudo, esse trabalho se posiciona em consonância, ao documentar o crescimento da pequena vila desde a sua origem até a atualidade, relacionando a expansão urbana com aspectos sociais. Foram utilizados relatos orais de antigos moradores e alguns registros da comunidade como principal método na construção da narrativa. O que se pretende chamar atenção com esse ensaio, é para o fato de que há uma realidade rica do ponto de vista empírico e que concerne ao fenômeno urbano nessas cidades, uma complexidade diferente das apresentadas nas de médio e grande porte. Assim, esse estudo mostra sua relevância por fazer um resgate da cidade pequena, de volta ao debate acadêmico e por propor uma valorização da história e da identidade local.

PALAVRAS-CHAVE: cidades pequenas; crescimento urbano; história local; São Domingos-SE.

RESUMEN

Este trabajo es un esfuerzo por volver a poner el análisis y la comprensión de las pequeñas ciudades en el mapa de los estudios urbanos. Durante mucho tiempo, la superficialidad con la que se trató este tema contribuyó a provocar un vaciamiento en los significados atribuidos a estos lugares y un olvido en cuanto al protagonismo en los estudios de la zona. La pluralidad en la formación de cada uno de estos centros, en vista de las relaciones que establecen con el sitio, aspectos económicos, antropológicos y sociales, ha llamado la atención de algunos estudiosos, en los últimos años, sobre la complejidad de los fenómenos y la vastedad. campo de trabajo que representan. Tomando el municipio de São Domingos - Sergipe como objeto de estudio, este trabajo está en línea, documentando el crecimiento de la pequeña aldea

¹ Graduado, UFS, gicleciosousa@gmail.com

desde su origen hasta la actualidad, relacionando la expansión urbana con los aspectos sociales. Como principal herramienta para ello se utilizaron los informes orales de ex residentes, así como algunos registros que sirvieron para acreditar y atribuir veracidad a los testimonios. Lo que se pretende llamar la atención sobre este ensayo, es el hecho de que existe una realidad rica desde el punto de vista empírico y que concierne al fenómeno urbano en estas ciudades, una complejidad diferente a las presentadas en las medianas y grandes. Así, este estudio muestra su relevancia para rescatar el pequeño pueblo, volver al debate académico y para proponer una valoración de la historia y la identidad local.]

PALABRAS CLAVES: pueblos pequeños; crecimiento urbano; Historia local; São Domingos-SE.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as grandes cidades e os fenômenos provenientes da urbanização, da revolução nos meios de comunicação e das desigualdades sociais sempre foram pauta na agenda de estudiosos que discutem e tentam intervir na realidade das grandes cidades. Durante quase todo tempo, o alvo das pesquisas nessas rodas se limitou aos médios e grandes centros e foi somente nas últimas décadas que os percebemos desviar atenção para compreender melhor as questões das cidades pequenas (Corrêa, 1999). Os esforços ainda são tímidos, o objeto de estudo é inesgotável e a complexidade na formação de cada uma dessas cidades, tem nos aberto os olhos para um campo quase intacto no que se refere ao seu aprofundamento teórico.

Como já destaca Milton Santos, quanto menor o lugar examinado, maior o número de níveis e determinações externas que incidem sobre ele, e daí decorre a sua complexidade. Esse estudo surge como uma tentativa de explorar esse terreno, ao documentar e analisar o processo de ocupação urbana do município de São Domingos, localizado no interior do estado de Sergipe.

Com um pouco mais de 50 anos de emancipação política, a cidade que hoje recebe o nome do padroeiro, foi povoado de um município vizinho, mas a distância que os moradores tinham que percorrer para chegar a ele fez com que “um” morador lutasse em busca da emancipação. Desde essa conquista, o município foi crescendo através de expansões determinadas pelo investimento em abertura de ruas ou ainda ocupações espontâneas que foram acontecendo ao longo dos anos.

Por ser jovem e ainda pequeno, o município, é escasso o que se tem documentado sobre o seu crescimento, tudo que se sabe além da emancipação é proveniente das histórias dos moradores mais antigos. Dessa maneira a importância desse trabalho se reafirma como uma forma de resgatar a história do município e garantir que esse legado seja passado adiante e deixado para as gerações vindouras. A pesquisa visa documentar o processo de crescimento do município desde a sua emancipação, reunindo informações que possibilitem criar cartografias ilustrando a expansão da cidade e os desdobramentos das principais intervenções públicas.

Para alcançar tal fim, uma busca preliminar foi realizada nos órgãos públicos do município a procura de material que tornasse possível a reconstituição do crescimento através de documentos oficiais. Em outros tempos, embates políticos comprometeram a integridade da documentação existente sobre o município e uma vez que essas fontes não poderiam servir de fonte de pesquisa, adotou-se a metodologia oral, como fonte primária da fundamentação teórica levantada neste trabalho.

Se apoiando nas narrativas dos moradores mais antigos, foram construídas cartografias ilustrando o desenho urbano da cidade desde os anos 20, época que colide com a origem da povoação. A cartografia se funde a descrição histórica oral para fornecer um documento legítimo sobre os acontecimentos que marcaram o crescimento e as transformações do povoado, da vila e posteriormente do município.

Como meio de conferir respaldo, além de cruzar os relatos dos moradores, a construção de alguns prédios públicos serve de prova para o testemunho. Foram realizados registros fotográficos das placas de inauguração de cada um deles e uma lista com os mandatos de cada gestor também foi utilizada para confrontar e posicionar a construção de cada órgão num momento da história. Dessa forma a construção desses mapas mesclou a pesquisa oral com a investigação da construção desses edifícios.

Esse trabalho reproduz, num recorte espacial, a percepção baseada na vivência e no sentido prático da construção social, econômica e urbana. Ele expressa as memórias das pessoas que acompanharam as transformações do município e revela-se como uma herança histórica e cultural importante para a preservação da identidade local e do artefato histórico.

2 ENCRUZILHADA, FEIRA DA PINDOBA, FEIRA NOVA

Formação, desenvolvimento e reconhecimento do povoado e vila

O nascimento das grandes civilizações nos traz importantes ensinamentos sobre a vida em coletividade e nos dá exemplos das condições indispensáveis para o surgimento de cada uma delas. Das mais antigas às mais recentes, as condições do sítio sempre foram um fator primordial para determinar a localização das primeiras ocupações humanas. A presença de corpos d'água desde sempre relevantes para a agricultura, para a pesca e para a criação de animais foram a principal razão para a transformação do homem nômade em um caçador-coletor e para a mudança da relação que existia entre o homem e o espaço.

Dentro desses moldes muitas comunidades se estabeleceram perto de rios, tendo em técnicas rudimentares de cultivo e criação de animais, os principais mecanismos para a agricultura de subsistência. Com algum avanço nos métodos de manejo da terra, a produção de alimentos que era voltada ao suprimento das necessidades da própria colônia, passou a ser excedente e isso levou o caçador-coletor a estabelecer relações com aldeias vizinhas realizando a troca desses produtos. Nasce, dessa forma, o comércio.

Desde que passamos a dominar a terra de tal forma que passamos a produzir além da subsistência, as relações de troca com outras nações tornaram-se comuns. O escambo entre produtos que eram produzidos além do excedente foram características marcantes dos feudos e desde então as relações entre centros urbanos tendo em vista o comércio se especializou ainda mais e de uma forma muito mais complexa.

Essas relações de comércio fundaram sistemas econômicos e desde muito tempo ela tem feito parte das condições importantes para o surgimento de cidades. Seguindo cartilha, a pequena comunidade que mais tarde viria originar o município de São Domingos teve sua ocupação ligada ao percurso dos viajantes e a pequenos corpos de água que tornavam a terra fértil.

No início do século 20, os municípios que hoje formam a região agreste do estado tinham suas extensões limitadas a medidas empíricas. Aqui onde jaz a cidade de São Domingos existia apenas uma estrada que ligava a cidade de Itabaiana à Simão Dias, por onde na época os mercadores transportavam a cavalo produtos que abasteceriam o

comércio entre esses polos. Foi dessa forma que surgiu às margens da estrada de chão batido algumas casas bem simples e distantes que podiam servir de abrigo ou de suporte aos passageiros.

Perpendicular a trilha deixada por esses viajantes, a região também fazia ponte entre as áreas das matas (faixa de vegetação fechada situada no alto do município de Macambira), que era onde já havia uma população ribeirinha que sobrevivia às margens do Córrego do Rego, e o município de Lagarto, uma outra centralidade em desenvolvimento na época. Essa intersecção entre duas rotas, Itabaiana ↔ Simão Dias e Região das Matas ↔ Lagarto, foi motivo pelo qual no início do povoamento, quando ainda nem de “Feira da pindoba” havia sido designada a vila, “encruzilhada” era o nome ao qual as pessoas faziam referência aquele Lugar. (Mapa 01)

Mapa 01: Rotas comerciais que formaram a encruzilhada



Nesse momento a região ainda não representava uma povoação, já que as ocupações eram isoladas e não havia nenhuma conexão com o município ao qual pertenciam, além da Rua do Brito, como era conhecida naquela época (hoje Rua Presidente Costa e Silva).

Por ali por perto, no ano de 1924, o Sr. José Curvelo da Conceição, residente do povoado Tapera, teve por iniciativa própria a ideia de transformar em vila, uma comunidade que ele mesmo havia fundado em suas terras. Seu intuito era trazer alguma autonomia econômica para os moradores da região que naquele momento precisavam se dirigir à Campo do Brito, a qualquer necessidade que surgisse. A distância percorrida era outro fator que corrobora aos motivos do Senhor Curvelo, naquela época a população rural e sem condições econômicas faziam a pé o percurso de 12 quilômetros para chegar ao município a qual pertenciam, tornando ainda mais necessário o desenvolvimento de algum comércio que diminuísse as dificuldades enfrentadas pela comunidade.

Em seu livro publicado de maneira independente em 1999, o morador do hoje município São Domingos, Humberto Fonseca, conta que a atitude de José Curvelo foi recebida de diversas maneiras pelos moradores da comunidade: Alguns com entusiasmo, seduzidos pelos benefícios que essa ação os traria, outros com descrença, uma vez que não acreditavam que àquela altura, o então Intendente do município os concederia essa honra. Mas a despeito de qualquer opinião contrária, o Senhor Curvelo se articulou em prol da causa e se dirigiu a ele, o Sr. Arnóbio Batista de Souza, para conquistar o título de vila para sua comunidade.

O momento foi oportuno, como conta Humberto Fonseca (2021), se aproximava das eleições e como a política naquela época era feita com base na concessão de favores, o então Intendente de Campo do Brito, não mostrou objeções e pediu-lhe somente que mobilizasse a população e fosse em busca de uma localidade próxima a um corpo d'água para instalar a vila.

Nos planos de Curvelo ela deveria se instalar próximo a suas terras, no povoado Tapera, lá haveria água minada proveniente do córrego do Rego e estava próximo a estrada que levava a região das Matas. Ele precisava somente da adesão geral dos moradores. Nessa empreitada, Curvelo encontrou muitos apoiadores e dentre os quais o senhor Brasílio, residente das regiões onde hoje se situa o povoado Mulungú, se destacou por protagonizar junto a ele, um ponto de tensão

ao decidir a melhor localização para a vila: ambos queriam que fosse instaurada nas imediações de suas terras.

Como meio de resolver o problema sobre o sítio e não favorecer a rivalidade erguida entre os homens, foi decisão do senhor Arnóbio fundar a vila na encruzilhada, uma vez que a região é dotada de água Minada da Sapucaia (Nascente próxima a Barragem) e ainda era rota comercial dos viajantes que negociavam entre Itabaiana e Simão Dias.

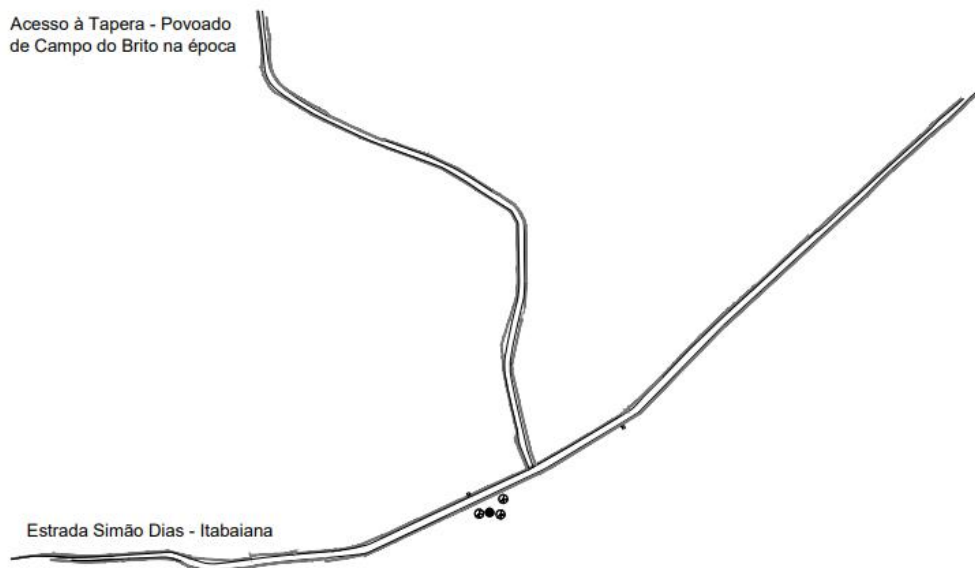
A presença de córregos e nascentes, Não somente foi importante para o abastecimento das unidades que timidamente foram se instalando próximo ao sítio, mas por volta do ano de 1932 uma seca rigorosa atingiu o interior do estado e foi a principal causa para a migração de um contingente populacional da região das matas para a encruzilhada. Além do já mencionado Córrego do Rego e Sapucaia, o tanque da missão (fonte de água junto à Rua do Brito) foram os principais atrativos para trazer à comunidade, a população que naquela época fugia da ameaça.

Os moradores que vieram logo após a designação da vila adotaram uma nomenclatura própria para essa estrada, chamando de Rua do Brito a direção que a conectava com a gameleira (povoado de Campo do Brito) e Rua Simão Dias para a outra extremidade (ponta que hoje leva ao povoado Campanha).

Fonseca (1999) conta que as primeiras casas foram construídas por José Curvelo e Brasília, uma encostada da outra, na rua que hoje se chama Presidente Costa e Silva, em frente ao mercado. A ocupação naquela área apresentava certa resistência para se tornar vias de fato. Isso vai mudar em 1925, com a criação de uma feira realizada entre os moradores da nova vila e alguns comerciantes de Campo do Brito.

A feira na recém criada vila, foi o estímulo que faltava para conseguir a adesão dos populares. No local onde ela ocorria foi aberto espaço entre a vegetação, os únicos que restaram de pé foram os cajueiros. Palhoças com galhos de pindoba foram montadas e com o tempo a “feira da pindoba” foi se popularizando e ganhando cada vez mais comerciantes. Cada Nova Palhoça, uma nova casa de Taipa também era construída para o comerciante que se instalava na vila e fazia daquela construção, seu ponto comercial. (Mapa 02)

Mapa 02: Encruzilhada, década de 20



Fonte: Autor, 2021

O reconhecimento da vila envolve um conflito entre os moradores da feira da pindoba e o barão que vivia nas regiões de Simão Dias. Fonseca (1999) relata em seu livro o episódio que culminou nesse embate. Ao saber da nova feira, sob ordens do Barão, Jagunços invadiram a comunidade ameaçando atear fogo nas palhoças que segundo eles estavam em terras que pertenciam ao seu superior. Depois do conflito direto que envolveu as partes e da retirada dos jagunços, José Curvelo mais uma vez se dirige ao Intendente que lhes conferiu o título de Vila, a fim de haver essa situação.

Por se tratar de uma figura de maior autoridade, um Barão, Arnóbio precisou requisitar a ajuda do presidente do estado, Dr. Maurício Graccho Cardoso. A ordem dada era que ele construísse no mínimo 50 casas feitas de taipa, cobertas com telhas, com uma porta e uma janela, para que ele reconhecesse a povoação.

Foram construídas casas em mutirão: Durante a semana a madeira era retirada do mato, feito os preparativos no terreno e aos sábados todos se reuniam para erigir as pequenas unidades regados a euforia, a comilança e a bebidas. Fonseca (1999) conta que se tratavam de acomodações simples:

Eram casas estreitas, que tinham cerca de 2,5 metros de largura e no mínimo 3 de comprimento. Eles faziam a parede, as duas laterais e cobriam, colocando somente a janela e a porta da frente, dando a casa como pronta. Depois se alguém se interessasse em morar era só fazer a parede de trás e dividir a casa. Fonseca (1999)

Aproveitando essa oportunidade, executaram um barracão coberto para a feira com a ajuda dos comerciantes. Com poucos dias, a comitiva do Dr. Maurício Graccho Cardoso veio à vila e depois de contar a quinquagésima casa proferiu a frase que mudou o status de feira da pindoba a vila, por definitivo: “- Ninguém acaba mais com esta Feira Nova”. Os mutirões realizados pela população interessada em trazer o título para a vila, foi responsável pela construção das mais de 60 casas. Desde então, a reconhecida Feira da Pindoba passou a ser chamada de Feira Nova, em alusão às palavras daquele que lhe conferiu reconhecimento e autonomia.

3 FEIRA NOVA (1925 – 1963)

Formação e desenvolvimento da vila

Dali em diante a vila viria a se desenvolver e se expandir em torno desse núcleo de maneira lenta e gradual. Até o fim dessa década, Feira Nova era composta de uma ocupação incipiente junto aos cajueiros e da estrada que recebia nome de Brito em uma ponta e Simão Dias na outra. O crescimento da vila vai tomar fôlego somente em 1932, com a já mencionada seca que ameaçava a região e que vai trazer famílias da região das matas para Feira Nova.

A maioria de nossa população é descendente do pessoal das “matas” (região acima do município de Macambira), foi em 1932 com a seca que assolava o estado de Sergipe e parte da Bahia que surgiu a imigração. As primeiras famílias que vieram morar no povoado Burdão, família esta constituída com sobrenome Timóteo, Marcos e Ludvinio foram os responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e da agropecuária”

Os novos habitantes que chegaram, ocuparam as regiões imediatas a feira e abriram duas pequenas ruas que se prolongavam em linha reta e se estendia até onde hoje abriga o posto da DESO em um lado e o ponto comercial de Degilson, no outro. (Fonseca, 1999) O terreno que ficava entre elas foi utilizado para a construção da primeira escola rural do município, que era a responsável pela educação das crianças até a década de 70. O órgão possuía apenas uma sala de aula e um recreio coberto que fazia ponte com a casa do professor. (Mapa 03).



Fonte: Autor, 2021

A ocupação nessa área permaneceu irregular por muito tempo, como conta o senhor Humberto Fonseca. Eram casas separadas, havia alguns armazéns de algodão que pertenciam às pessoas vindas da região das matas. Alguns anos depois, já nos anos 40, foram abertos acesso aos povoados Mulungú e Lagoa pelas extremidades da praça. O crescimento urbano nesse período e até inícios dos anos 60 como podemos perceber é gradual quando levamos em consideração o intervalo de tempo nos quais se deram em decorrência da ocupação tímida e do pequeno número de moradores que a cidade recebia. Embora houvesse uma migração que proporcionava sim uma expansão da cidade, não era em uma proporção tamanha que gerasse uma grande expansão na morfologia da vila. (Mapa 04)

Mapa 04: Feira Nova, década de 40



Fonte: Autor, 2021

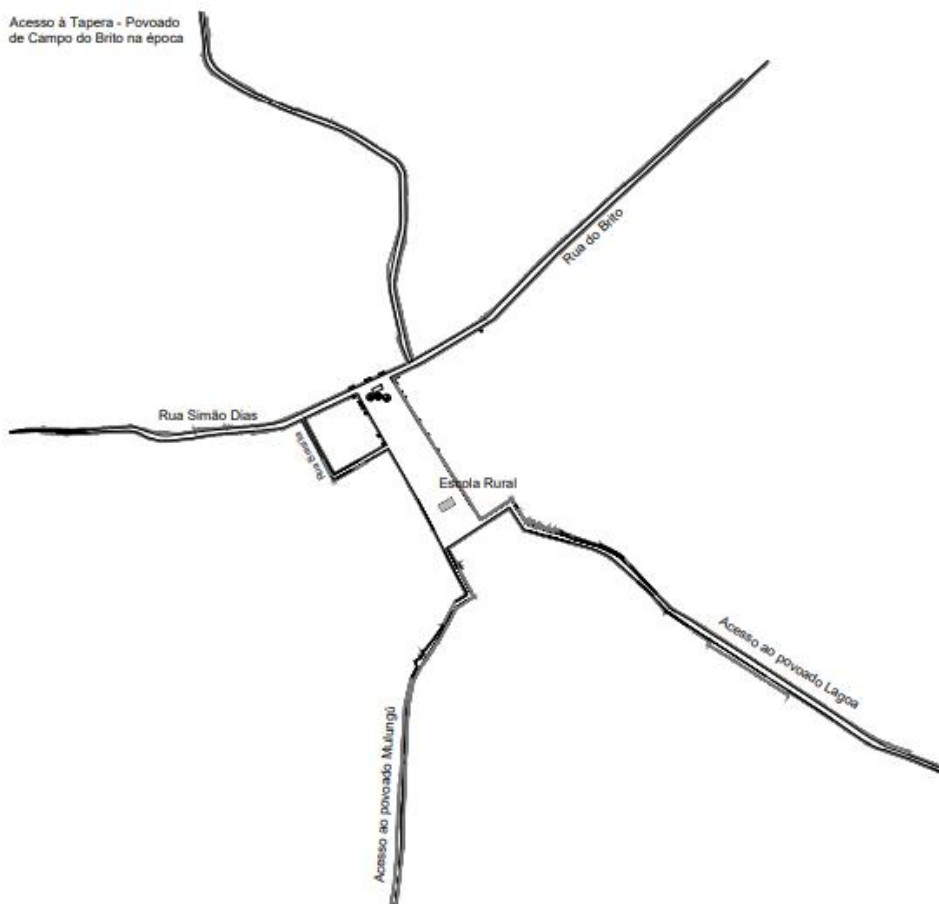
Nos anos que se aproximam ao fim da década de 50, a porção próxima à feira ganha uma nova rua aberta pelo pai do Senhor Humberto Fonseca, como ele conta em seu relato. A rua foi chamada de Rua da Brasília e havia ocupação apenas em um lado dela. No outro lado havia apenas vegetação, sítio. Depois de algum tempo a ocupação do outro lado foi realizada e deram seguimento a ocupação da rua e de suas proximidades (Fonseca, 2021).(Mapa 05)

Até esse momento a ocupação na vila é marcada por algumas expansões pontuais que se dão em um longo espaço de tempo. Esse quadro só irá sofrer alterações em 1962 e pela intervenção do senhor Francisco Vieira da Paixão, um candidato a Deputado Estadual que

promete ao povoado emancipação com a adesão da vila a sua campanha. Mesmo com a sua derrota e junto do senhor Valdomiro Pereira dos Santos os partidários articulam uma tentativa de apresentar o projeto da emancipação da vila a Assembleia Legislativa, através do Deputado Estadual Senhor Baltazar, um representante de Ribeirópolis com o qual mantinham uma boa relação.

Não muito diferente do que acontece hoje, alianças políticas realizadas entre os partidários na época, eram o principal meio para a conquista de benefícios nos municípios. Muitos episódios são contados pela população da forma como essas injunções políticas determinaram e determinam as benfeitorias que recebiam os municípios.

Mapa 05: Feira Nova, década de 50



Fonte: Autor, 2021

Antes de com efeito conseguirem a emancipação política da vila, a divisão do território foi motivo de um impasse que ameaçou custar a sua própria autonomia. Na divisão proposta por Valdomiro, o município teria uma extensão maior e que abarcaria metade de Campo do Brito além de muitos povoados importantes. A oposição feita pelas lideranças de cada um desses locais, retardou o processo em favor da nova vila, até que houve uma concessão por parte de Valdomiro e a vila enfim veio a ser emancipada, no dia 21 de outubro de 1963, numa extensão reduzida de território mas contendo importantes nascentes de água potável em seus domínios.

4 SÃO DOMINGOS DESDE 1963

Desenvolvimento urbano e memórias

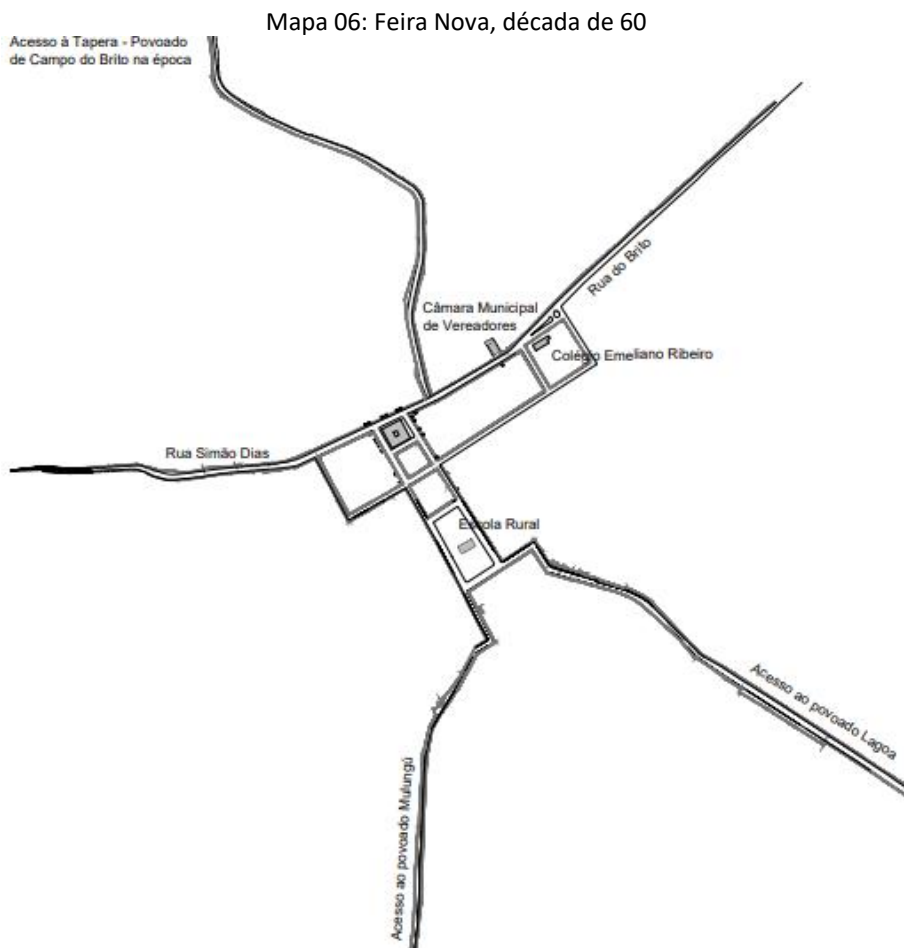
Valdomiro Pereira dos Santos é nomeado interventor da cidade, na época isso significava uma espécie de mandato provisório vigente até as datas da próxima eleição Municipal. O golpe de 64 chegou a ameaçar a emancipação do município, uma vez que rumores circulavam que as emancipações recentes não teriam efeito, mas elas ocorreram e o senhor Valdomiro foi eleito popularmente no pleito seguinte.

A partir do fim dessa década as mudanças no município começaram a ocorrer num ritmo acelerado. À beira da Rua do Brito foi construída a escola Emeliano Ribeiro num quarteirão aberto e pavilhão com 4 salas. Com isso a antiga escola rural foi desativada e após a ocupação por algumas famílias carentes o prédio foi demolido. Na Rua do Brito também foi erguida a câmara de vereadores que passou a ser sede da prefeitura também. Os moradores mais antigos lembram que havia um revezamento do espaço entre os órgãos. “Quando havia reunião da câmara de vereadores, as pessoas que trabalhavam na prefeitura deixavam o lugar. O mesmo acontecia quando era o contrário.” Essa situação vai perdurar até a década de 80 quando a prefeitura receberá um órgão próprio.

Antes disso, o prédio que abriga as funções administrativas do município havia sido construído, nas imediações da nova escola, para abrigar um posto médico. Depois de um tempo uma nova casa foi erguida para ele (o posto) e a prefeitura foi posta no lugar, deixando o antigo prédio na rua do Brito, somente para as atividades legislativas da câmara de vereadores. A falta de estrutura e equipamentos urbanos para comportar as atividades básicas num município recém

emancipado, aqui já fica transparente com essa provisoriedade dos órgãos públicos nos prédios da cidade.

Além da quadra que é aberta para receber o colégio, uma rua secundária também é criada junto a ela, dando acesso a praça que originou o município. (Mapa 06)



Fonte: Autor, 2021

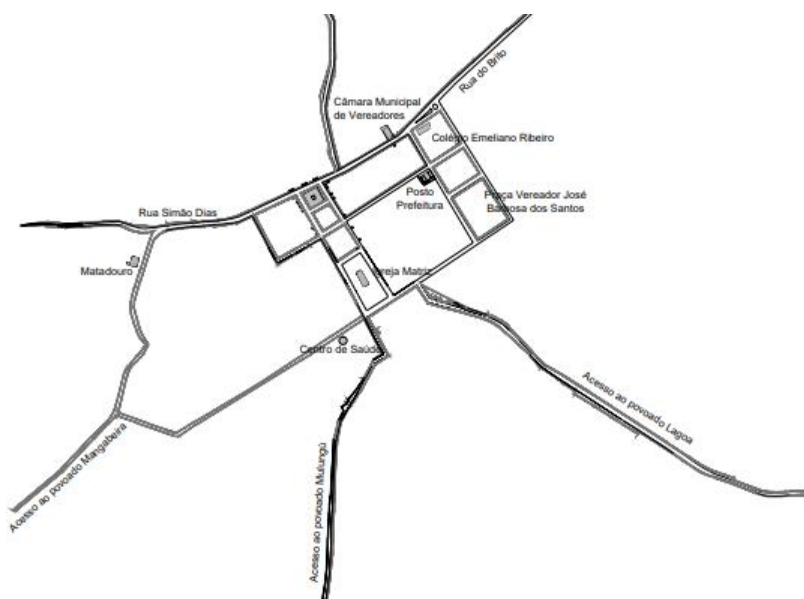
Em fins da década de 60, José Urquiza, que teve seu primeiro mandato entre os anos de 1967 a 1970, vai aproveitar a existência das ruas abertas próximas ao colégio para expandir os limites delas e criar mais uma praça, a que recebe o nome “Vereador José Barbosa dos Santos”. As áreas lindeiras foram ocupadas no início da década de 70, no segundo mandato de Valdomiro Pereira dos Santos (1971-1972) com a doação dos lotes de terra para a população.

Episódios como esse, tornam evidente que o principal meio para incentivar algum crescimento urbano no município é a doação de lotes aos moradores ou ainda a criação de conjuntos habitacionais. Esse padrão segue um modelo assistencialista comum nas cidades pequenas nordestinas, nas quais a dependência econômica é uma característica marcante desses centros que sobrevivem somente em razão do Fundo de Participação dos Municípios, repassados pelo Governo Federal. (Sposito, Jurado da Silva (2013)

Depois de um certo tempo, novas ocupações são percebidas por iniciativa da própria população nas ruas ao fundo da igreja. É nesse momento que a ocupação na praça da matriz se consolida. Até então, além da escola rural havia uma capelinha para o padroeiro da cidade. A construção da matriz envolve uma disputa entre os fiéis que começaram a erguer duas igrejas, a de São Domingos de Gusmão, na praça da escola Rural e a de Nossa senhora do Amparo, ao lado da câmara de vereadores, na rua do Brito. A rivalidade foi rompida com a conclusão da igreja da praça que foi adotada como a matriz da cidade enquanto a outra foi esquecida, inacabada e destruída sob a ação do tempo.

Ainda na década de 70, foram abertas ruas próximas ao antigo matadouro, onde hoje se localiza a praça do vaqueiro, dando acesso ao rio e também a entrada para o povoado Mangabeira. (Mapa 07)

Mapa 07: São Domingos, década de 70



Fonte: Autor, 2021

O final desse intervalo traz à gestão do município um homem responsável por muitos avanços que impulsionaram o crescimento da cidade e pela construção de importantes equipamentos públicos.

José Fonseca Lima, prefeito entre 1977 e 1982 e depois entre 1989 e 1992, vai chefiar a construção do Centro de Saúde em 1978 - o prédio que hoje sedia o CRAS (Centro de Referência a Assistência Social), e também foi responsável pela abertura do conjunto José Fonseca Lima com a doação de mais de 60 casas populares, numa região ainda pouco explorada e expandindo o centro urbano do município para além de seus limites.

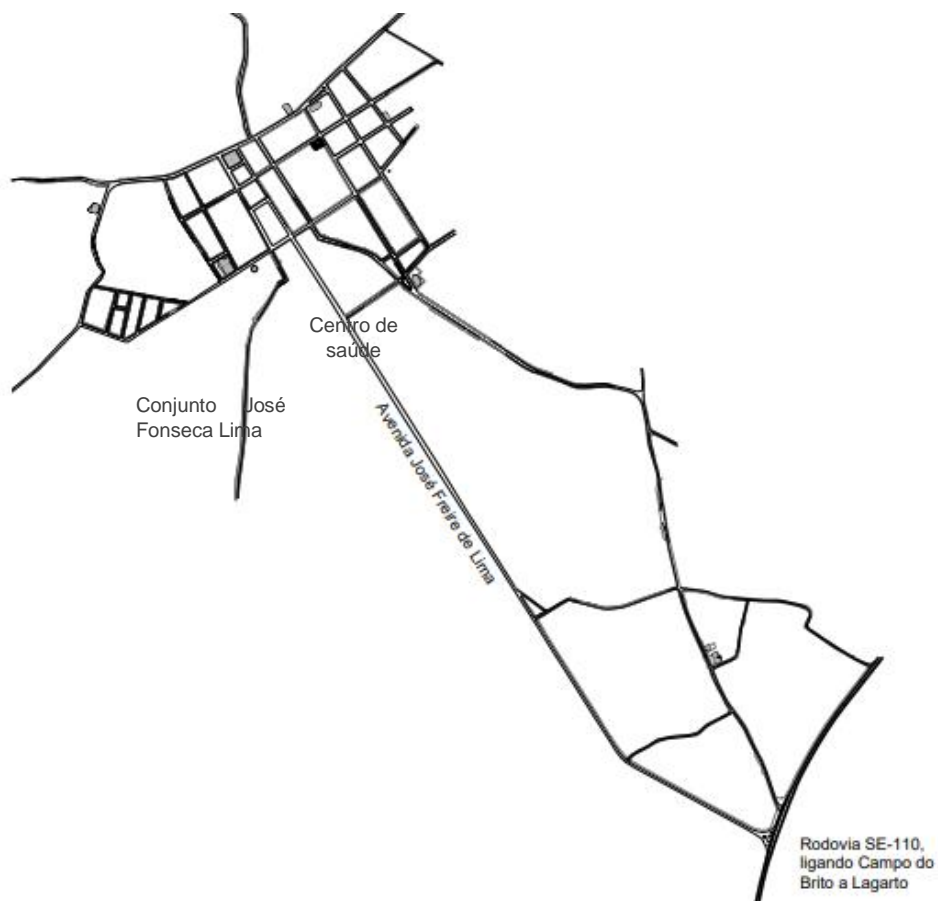
A essa altura novas ruas também já haviam sido criadas próximas à região, e a mais importante das suas ações no tocante a novas possibilidades quanto a direção do crescimento da cidade é realizada em fins da década de 70 com a abertura da avenida José Freire de Lima, conectada a BR-110. Essa nova avenida de todas as outras que vieram, trouxe para a cidade uma nova perspectiva de crescimento uma vez que tornava mais fácil o acesso às outras cidades vizinhas que não fosse por povoados ou estradas íngremes. Essa ação determinou durante os anos seguintes uma via importante para os fluxos comerciais e para o adensamento das áreas à beira da rodovia.

A facilidade no acesso de uma rodovia asfaltada, com sinalização e iluminação pública logo substituiu a ladeira de Piçarra dos povoados como entrada principal da cidade. Essa mudança na direção oposta, do principal portão de acesso ao município, será produtora de transformações em cadeia no valor da terra e na especulação imobiliária nesta área que será percebida como uma zona de expansão. (Mapa 08)

Questões que associam a Igreja, também fazem parte dessas transformações. Como já dito, na década de 70 foi construída no lugar da capela, a igreja matriz do padroeiro à frente da escola Rural. Como todo o município até esse momento se moveu tendo a Rua do Brito como eixo, a igreja construída pelos fiéis tinha suas portas voltadas para a direção dela. Com a mudança no acesso para a direção oposta, a igreja, que foi tomada como ponto de partida para a abertura da nova avenida estava voltada para a direção contrária, ou seja, a visão que qualquer visitante tinha ao chegar no município pelo novo acesso eram os paredões dos fundos da matriz. Esse quadro aparentemente foi motivo de grande descontentamento dos moradores, ao ponto que há menos de uma década, ela passou por uma grande reforma e

ampliação, na qual reconstruíram a igreja e mudaram o acesso para concordar com a entrada do município.

Mapa 08: São Domingos, década de 80



Fonte: Autor, 2021

Despido de qualquer rejeição ao simbolismo a qual representa, essa ação levada a cabo de maneira arbitrária, acabou por corroborar com o apagamento da história do município que como muitas intervenções desconsidera as questões referentes à identidade do lugar de inserção e da relevância para a história local.

O prefeito José Fonseca Lima, além de ter sido o agente que alavancou todas essas mudanças no âmbito arquitetônico e urbano, ainda trouxe muitas outras benfeitorias ao município ainda no seu

primeiro mandato. Ele construiu novas escolas nos povoados e pavimentou caminho para muitas melhorias que viriam a seguir.

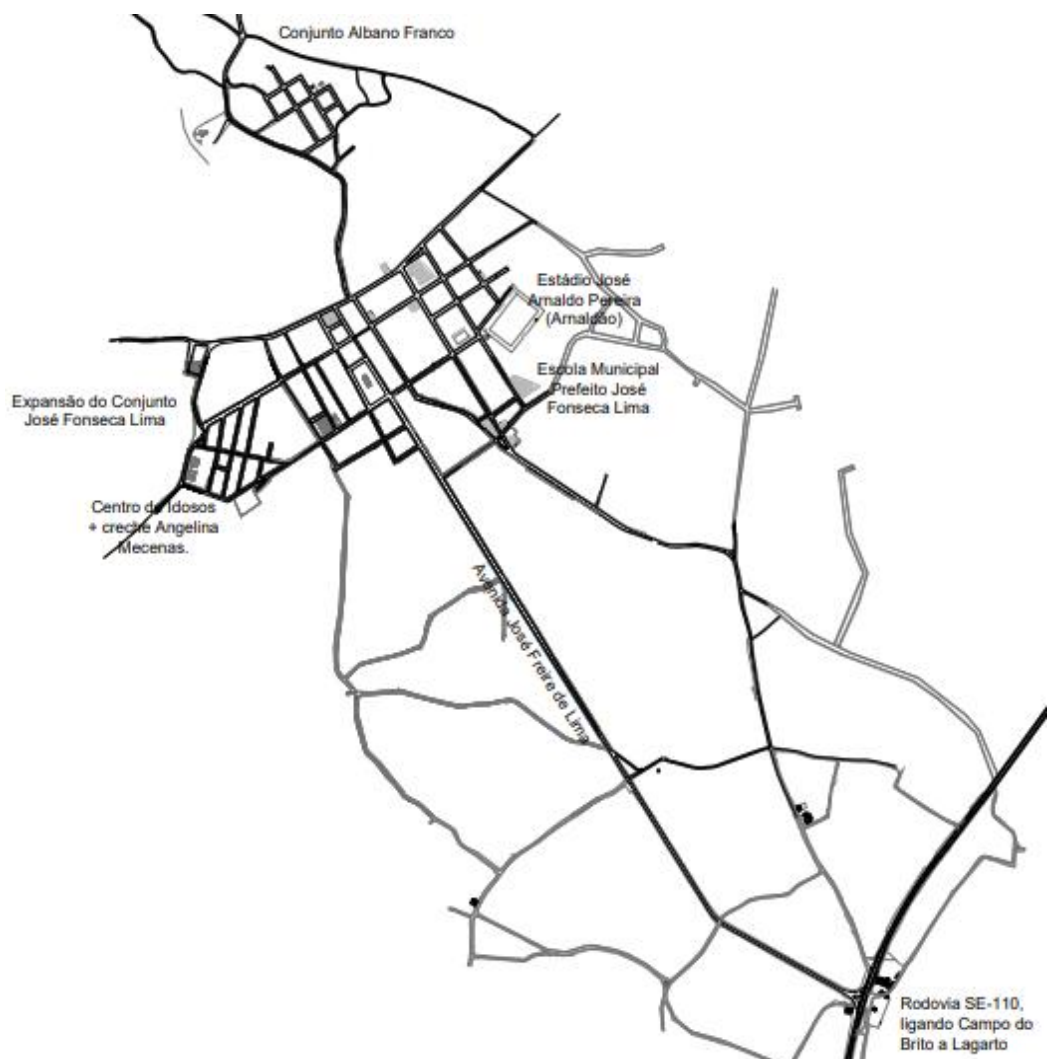
Melquiades José de Santana, eleito em 1982 e cuja gestão durou até 1988, percorreu o caminho trilhado pelo seu antecessor e foi gerador de mais mudanças para o município. A dobradinha que eles fizeram com a gestão do município entre fins da década de 70 e toda a década de 80, até aqui foi o mais importante meio propulsor em termos de desenvolvimento econômico, social e urbanístico. As transformações contidas nesse intervalo, tiveram uma expressão como ainda não havia se visto no município.

Além das já citadas: ampliação em toda a rede de ensino, abertura da avenida que dá acesso à cidade, a criação de conjuntos habitacionais e a doação de lotes para a construção de casas, nesse intervalo, foi realizada a urbanização de maior parte do município, ampliado o sistema de saúde com a abertura da casa de parto no fundo da secretaria de saúde, e de postos nos povoados; foram construídos também: O centro de idosos e a Creche, o estádio da cidade e a principal escola Municipal a “Escola Municipal Prefeito José Fonseca Lima” em meados dos anos 90. (Mapa 09).

Nessa década é estimulada a ocupação nas áreas próximas a escola, com a doação de lotes próximo a ela e também na área junta ao conjunto José Fonseca Lima, os moradores desse último, contam que antes essa região pertencia ao senhor Fernando, um comerciante que ainda se mantém relevante para o comércio da cidade no ramo de armarinho e na época abriu uma rua dividindo sua terra da qual em um lado, vendeu para a ampliação do conjunto e do outro manteve sob sua posse. Ainda por esses anos, foi criado o conjunto Albano Franco, na estrada que ligava o povoado tapera a rua do Brito, que a essa altura já tinha uma outra designação: Rua Francisco Vieira da Paixão a extremidade Rua do Brito, e Rua Presidente Costa e Silva, a antiga Rua Simão Dias.

Os anos 2000 foi um período em que mudanças físicas urbanas e por intermédio de forças públicas se mostraram tímidas a acontecer. As alterações que ocorreram em grande parte se deram pela iniciativa privada, inclusive por se tratar de uma cultura predominantemente rural e agrária, as ocupações que se sucederam dessa forma, boa parte eram provenientes do desmembramento de lotes familiares, terras que eram repartidas entre filhos, dando origem a uma espécie de “assentamento” familiar.

Mapa 09: São Domingos, década de 90



Fonte: Autor, 2021

Apenas por volta de 2010, uma nova ação por parte da gestão do município é empregada na abertura de mais 02 conjuntos habitacionais, dessa vez nos terrenos ao fundo da Escola Municipal e o outro inaugurando as ocupações próximas a avenida secundária aberta próxima à José freire de Lima, o conjunto Hélio Mecenas. (Mapa 10)

Mapa 10: São Domingos, 2010



Fonte: Autor, 2021

Aqui denota-se a estratégia adotada em criar conjuntos habitacionais em áreas recém abertas no município, faixas de expansão. Alguns anos antes da implantação do conjunto, foi criada uma avenida paralela ao acesso principal do município, mas que permaneceu sem infraestrutura até pouco mais de 2015. Somente com os esforços das últimas gestões a área foi urbanizada e equipada com uma unidade da

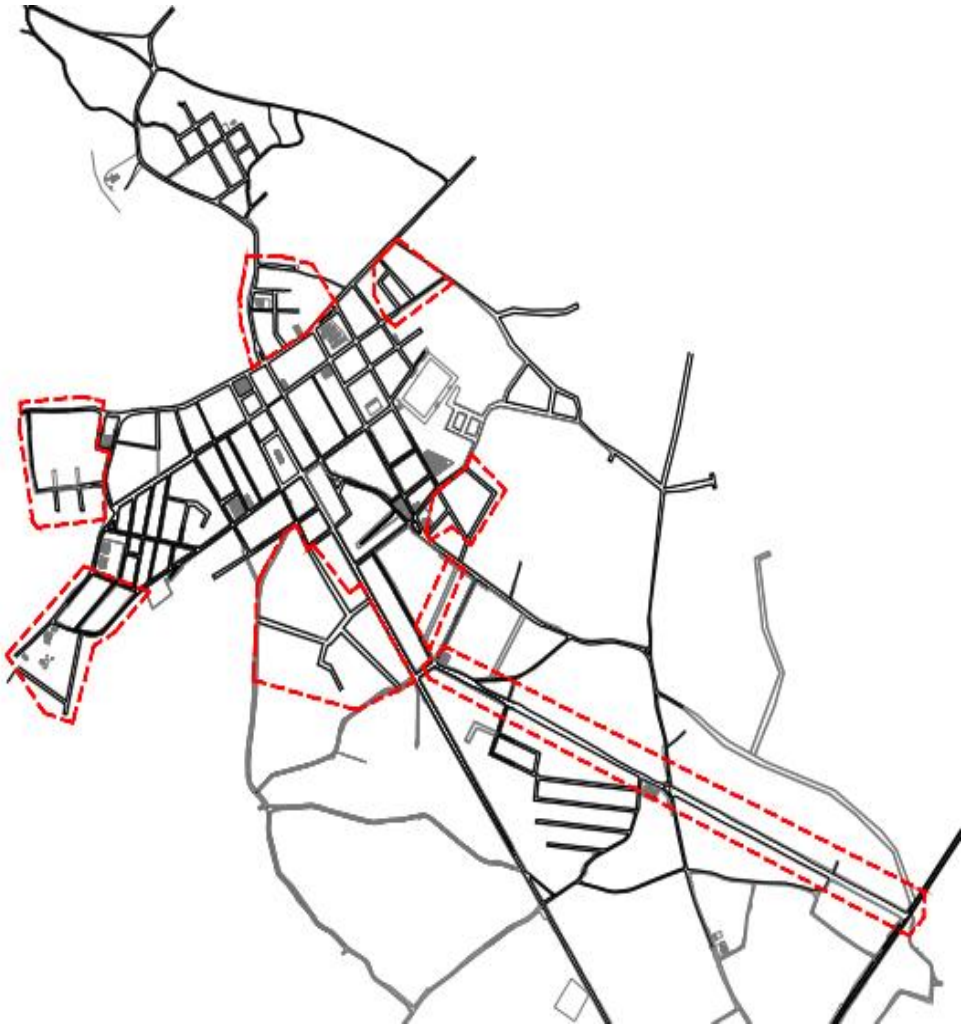
clínica da família, um projeto do governo Federal. Por tudo que reúne, hoje essa região também funciona como um ímã catalisador para ocupação tanto em decorrência da sua proximidade do centro quanto pelo seu potencial em desenvolver novas relações de mercado. Ali já é forte a ação da especulação imobiliária, que valorizou vertiginosamente a área com a abertura da via asfaltada e da inserção de equipamentos públicos no local.

Nesse momento já conseguimos perceber um novo perfil de crescimento no município não mais tão pautado nas ações assistenciais que outrora se fizeram fundamentais para o crescimento do município. O atual quadro econômico do morador de São Domingos, tornou possível diminuir a dependência que existia e hoje algum crescimento é possível pelas mãos do próprio morador em algumas áreas distintas da cidade. Estamos longe de afirmar que o município apresente índices que o coloque em posições de destaque no quesito economia em relação a outros municípios. Mas os esforços empregados até aqui, tem mostrado que algum resultado positivo tem sido alcançado.

O Mapa 11, destaca o município atualmente e algumas áreas que apresentam potencial para expansão tendo em vista ocupações que estão sendo realizadas de iniciativa privada e que denotam essa mudança econômica do morador do município.

Como escreve Sposito e Jurado da Silva 2013, nem sempre a elevação de uma vila à categoria de cidade, implica no seu desenvolvimento efetivo, muitas vezes é resultado de injunções políticas. É preciso muito tempo e a ação de muitas forças para intervir nesse quadro que favorece, na mesma medida, a especulação do solo, a reprodução do espaço e manutenção do poder nas mãos de poucos.

Mapa 11: São Domingos, 2020



Fonte: Autor, 2021

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de tudo que foi colocado podemos perceber que o crescimento do município desde sua origem esteve associado a imposições políticas e a velhas práticas coronelistas. O seu reconhecimento como vila, a sua emancipação como município foram feitos com base em alianças partidárias que agiram como forças importantes para determinar posteriormente os rumos e as intervenções que fomentaram a expansão da cidade.

A geografia que determinou o assentamento e a relação que estabelece com outros municípios são outros aspectos importantes quando nos aprofundamos na discussão sobre a temática urbana. A natureza agrária e a falta de rotatividade da economia local - visto que os próprios moradores do município vão em busca de serviço nas cidades vizinhas - agrava o quadro econômico da cidade e a coloca de “muletas”, num desenvolvimento retrógrado e dependente de outras centralidades.

Talvez seja cedo para afirmar isso, mas o município, depois de mais de 50 anos de emancipação e quase 100 de existência parece vislumbrar alguns passos, sem a interferência direta do estado. O aumento e a diversidade dos serviços comerciais oferecidos na cidade junto da ideia da expansão simultânea das ocupações em áreas distintas são alguns indicadores que corroboram para esse palpite. Se essa projeção estiver correta, só o tempo dirá.

No tocante aos estudos históricos urbanos, essa pesquisa foi fundamental para fazer um balanço geral do crescimento do município e apontar alguns caminhos que poderão originar novos trabalhos. Quanto a sua formação, novos circuitos poderão ser propostos para debater as ocupações que se originaram a partir de rotas comerciais ou encruzilhadas. Também fica visível a necessidade de estudos de cunho multidisciplinar, que analisem a participação de outras economias no município e ajudem a interferir no quadro de dependência, assim como uma análise crítica à intervenção realizada na primeira igreja matriz e a reconstituição e reconhecimento do estilo arquitetônico dela. É preciso explorar cada vez mais essa temática – das pequenas cidades – em busca de contribuir para o exame dessa realidade ainda pouco trabalhada.

Por fim, no âmbito local, essa pesquisa ajudou a reconstruir a história do município e a garantir para as gerações vindouras, uma fonte de conhecimento sobre as origens e a identidade local. Espera-se que o

conhecimento trazido nesta publicação não se encerre por aqui, mas que inspirem novos estudos e seja aproveitada e levada à comunidade como um documento capaz de trazer reconhecimento e orgulho do lugar onde vivem.

6 REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani. A cidade. Editora Geografia Contexto, Repensando a geografia.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da rede urbana. Uma nota sobre as pequenas cidades. Revista Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 1999.

FONSECA, Humberto Santos. Curiosidade do nosso povo: São Domingos até 1999. Gráfica e editora Royal. São Domingos 1999.

ROLNICK, Raquel. O que é cidade. Editora Brasiliense; São Paulo 2004, coleção primeiros passos.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira, 4. Ed. São Paulo; Hucitec, 19696

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Cidades Pequenas: Perspectivas teóricas e transformações Socioespaciais. Jundiaí, Paco editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. Editora Contexto, 2008, São Paulo.

MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE ORIGEM AFRICANA EM LAGARTO SERGIPE

JOSÉ CANOA DOS SANTOS¹,
MAITÊ DE LIMA VIEIRA²,
ANDRÉ BARBOSA DE SANTANA³.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo retratar as manifestações culturais de origem africana em Lagarto e, ao mesmo tempo, dimensionar o quanto a cultura africana contribuiu para as manifestações culturais lagartenses. Assim como em todo o país, a chegada dos povos africanos enriqueceu de forma imensurável a cultura brasileira, e com Lagarto não foi diferente. Essa influência torna-se visível quando realizamos uma análise da realidade cultural do município. Atualmente, Lagarto possui cinco comunidades reconhecidas como quilombolas, que mantêm vivo o sentimento e a consciência de que, no solo lagartense, ainda há remanescentes de povos originários da África. Esse sentimento contribui de maneira significativa para a cultura lagartense, fortalecendo o senso de pertencimento e a identidade do povo local, além de dar origem em solo lagartense a manifestações como a capoeira, o maculelê, a puxada de rede e o samba de roda.

Palavras-chaves: Capoeira, maculelê, puxada de rede e samba de roda

ABSTRACT

This work aims to portray cultural manifestations of African origin in Lagarto and, at the same time, assess the extent to which African culture contributed to the cultural manifestations of Lagarto. As throughout the country, the arrival of African peoples immeasurably enriched Brazilian culture, and Lagarto was no exception. This influence becomes evident when we analyze the municipality's cultural reality. Currently, Lagarto has five communities

¹Agente Territorial de cultura de Região Imediata de Lagarto/SE MinC/PNCC Graduado em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Sergipe/SE (UFS/Lagarto). Email: josecanao225@gmail.com

² Graduanda enfermagem pela Universidade Federal de Sergipe (UFS/ Lagarto) / Conselheira municipal de políticas culturais de São Cristóvão;

³ Professor da Rede Pública Municipal de Lagarto, Doutor em Educação (FISC), Mestre em Culturas Populares (PPGCULT/UFS), pós-graduado em Culturas Populares e Tradicionais (URCA), pós-graduado em Educação Quilombola (FAVENI), pós-graduado em Ensino da Língua Portuguesa (FINOM) e em Educação de Jovens e Adultos (UCAM) e graduado em Licenciatura em Letras (UVA), Licenciatura em Pedagogia (Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz) e em Licenciatura em Artes Visuais (FAVENI), cerimonialandrebarbosa@gmail.com.

recognized as quilombolas, which maintain the feeling and awareness that, on Lagarto's soil, there are still remnants of indigenous African peoples. This feeling contributes significantly to Lagarto's culture, strengthening the sense of belonging and identity of the local people, in addition to giving rise to manifestations such as capoeira, maculelê, puxada de rede, and samba de roda.

Keywords: Capoeira, maculelê, puxada de rede, and samba de roda

INTRODUÇÃO

A chegada das primeiras pessoas escravizadas em solo lagartense remonta à década de 1850, quando a região que conhecemos hoje como Lagarto era denominada Vila de Nossa Senhora da Piedade. O período oitocentista de Lagarto foi marcado pela expansão da criação de gado, pela construção de engenhos e pelo início de algumas culturas, entre as quais merece destaque o cultivo do fumo, que atendia não só ao mercado interno, mas também ao externo. Diante dessa demanda, foi introduzida a mão de obra escrava. Segundo o censo de 1872, primeiro e único a registrar a população de escravizados no país, foram contabilizados 555 homens e 629 mulheres, totalizando 1.184 pessoas escravizadas em terras lagartenses, sendo grande parte proveniente de Angola. Ao analisar esses dados, é possível dimensionar a influência africana em Lagarto.

A análise, realizada a partir de estudos baseados em artigos e trabalhos acadêmicos que abordam a mesma temática, evidencia que mais da metade dos escravizados que viviam em Lagarto havia nascido no próprio município, o que demonstra que, mesmo no período da escravidão, os cativos já tinham consigo a necessidade de manter vivas as tradições trazidas de sua terra-mãe, a África.

Isso fica mais evidente porque antes mesmo de Lagarto ser palco de manifestações de origem africanas também foi palco de lutas e resistência pela liberdade o que evidencia ainda mais a noção de identidade e senso de pertencimento que os cativos que aqui se encontravam tinha em relação a sua terra mãe, características essa que contribuiu de forma significativa para sobrevivências das raízes africanas, se concretizando séculos depois em comunidades quilombolas, e várias manifestações culturais que dimensiona a fruição das manifestações culturais afrodescendentes em Lagarto.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com base em referências bibliográficas, por meio das quais se buscou contextualizar cada manifestação em seu respectivo percurso histórico, destacando seus conceitos, sua importância no âmbito da cultura popular, bem como sua origem e relação com o referencial africano. No contexto de Lagarto, foram realizadas entrevistas com agentes culturais responsáveis pela promoção e preservação dessas manifestações. As entrevistas foram conduzidas com ênfase na realidade cultural do município, especialmente no que se refere às políticas públicas de incentivo à cultura, sendo os dados submetidos a uma análise qualitativa visando à compreensão crítica das práticas culturais e de seus impactos na valorização da herança africana na região.

CAPOEIRA: DANÇA, LUTA OU JOGO

A capoeira configura-se hoje como a manifestação de origem africana mais expressiva em nosso país. Isso se evidencia não apenas por sua riqueza multidimensional, haja vista que pode ser reconhecida não só como luta, mas também como dança e jogo. Sua origem africana remonta à tribo Mucope, localizada no sul de Angola. Já em solo brasileiro, estudos apontam que teria surgido na Bahia, mais precisamente na cidade de Santo Amaro da Purificação. Segundo o Parecer nº 031/08, fruto do processo que registrou a capoeira como patrimônio imaterial do Brasil em 2008, houve a inclusão do ofício dos mestres de capoeira no Livro dos Saberes e da roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão.

Nesse mesmo parecer apresenta a capoeira como um fenômeno multifacetado e multidimensional, que se transforma de acordo com o momento histórico, o contexto imediato e os objetivos dos atores envolvidos. Considerando a conjuntura em que ocorreu o processo de colonização e o fato de sermos fruto de uma miscigenação, a capoeira não deve ser compreendida apenas como um fenômeno multifacetado e multidimensional, mas também como uma manifestação multicultural, haja vista toda a riqueza de símbolos, expressões e saberes que carrega, configurando-se como elemento de construção da identidade brasileira frente ao mundo.

A capoeira está presente em todos os estados do país e, mesmo diante de variações regionais, preserva traços de uniformidade. Entre

essas variações, destacam-se a Capoeira de Angola, a Capoeira Regional e a Contemporânea. No contexto de Lagarto, segundo informações colhidas através da entrevista com o mestre Paulo Diogo da Silva, que hoje está à frente do grupo de capoeira Filhos de Angola e Regional e que iniciou na capoeira aos seis anos de idade, somando uma trajetória de 32 anos, afirma-se que a capoeira em Lagarto chegou no ano de 1964, trazida da Bahia pelo mestre Luiz (Sete-Mola), ou Luiz Dias do Nascimento, que nasceu em 1944 em Lagarto.

A relação do mestre Luiz com a capoeira se deu no ano de 1959, quando entrou na academia do mestre Pestinha, em Salvador (Bahia). Nessa academia, ele teve a oportunidade de conviver com grandes mestres, como Gato Preto, João Grande, Marrom, Dimenor, João Pequeno, Queixada e outros. No final de 1964, retornou para sua terra natal, realizando uma magnífica apresentação de capoeira de Angola com um capoeirista chamado Cachimbinha, no bairro Pacheco, em Lagarto. Essa foi a primeira apresentação de capoeira na cidade.

Outro nome que merece destaque, segundo o mestre Diogo, é o mestre Germano, por ter criado o primeiro grupo de capoeira de Lagarto em 1979, no CSU (Centro Social Urbano), chamado Quilombo dos Palmares. Por volta de 1991, foi criado o segundo grupo de capoeira, Filhos de Angola e Regional, pelo mestre Nilton, junto de seu amigo Rivanilson, grupo que se mantém em atividade até os dias de hoje sob a liderança do mestre Diogo. Essa mesma dupla protagonizou outro momento importante da capoeira lagartense, quando realizou uma apresentação de capoeira para o presidente da República, João Figueiredo, durante uma visita a Lagarto, na inauguração da Rádio Progresso.

Outro momento que merece ser lembrado, segundo o mestre Diogo, foi a criação do grupo Gunga de Ouro, pelo mestre Carlos, em 1997, que futuramente viria a se tornar o grupo Cordão de Ouro, a partir da ligação do mestre Carlos com o mestre Suassuna, de São Paulo. Segundo o mestre Diogo, o cenário atual da capoeira em Lagarto conta com cinco grupos: Filhos de Angola e Regional, do mestre Diogo; Cordão de Ouro, do professor Cabeça; o grupo da professora Sandra Flor de Juá; o grupo do mestre Onça Preta, também vinculado ao Cordão de Ouro do mestre Suassuna, de São Paulo; e o grupo Quinta Geração, liderado pelo mestre Cascavel.

Ainda de acordo com ele, a prática da capoeira hoje reúne cerca de 200 praticantes em atividade no município. Diante desse cenário diverso e de múltiplos olhares, que ao mesmo tempo compartilham a

mesma realidade cultural da cidade de Lagarto, foi realizada uma outra entrevista com o objetivo de trazer uma outra visão sobre a situação da capoeira no município e compreender o sentimento daqueles que contribuem para a manutenção dessa manifestação. O entrevistado foi o professor de capoeira Yan de Oliveira Costa, conhecido nas rodas de capoeira como Cabeça. Ele relata que seu início na prática se deu por influência de seu pai, que sempre o levava às rodas, e que esse contato despertou algo que já estava dentro dele: a capoeira. Yan destaca sua trajetória na arte com muito amor e paixão, afirmando:

Capoeira é minha vida. Do momento em que eu acordo até a hora em que vou dormir, eu penso e faço coisas ligadas à capoeira. Eu não vivo da capoeira, mas vivo a capoeira.

Yan relata possuir uma trajetória de dezenove anos dedicados à capoeira, período em que construiu experiências significativas e vínculos profundos com essa expressão cultural. Grande parte do que aconteceu em sua vida — os lugares que visitou, as pessoas que conheceu e seu desenvolvimento pessoal — veio da capoeira. Sua caminhada como capoeirista teve início no grupo Cordão de Ouro, onde foi formado pelo Mestre Hernane. Ao alcançar o grau de instrutor, decidiu abrir um grupo para ensinar capoeira a crianças a partir de cinco anos, no bairro Matinha, no CIE (Centro de Interação ao Esporte) de Lagarto, contribuindo para a formação dessas crianças.

Além dessa iniciativa, o professor Cabeça também desenvolve atividades no Mercado Municipal de Lagarto, espaço destinado à apresentação do trabalho do grupo Cordão de Ouro, em conjunto com as crianças do CIE, além de receber convidados e realizar cerimônias de graduação. Quando questionado sobre seu trabalho e a realidade das políticas públicas culturais no município, Yan foi enfático ao apontar a ausência de reconhecimento em relação à força da capoeira em Lagarto.

Ele comparou a situação com cidades da Bahia, onde já existem leis municipais que inserem a capoeira nas escolas, destacando os possíveis ganhos dessa prática, como disciplina, consciência corporal, autoconfiança, aumento da proatividade dos alunos, entre outros benefícios. Ao mesmo tempo, ressaltou um dos principais motivos para a ausência dessas iniciativas por parte das autoridades: o preconceito

em relação a tudo que é negro e a falta de informação sobre as vantagens da prática da capoeira.

MACULELÊ: DANÇA, CÂNTICOS E RESISTÊNCIA

O Maculelê é uma manifestação cultural oriunda cidade de Santo Amaro da Purificação Bahia, berço também da Capoeira. É uma expressão teatral que conta através da dança e de cânticos, a lenda de um jovem guerreiro, que sozinho conseguiu defender sua tribo de outra tribo rival usando apenas dois pedaços de pau, tornando-se o herói da tribo.

Sua origem é desconhecida. Uns dizem que é africana, outros afirmam que ela tenha vindo dos índios brasileiros e há até quem diga que é uma mistura dos dois. O próprio Mestre Popó do Maculelê, considerado o pai do maculelê, deixa clara a sua opinião de que o maculelê é uma invenção dos escravos no Brasil, assim como a capoeira. Analisando as possíveis teorias sobre seu surgimento percebe-se que as mais aceitas ou recorrentemente citadas são três sendo a primeira história que o maculelê seria fruto da mistura da cultura africana com a indígena quando se diz que um “negro fugido” é acolhido por uma “tribo indígena”.

A outra se dá em torno do enredo sobre a história do índio preguiçoso que se encontra sozinho na aldeia já que os outros índios tinham saído para caçar e diante de um ataque de uma tribo rival ele se viu obrigado a defender as crianças, idosos e mulheres com dois pedaços de pau obtendo êxito. Nessa história não há a menção de negro fugido ou escravo, o protagonista era o “índio preguiçoso”.

Indicação da origem indígena. E por fim, na terceira versão diz que o episódio aconteceu em uma “aldeia primitiva no reino de Ioruba”. Indicação de origem africana. Analisando essas três hipóteses e outras que não foram citadas o curioso é que todas sustentam a versão de um guerreiro sozinho, enfrentando a invasão inimiga com apenas dois bastões.

Geralmente as apresentações obedecem a um padrão tanto no aspecto de vestimentas que na sua grande maioria os participantes estão trajando saia de fibra de sisal e pinturas feitas pelo corpo e dois bastões, no que tange as vestimentas relatos evidencia que as roupas utilizadas pelo mestre Popó eram meia calças brancas e o rosto pintado de preto e vermelho e que com o passar do tempo foram surgindo novas variações e começou a se introduzir as saias de sisal e outras

pinturas, ainda sobre suas vestes há algo que não se alterou que é a utilização dos dois bastões.

No que tange a sua parte sonora nas mãos durante a apresentação é utilizados alguns instrumentos sendo o atabaque o mais recorrente, que dá o tom das coreografias que entre elas está o momento em que os integrantes, que simbolizam a tribo adversária, cercam uma pessoa que representa o herói. Todos segurando um par de bastões nas mãos, o desenvolvimento da trama é narrado por meio dos cânticos que são respondidos em coro. Além do coro, os integrantes batem os bastões (grimas) no compasso do atabaque, tocado pelo mestre do maculelê. Vários cânticos do maculelê remontam ao candomblés de caboclo, alguns são inspirados em canções dos escravos e outros fazem referências à cultura indígena.

Tangenciando essa rica manifestação folclórica para Lagarto foi constatado que a chegada do maculelê em Lagarto se deu através dos primeiro grupos de capoeira de cidade as buscas realizadas e as entrevistas colhidas evidencia que o maculelê com as demais manifestações culturais de origem africana na cidade de Lagarto está intrinsecamente ligada ao surgimento e a expansão da capoeira.

As pessoas que são responsáveis pela capoeira no municípios são as mesma que tem a consciência da importância do maculelê enquanto cultura tentando preservar e ao mesmo tempo sabe que toda apresentação que possa unir as duas manifestações torna a apresentação ainda mais bela e rica sendo que também é uma forma de mostrar o quanto a herança que nos foi deixada pelos os povos africanos foi rica e variada.

PUXADA DE REDE: FÉ, ATIVIDADE SUBSISTÊNCIA E EXPRESSÃO TEATRAL

A puxada de rede simboliza a pesca artesanal desenvolvidas por ex. escravos que após a sua alforria e sua proximidade com o litoral nordestino encontrava na pesca um meio de sobrevivência, Entre outubro e abril algumas espécies de peixe, principalmente o xaréu, procuram as águas quentes do litoral nordestino a fim de procriarem. Esta é, portanto, a época certa para lançar a rede ao mar.

Devido ao seu caráter comunitário, e a pesca ser desenvolvida em grupo, todo o seu simbolismo e ter sido agregado à prática elementos de religiosidade como o culto a Iemanjá e o agradecimento

pela boa pesca devido a quantidade de pessoas envolvidas e a variação de esforço aplicado em momentos da puxada da rede a atividade ganhou aspectos sincronizado e harmônico ganhando assim traços teatral.

Nesse período, a retirada da rede era acompanhada por canções que refletiam os desafios enfrentados por aqueles que sobrevivem do mar. Juntamente com as melodias, os tambores e os passos marcados criavam um compasso animado, incentivando os homens a persistirem na tarefa de puxar a pesada rede. Assim que finalmente completavam a ação, entoavam canções em agradecimento pela captura, compartilhando o peixe entre si e dando início à celebração. Não diferente do maculelê foi constatado a partir dos levantamentos realizados que as apresentações e a preservação da manifestação em Lagarto, se dá através de grupos de capoeira presente no município porém devido o seu aspecto mais teatral não se realiza tantas apresentações nas rodas de capoeira como o maculelê que possui estética mais apropriada as rodas de capoeira.

SAMBA DE RODA: RITMO, GINGADO E ANCESTRALIDADE

O samba de roda é uma manifestação cultural de origem afrodescendente que emergiu dos terreiros da Bahia, caracterizando-se como prática que integra dança, canto e música. Essa expressão artístico-cultural agrega elementos da tradição africana e portuguesa, apresentando-se como uma simbiose que traduz tanto a resistência cultural dos povos escravizados quanto a dinamicidade do processo de miscigenação.

As performances do samba de roda geralmente ocorrem em círculo: os homens assumem a execução instrumental — com viola, pandeiro, prato-e-faca e voz —, enquanto as mulheres respondem aos cantos e dançam no centro da roda. A entrada de cada dançarina no círculo é marcada pela umbigada, gesto ritual que simboliza convite e continuidade da dança.

Dentro dessa manifestação, distinguem-se duas categorias principais: o samba corrido e o samba chula. No samba corrido, há maior dinamismo e improviso, com interações mais fluidas entre cantos e dança. Já no samba chula observa-se forte predominância feminina, sobretudo das mulheres de terreiro, sendo que a dança é realizada individualmente no centro da roda, respeitando-se a pausa do cantor principal.

A chula consiste em composições poéticas musicais, geralmente breves, formadas por duas a quatro frases melódicas que se encerram em um estribilho entoado pelo coro. Em complemento, surge o chamado relativo, resposta coletiva em coro, que pode comentar ou reforçar a narrativa proposta pela chula. Em alguns casos, essa resposta não guarda relação direta com a composição inicial, podendo vincular-se tradicionalmente a uma chula já conhecida, ainda que sem correspondência histórica ou contextual explícita.

Um aspecto peculiar do samba chula é a participação majoritariamente feminina, o que remete às práticas rituais do candomblé, nas quais, em muitos terreiros de tradição ortodoxa, a dança é restrita às mulheres, sendo vedada aos homens. Outro elemento simbólico é o sentido anti-horário da roda, carregado de significados rituais que se reproduzem tanto no espaço sagrado das religiões afro-brasileiras quanto nos terreiros de samba de outrora.

No contexto da realidade lagartense, o samba de roda, assim como as demais manifestações que são objeto de estudo desta pesquisa, está intrinsecamente ligado à capoeira. É o que relata a professora Sandra Helena, que possui vinte anos de trajetória dentro da capoeira, vinculada ao grupo Cordão de Ouro do Mestre Suassuna. Há três anos, Sandra está à frente do Centro de Capoeira e Cultura Popular Flor de Juá, localizado no bairro Jardim Campo Novo, onde ministra aulas de capoeira e samba de roda, valorizando e fortalecendo as manifestações de origem africana em Lagarto. O espaço promove rodas de capoeira e samba de roda para os jovens do bairro, desenvolvendo um trabalho de inclusão social e de fortalecimento cultural.

Local. Em relação à prática do samba de roda e ao tipo presente nas rodas de capoeira, a professora relata que ele se mostra variado e mesclado, sendo uma manifestação bastante presente e constituinte dessas rodas. Quase sempre, o samba de roda tem como objetivo encerrar a roda de capoeira, funcionando como uma forma de transição da luta para o festejo, elevando ainda mais o axé do momento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos até o presente momento demonstram que a chegada dos povos escravizados a Lagarto exerceu influência significativa na constituição da realidade local, repercutindo em diferentes dimensões que compõem a identidade cultural da população,

como os costumes, a culinária e as manifestações culturais — foco central deste estudo.

A partir de uma análise mais aprofundada, observa-se que as manifestações culturais de origem africana em Lagarto promovem o senso de pertencimento da comunidade lagartense, contribuem para a valorização da cultura popular e fruição da mesma, e configuram-se como instrumentos de inclusão social, fortalecendo a herança africana no município. Esse processo, por sua vez, potencializa a conexão das cinco comunidades quilombolas com sua ancestralidade africana.

CONCLUSÃO

As manifestações culturais de origem africana em Lagarto revelam a riqueza da contribuição dos povos africanos para a identidade local e nacional. Essas tradições fortalecem o sentimento de pertencimento da comunidade, mas enfrentam desafios como a falta de apoio público, de incentivos e de espaços adequados, além do preconceito e do racismo. O estudo, pioneiro e abrangente, destaca a importância de valorizar e reconhecer essas manifestações por meio de políticas públicas que assegurem acesso, estrutura e conscientização cultural, garantindo a preservação e a projeção da herança africana em Lagarto.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. **Capoeira Angola: Cultura Popular e o Jogo Dos Saberes Na Roda**. Campinas, SP: Unicanp/CMU, 2005.

ADINOLFI, M. P. F. **Registro da Capoeira com Patrimônio Cultural do Brasil** (Parecer nº 031/08). Brasília: IPHAN, 2008.

BARROS, K. F. **Capoeira Na Educação Infantil: Teoria De Ensino E Atividades Práticas**. São Paulo, SP: Phorte, 2012.

CARDOSO, Severiano. **Lagarto – Sergipe: História e costumes”**. **Almanaque Sergipano**, Aracaju, p. 242-256, 1899

CARVALHO, C. G., SERPA, A. O samba de roda como articulador de identidades territoriais e culturais no Recôncavo baiano. In: SERPA, A., ed. **Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade** [online]. Salvador: EDUFBA, 2015, pp. 231-257. ISBN: 978-85-232-2012-9. <https://doi.org/10.7476/9788523220129.0010>.

CUNHA, Joceneide. **Entre farinha, procissões e famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagartos, província de Sergipe (1850-**

1888). Dissertação (Mestrado em História Social) –Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2004

CRITICA, Histórica. **Escravidão, trabalho e família nas vilas sertanejas do Lagarto** em Sergipe e Conceição do Coité na Bahia (1860-1888)

Mutti, Maria: Maculê, Santo Amaro da Purificação, 1968.

Almeida, Plínio de: Pequena História do Maculê.

Núcleo de Folclore da Universidade Federal de Pelotas (NUFOLK UFPel). 2014. Puxada de rede e Makulelê. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nufolk/2014/06/17/aula-de-puxada-de-rede-e-maculele/> (acessado em 05 jun. 2021). A puxada de rede: cooperação coletividade e ajuda mútua em imagens <https://revistas.usp.br/gis/article/view/190822> - Dorival Bonfá Neto

SUBIR COM JESUS, AO MONTE É PRECISO: SÃO CRISTÓVÃO, CIDADE-MÃE, SANTA E PRIMAZ

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Introdução

Com qual ao monte
Débil e cansado
Subir para ser
Por nós imolado.
Subir com Jesus
Ao monte é preciso
Para entrar com Ele
No seu paraíso
(DEVOCIONÁRIO, 2010, p. 16). [Grifos meus]

Este capítulo inicia com os versos do Ofício da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, nas palavras que inspiraram o título deste texto. Ao longo de sete sextas-feiras, no crepúsculo do dia, quando o Astro-rei esmorece entre as águas serpenteantes do Paramopama, a reza é entoada por centenas de devotos do Senhor dos Passos na Igreja da Ordem Terceira do Carmo da cidade de São Cristóvão. Vozes, notadamente de mulheres, que ardorosamente evocam os tormentos do Cristo sofredor, como uma prece, uma súplica, um clamor de alento. A oração remete sete momentos da Paixão de Jesus (Horto, Atacado à Coluna, Açoitado, Coroado de espinhos, Cruz às costas, Crucificado e Morto), consonante o parâmetro da Liturgia das Horas: Matinas ou Laudes, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas. Trata-se de uma oração cantada com grande piedade por devotos e devotas no tempo litúrgico entre a Septuagésima² e a Quaresma.

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq-2. E-mail: magno.santos@ufrn.br

² A Septuagésima é um tempo litúrgico do calendário católico que foi extinto por meio do Concílio do Vaticano II. Tratava-se de uma preparação remota para a Páscoa, que começa com o domingo da Septuagésima (o nono domingo antes da Páscoa e o terceiro antes de Quarta-Feira de Cinzas).

A celebração dos Ofícios ocorre sempre no período próximo à celebração realizada no segundo final de semana da Quaresma, sendo três nas semanas anteriores, um no final de semana da romaria e mais três nas semanas subsequentes. Esse fervor devocional reafirma a premissa salvacionista:

Para que gozemos
Os céus algum dia
A Jesus dos Passos
Tomemos por guia (DEVOCIONÁRIO, 2010, p. 7).
[Grifos meus]

Apesar de ser uma oração recitada em diferentes partes do mundo cristão, em cidades como Oeiras e Recife, o Ofício da Paixão recitado em São Cristóvão apresenta características próprias, como a melodia carregada de piedade e as práticas devocionais que atravessam a paraliturgia, como o depósito de ramos de manjerição e de garrafas de água aos pés da imagem durante a celebração para serem distribuídas entre os devotos. Além disso, ressalta-se como os versos do ofício coadunam com à história e à topografia da cidade de São Cristóvão, notadamente, ao acoroçoar que “subir com Jesus, ao monte é preciso, para entrar com Ele, no seu paraíso”.

Para muitos sergipanos, essa exortação remete à necessidade em deslocar-se à cidade tida como santa, para pagar promessas, renovar a fé e ver a imagem que teria sido enviada por Deus para proteger os sergipanos. Mito e história se congraçam na construção de uma centralidade atribuída à São Cristóvão, tornando-a um núcleo urbano privilegiado no cenário estadual e nacional em diferentes textos, contextos e vozes. Assim, a velha urbe eclode como a cidade santa, a nova Jerusalém, a colina sagrada na qual se deve buscar o alento e perdão, ou como a cidade histórica pincelada sob o epíteto de “quarta cidade mais antiga do Brasil”, “primeira capital de Sergipe”, “cidade-monumento” ou simplesmente, como “cidade-mãe”.

Essas alcunhas atribuídas à São Cristóvão explicitam a confluência de projetos oriundos de diversos momentos e sujeitos, bem como, a projeção da cidade tanto no âmbito político e urbano, quanto no religioso e devocional. Projeções que, no geral, são replicadas de forma assistemática por agentes que atuam na política, turismo, patrimônio e até mesmo na historiografia, mas desprovidos da

preocupação em explicitar os processos de construção de tais prerrogativas. Neste sentido, neste capítulo tenho como escopo pensar as antonomásias atribuídas à cidade de São Cristóvão como representações correlatas à história e à liturgia. Para isso, aciono como fontes a produção historiográfica e mnemônica acerca do núcleo urbano sergipano, bem como documentos que sinalizam a apropriação dos posônimos.

Com isso, estruturei o texto em quatro momentos. No primeiro, discorro sobre a construção da cidade como primeiro núcleo urbano sergipano, ao exercer a centralidade política e do patrimônio no estado. No segundo momento, perpasso pela questão do turismo e da construção da alcunha de quarta cidade mais velha do Brasil. No terceiro, aciono a dimensão histórica eclesiástica, por meio da criação da primeira paróquia de Sergipe, as projeções de uma possível elevação da matriz à catedral e os meandros religiosos dos séculos XX e XXI, com o reconhecimento como freguesia apostólica e santuário. Por fim, no quarto momento, perpasso pela dimensão religiosa e devocional, com a sacralização dos espaços e do tempo, bem como a correlação entre a liturgia, a topografia e as celebrações efetivadas na cidade, notadamente, a romaria do Senhor dos Passos, tida como último suspiro de alegria de uma cidade que se projeta retrospectivamente.

1. Cidade de Sergipe, cidade do passado e monumento nacional

Algumas das mais significativas laudas da história de Sergipe reverberam os episódios que tiveram como palco a vetusta cidade de São Cristóvão. Eventos que perpassam pela guerra de conquista da antiga capitania e fundação da cidade, invasão neerlandesa, emancipação política da capitania e independência do Brasil, mudança da capital, criação das ferrovias, processo de industrialização, debates sobre a salvaguarda do patrimônio nacional e fortalecimento da política nacional de turismo. São Cristóvão, atravessa os séculos como o cenário privilegiado da história sergipana. No âmbito historiográfico, inicialmente, as narrativas apresentavam a localidade por meio da descrição de seus equipamentos religiosos e administrativos. Esse foi o caso de Manuel Aires de Casal:

Seregipe, ou S. Christovam, Christophoropolis,
Capital da Província, residência do seu Governador, e
do Ouvidor com título de Cidade, bem situada num

terreno levantado junto ao rio Paramopama, que he um ramo do Vazabarris, cinco léguas distante do mar, não passa ainda d'uma villa considerável, populosa, e ornada com dois Conventos, um de S. Francisco, outro dos Carmelitas Calçados, Caza de Mizericordia, duas Ordens Terceiras relativas ao mencionados Conventos, uma Capella de Nossa Senhora do Rozario dos Pretos, outra de Nossa Senhora do Amparo dos Pardos, boa Caza da Camara, e uma grande ponte (CASAL, 1817, p. 147).

As palavras oriundas da pena do sacerdote explicitam que se tratava um núcleo urbano com foros de capital e que a distinguia das vilas até então existentes na colônia. Era uma cidade equipada com edifícios públicos que atendiam os aparatos administrativos e eclesiásticos. Além disso, ao ser fundada por Cristóvão de Barros em 1590, a urbe era apresentada como uma cidade-migrante, pois ao longo do primeiro decênio de sua existência ela teria sido transferida para diferentes sítios em busca de um espaço resguardado contra possíveis invasões (NUNES, 2006, p. 34-35).

Além dessa faceta de núcleo urbano em deslocamento, o Dicionário Geográfico de Milliet de Saint-Adolphe apresentou a cidade como uma fênix, ressurgida das cinzas após ter sido opugnada por diferentes grupos. Nas palavras do letrado francês, a cidade “por diversas vezes investida por índios, e saqueada pelos Hollandeses em 1637, os quaes pozêrão fogo a todos os engenhos que havia na costa” (SAINT-ADOLPHE, 2001 [1845], p. 78). Como cabeça da capitania sergipense, São Cristóvão transmutava-se em espaço da resistência, com o renascer após investidas de povos internos e externos.

Marco da conquista e da invasão neerlandesa, São Cristóvão eclodiu na emergente historiografia da “província menor” como o primeiro núcleo urbano em plagas sergipanas. Nas palavras de Antônio José da Silva Travassos, “foi o povoado de Aracaju declarado cidade antes de ser villa, tendo o título de cidade de S. Christóvão, e logo declarado Sergipe como capitania” (TRAVASSOS, 1875, p. 12). Neste sentido, o município passa a ser narrado como primeira cidade sergipana e por isso, ao longo do período colonial e da primeira metade da centúria oitocentista era recorrente que a localidade fosse designada como “Cidade de Sergipe”, assim como Salvador também era evocada como a “Cidade da Bahia”.

Essa inferência perpassa pela primeira metade da centúria oitocentista, quando o episódio da transferência da capital para a cidade de Aracaju em 1855 repercute na difusão de um novo silogismo. São Cristóvão passa a ser apresentada como um suspiro do passado, uma relíquia agonizante, uma ruína prestes a desaparecer (MECENAS, 2021) Conforme asseverou José Calasans Brandão da Silva, “São Cristóvão tinha o destino marcado. Era impossível conservar a capital da província numa região geográfica e economicamente condenada” (SILVA, 1992, p. 66). A localidade passava então a ser narrada como um espaço do passado. Ora, emergia como prisioneira do tempo, como expressou o viajante Robert Avé-Lallemant: “Dantes, a capital da Província distava cerca de oito milhas ao sul, e chamava-se S. Cristóvão” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 331). Ora, transmutava-se no espaço da tradição, como reverberou Serafim Santiago, ao designá-la como “tradicional cidade, a filha de Christovão de Barros” (SANTIAGO, 2009, p. 38).

Esse segundo aspecto passou a ter notabilidade ao longo dos primeiros decênios do século XX, momento no qual a imprensa investe no processo de invenção de São Cristóvão como cidade do passado (SANTOS, 2024). Uma das principais vozes neste processo de construção da cidade como lócus da decadência e resquício do passado foi Luiz da Costa Filho, intelectual oriundo da Faculdade de Direito de Recife e que escreveu sobre os monumentos sergipanos (MECENAS, 2024). De acordo com o intelectual:

São Cristóvão é inteiramente uma ruína: suas casas empretecidas pelos fenômenos do tempo e pelo abandono dos homens, são como uma confusa multidão de sepulturas exóticas; suas largas ruas, rasgadas sem as considerações de uma medida de arte, todas deterioradas e muitas comidas em grande parte pelos terríveis socovões, semelham destroços de uma velha maltratada, que o mar tivesse arremessado baralhadamente à praia (COSTA FILHO, 8 de março de 1907, p. 1).

Chama atenção o fato de a evocação de São Cristóvão como uma sombra pretérita ocorrer no âmbito das comemorações da fundação de Aracaju. Assim, a velha urbe tornava-se o contraponto retrospectivo da nova capital, um preâmbulo espacial da cidade projetada para ser o futuro de Sergipe. Todavia, a matéria oriunda de penas com tintas carregadas, a enaltecer o depauperamento urbano de

São Cristóvão reluzia outras preocupações, como a preservação do patrimônio histórico como um ato patriótico e de fomento à nacionalidade. A construção de uma sensibilidade em relação aos monumentos, nos vindouros, resultou na intervenção do Estado, que elevou a cidade de São Cristóvão “à categoria de monumento histórico pelo governo estadual através do Decreto-Lei nº 94, de 22 de junho de 1938” (UNESCO, 2010, p. 22).

Quatro dias depois, o impresso “Folha da Manhã” divulgou uma matéria que festejava de forma efusiva a publicação do Decreto-Lei nº 94. A manchete era reveladora do entusiasmo, ao tratar do “Magnífico Decreto”:

Os brasileiros começam a cuidar de sua própria casa. Até bem pouco tempo a única preocupação dos que queriam ou pretendiam gosar fama de gente boa, culta e instruída, era viajar a Europa inteira de retorno atirar para cima dos que aqui ficaram um mundo de sabedoria colhida em álbuns de velhos Museus.

Do Brasil pouco se sabia e os que a isso patrioticamente dedicavam quase nada valiam. Agora, felizmente, as coisas tomaram rumo diferente e muito mais acertado. Veio a Coleção Brasileira, que inegavelmente, nos está revelando o Brasil, que só era conhecido de alguns estudiosos. Os governos, por, por sua vez, começaram a zelar pelo patrimônio histórico da nacionalidade, que antes poucos olharam com simpatia. É de louvar, pois, a iniciativa que tomaram os homens públicos de defesa aos monumentos históricos brasileiros – que são a nossa própria História. É assim que as Nações se perpetuam. O ato do dr. Eronides Ferreira de Carvalho, digno interventor Federal neste Estado, elevando São Cristóvão à categoria de monumento histórico, bem merece a inteligente e justa classificação que lhe deu o culto monsenhor Mario Villas Boas, bispo eleito de Garanhuns – que em telegrama, o chamou de magnifico decreto (FOLHA DA MANHÃ, 26 de junho de 1938, p. 1).

A matéria veiculada no impresso aracajuano elucidava novas projeções atinentes à primeira capital sergipana. A cidade passava a ser apresentada como um “monumento histórico brasileiro” e por isso, poderia ser entendida como a própria história do Brasil. Preservar a cidade era uma ação necessária não somente para guarnecer o passado do estado, mas, primordialmente, da nação. O decreto assinado pelo interventor federal antecedeu as ações efetivadas por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) a partir da década de 1940, nas quais ocorreram tombamentos a partir da indicação de José Calasans, que representava o SPHAN em Sergipe (SANTOS, 2018). Assim, a cidade passou a contabilizar onze bens imóveis tombados como patrimônio histórico nacional de natureza material.

Na década de 1960, já no período da ditadura civil-militar brasileira, ocorreram outras ações que ressignificaram o núcleo urbano. Inicialmente, no dia 23 de janeiro de 1967, “o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico” de São Cristóvão foi registrado como patrimônio nacional, ao ser inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob a inscrição nº 40.

2. Quarta mais antiga cidade do Brasil, patrimônio da humanidade e cidade-mãe de Sergipe

Posteriormente, no emergir da década seguinte, a cidade tornou-se alvo de ações de políticas públicas empreendidas pelo Estado ditatorial, que visava fomentar a consolidação das cidades históricas brasileiras como destinos turísticos. Uma iniciativa desse projeto foi a implementação do “Programa de Cidades Históricas (PCH) em 1973, que tinha como escopo a restauração dos centros históricos de cidades do Nordeste brasileiro. De acordo com Sandra Rafaela Magalhães Correa,

Em maio de 1973, João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho, ministros do Miniplan e do Ministério da Educação (MEC), respectivamente, emitiram a Exposição de Motivos 076-B, regulamentada pela Portaria Miniplan 050/73, que criou efetivamente o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua Utilização para Fins Turísticos (CORREA, 2015).

Neste período ocorreu uma confluência de projetos que buscavam transformar a cidade de São Cristóvão em um atrativo turístico. No âmbito da cultura popular, foram reconstituídas as comissões estaduais de folclore, que passaram a fomentar a pesquisa das manifestações folclóricas e criação de espaços para que ocorressem as apresentações aos visitantes. No caso de São Cristóvão, ainda nos idos de 1972, foi criado o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), que se tratava de um festival universitário e que se tornou um dos principais eventos culturais de Sergipe no último quartel do século XX. O FASC teve como inspiração o Festival de Inverno de Ouro Preto, realizado entre os anos de 1967 e 1978 (KAMINSKI, 2012) e se estabeleceram como atividades que resultariam na Política Nacional de Cultura de 1975 (AZEVEDO, 2012, p. 15).

A criação e divulgação do Festival de Arte de São Cristóvão resultou na ressignificação da antiguidade da cidade, por meio do slogan de fomento ao turismo que a qualificava na “condição de 4ª cidade mais antiga do país” (AZEVEDO, 2012, p. 125). Esse apodo foi amplamente divulgado na imprensa nacional, em matérias que ora divulgavam o festival, ora buscavam incrementar o turismo. Neste período, jornais de diferentes estados apresentavam a velha urbe à população, como um destino que possibilitava “uma viagem ao passado”. Nos idos de 1972, o impresso pernambucano “Diário da Manhã” divulgou a matéria “Sergipe e suas riquezas”, nas quais ressaltava:

Outro setor que o atual Governo provincial está incentivando é o turismo. Para esse fim, estão sendo construídos, no momento, onze hotéis capazes de hospedar com todo o conforto os visitantes. As atrações que o Estado oferece são várias destacando-se dentre elas a ex-capital, São Cristóvão, *a quarta cidade mais antiga do Brasil*, que mantém com desvelo os seus conventos e as suas igrejas (DIÁRIO DA MANHÃ, 20 de dezembro de 1972, p. 4). [Grifos meus].

Sergipe foi apresentado no impresso como um canteiro de obras que visavam equipar as cidades para a recepção dos turistas, notadamente, por meio da ampliação da rede hoteleira. Todavia, no âmbito dos atrativos, a matéria trazia como carro-chefe São Cristóvão, não mais como uma ruína, mas como quarta cidade mais antiga do país

e que preservava os seus conventos com “desvelo”. Se em outrora a cidade era tida como uma sombra do passado prestes a desaparecer, na década de 1970, ela transmutava-se em um passado intacto, capaz de permitir uma viagem no tempo, uma luz pretérita que avançava sobre o tempo a iluminar o presente.

No ano seguinte, São Cristóvão tornou-se alvo de outras matérias de divulgação turística. No impresso Manchete, do Rio de Janeiro, Ricardo Noblat publicou uma extensa matéria sobre o potencial de turismo histórico no Nordeste, arrolando cidades como São Luís e Alcântara (MA), Oeiras (PI), Aracati e Aquiraz (CE), Olinda (PE), Penedo (AL), São Cristóvão e Laranjeiras (SE) e Cachoeira (BA). O texto transitava entre as denúncias de abandono do patrimônio, onde “tudo isso está ameaçado de extinção. O tempo e o desinteresse consomem aos poucos estas relíquias preciosas que se transformam em simples carcaças sem direito à História” (NOBLAT, 29 de setembro de 1973, p. 65). Além da ausência de medidas de salvaguarda do patrimônio, o articulista também pleiteava a construção de uma rodovia que interligasse as cidades históricas. Ricardo Noblat assim proclamava: “falta ao Nordeste uma boa estrada para ligar todos as cidades históricas, formando um dos roteiros mais apaixonantes do nosso turismo” (NOBLAT, 29 de setembro de 1973, p. 80).

Sobre São Cristóvão, o articulista chamava a atenção para a quantidade de templos históricos, ao dizer que a igreja matriz fazia “parte do que é um dos maiores conjuntos de templos do mundo, em São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil, a 20 minutos de Aracaju. São várias igrejas em torno de um largo” (NOBLAT, 29 de setembro de 1973, p. 65). Ressalta-se o fato de o autor considerar o patrimônio edificado da cidade como um elemento de alcance mundial. Não se tratava de um conjunto arquitetônico digno da atenção estadual ou até mesmo nacional. Era algo digno da atenção da humanidade e que poderia ser alvo de políticas públicas de fomento ao turismo internacional. Isso repercutiu na construção de uma matéria amplamente ilustrada, com registros fotográficos de Tadeu Lubambo. Já na abertura da da matéria veiculada na Manchete, havia a fotografia da matriz de São Cristóvão, registrada em um ângulo imponente, erguendo-se da praça florida em direção ao céu:

Figura I
Igreja Matriz Nossa Senhora da Vitória

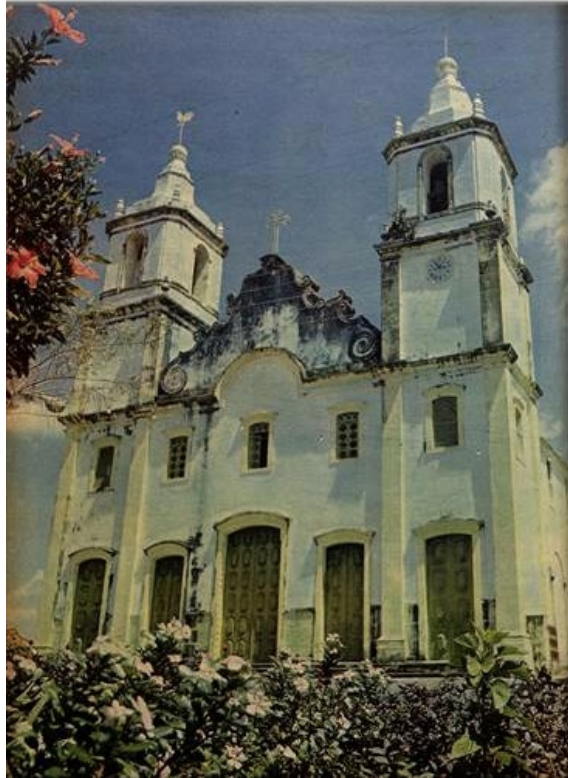


Foto: Tadeu Lubambo. Fonte: (NOBLAT, 1973, p. 64)

A cidade-monumento divulgada nos impressos do Sudeste do país também era noticiada como parada obrigatória nas visitas oficiais. Ainda em 1973, o jornal “Cidade de Santos” noticiou a visita a Sergipe do prefeito de São Vicente, Jorge Bierrembach Senra, que havia sido colega de turma na Faculdade de Engenharia do então governador de Sergipe, Paulo Barreto de Menezes. Na viagem, o político paulista visitou “as cidades coloniais, Laranjeiras e São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil” (CIDADE DE SANTOS, 29 de agosto de 1973, p. 5). Retórica similar foi acionada por Beatriz Roti-Rossi, ao discorrer sobre o potencial de Sergipe e asseverar: “quando em 1590 Cristóvão de Barros conquistou as terras do cacique Serigy e fundou o primeiro núcleo de Sergipe”. Esse núcleo pioneiro, “São Cristóvão, é a quarta cidade mais antiga do Brasil e antiga capital do estado” (ROTI-ROSSI, 17 de março de 1974, p. 24).

Essa prerrogativa de quarta cidade do Brasil atravessou o tempo e continuou a ser acionada em praticamente todos os textos que tratavam de São Cristóvão. Em pleno século XXI, Gaspeu Fontes anunciou com garbo: “São Cristóvão é a cidade mais antiga de Sergipe e a quarta mais antiga do Brasil” (FONTES, 2022, p. 38). Nos idos de 1996, a Folha de São Paulo veiculava diferentes matérias sobre o estado de Sergipe, divulgando as belezas naturais e os monumentos considerados dignos da apreciação turística. No dia 22 de fevereiro, em matéria produzida por Sérgio Amaral, foi apresentada São Cristóvão, tida como a “quarta cidade mais antiga do país” e “região tombada pelo patrimônio histórico desde 1938”. O articulista ainda destacou os monumentos do centro histórico:

São Cristóvão é a quarta mais velha cidade do Brasil. Foi fundada em 1590 por Cristóvão de Barros, às margens do rio Cotinguiba, também conhecido como Sergipe.

A cidade foi capital da Província de Sergipe até 1855, quando foi transferida para Aracaju. A região foi tombada pelo patrimônio histórico em 1938. São Cristóvão fica a 25 km de Aracaju e é servida por linhas regulares de ônibus. São duas as maneiras de chegar ao local: uma pela BR-101, e a outra pela rodovia João Bebe Água.

A cidade está dividida em duas partes, seguindo sua topografia: "cidade alta" e "cidade baixa". A "cidade alta" é a mais antiga, onde estão os edifícios históricos.

Um dos mais importantes conjuntos históricos fica na praça São Francisco. Lá, é possível ver o Convento de São Francisco, cuja construção teve início em 1658 (AMARAL, 1996).

O texto de divulgação turística da primeira capital sergipana elucidava os atributos precípuos do núcleo urbano, como a indicação dos principais monumentos, a topografia urbana dividida no chamado “estilo português” de cidade alta e cidade baixa, os aspectos históricos da fundação e, a condição de ser uma das mais antigas cidades do país. Nenhum desses aspectos elencados constituíam uma inovação historiográfica ou até mesmo na literatura do turismo brasileiro. A máxima atribuída à cidade de São Cristóvão, como “quarta cidade mais

antiga do Brasil” era devedora de uma ação engendrada no âmbito do projeto de fomento ao turismo interno do país, implementado no decurso da década de 1970, em pleno governo ditatorial civil-militar.

Essa leitura do estilo português de cidade alta e cidade baixa galgou nova roupagem no emergir do século XXI, quando foi propagada a candidatura para a inscrição da Praça São Francisco como Patrimônio Cultural da Humanidade. O dossiê da candidatura ressaltava a aludida praça como um exemplar único da confluência da colonização lusitana e espanhola nas Américas. Portanto, a praça:

é testemunha do processo de ocupação da região e exemplo de implantação de vila fundada sob o reinado de Filipe II, época em que Portugal esteve por 60 anos sob o domínio da Espanha. São Cristóvão guarda características que a tornam singular e única no processo de conquista e formação do território brasileiro (UNESCO, 2010, p. 6).

No dia 3 de agosto de 2010, após uma longa trajetória de trabalho de divulgação e pesquisa, a Praça São Francisco foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, fazendo com que a divulgação da cidade passasse a aglutinar diferentes títulos: quarta cidade mais antiga do Brasil e patrimônio cultural da Humanidade. De algum modo, era o epílogo de uma ação que havia sido apresentada indiretamente pelo jornalista Ricardo Noblat em 1973, quando defendia que a cidade abrigava um conjunto arquitetônico digno da atenção do mundo. Sergipe passava a contar com um dos 18 bens brasileiros reconhecidos pela UNESCO como patrimônio mundial e criava esperanças de renovação das atividades turísticas para a cidade.

Ainda no ensejo da celebração do reconhecimento mundial e em um átimo de crise política, marcada por escândalos que repercutiram na mídia nacional, em 2016, a cidade de São Cristóvão elege como prefeito Marcos Santana, que adotou como slogan de sua gestão, “São Cristóvão, cidade mãe de Sergipe”. Tratava-se da ressignificação do argumento defendido por Manoel dos Passos de Oliveira Telles, que nos idos de 1900 denunciou o abandono da cidade pelo poder público estadual:

Nem tem sido menos impatriota o Estado tocante as coisas de sua *cidade mãe*. De longa data o

esquecimento envolve aquela terra como uma bruma espessa. As raras pequenas concessões aceitas como favores políticos, em regra, foram alcançadas à custa de esforços e de contrariedades. São Cristóvão tem sido um lugar quase omissos nos orçamentos do Estado (TELLES, 2023, p. 136).

A designação estabelecida pelo intelectual sergipano permaneceu oculta por mais de um século, até a apropriação política em pleno século XXI. Esse mote foi mobilizado exaustivamente, e extrapolou a dimensão administrativa, ao ser difundida por Joba Ralacoxa na “Canção à Cidade Mãe”:

Foi na foz do rio Vaza barriz
Onde tudo começou
A primeira capital
Cristóvão de Barros fundou
As margens do Paramopama
São Cristóvão se incumbiu
Foi palco de grandes batalhas
No nordeste do Brasil
Praça São Francisco
Patrimônio Mundial
Igrejas, altos e montes
Herança de Portugal
Cidade fortaleza, berço cultural
Possui grandes riquezas
És um belo cartão postal
Cidade Mãe, Cidade Mãe
São Cristóvão é Cidade Mãe (RALACOXÁ, 20)

Essa apropriação também transcorreu no âmbito oficial do Estado. No dia 18 de março de 2021, a Assembleia Legislativa de Sergipe aprovou projeto de lei nº 25/2021, do deputado estadual Francisco Gualberto, que conferia à cidade de São Cristóvão o título de "Cidade Mãe de Sergipe". No dia 24 de março do mesmo ano, o governador do estado, Belivaldo Chagas, assinou a Lei N. 8.824, que “confere à Cidade de São Cristóvão o título de ‘Cidade Mãe de Sergipe’”. O artigo primeiro desta lei determinou: “**Art. 1º** Fica conferido o título de "Cidade Mãe de Sergipe" à Cidade de São Cristóvão, Capital Honorária do Estado de Sergipe, assim considerada nos termos do art. 5º, parágrafo único, da

Constituição Estadual” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 25 de março de 2021, p. 1).

A lei reafirmava a honraria constitucional de São Cristóvão ser a capital honorária de Sergipe e agregava o título de cidade mãe de Sergipe, como forma de elucidar o fato de ter sido o primeiro núcleo urbano do estado. Conforme foi observado por Wênia Bandeira, “São Cristóvão foi a capital da Capitania de Sergipe durante a época das capitanias hereditárias até a transferência da capital para Aracaju em 17 de março de 1855. O lugar conta com alguns edifícios históricos e tradições a exemplo das romarias e as festas religiosas” (BANDEIRA, 2022). Essa lei acabou por coroar a cidade como epicentro da história sergipana.

3. Paróquia Primaz, freguesia apostólica e santuário

São Cristóvão foi a sede da primeira freguesia em terras sergipanas. Assim, além de ter sido pioneira no âmbito urbano, com o pomposo título de cidade; administrativo, com o status de capital de capitania, a localidade inaugurou a territorialização eclesiástica de Sergipe. Nas palavras de Antônio José da Silva Travassos,

Já era, assim, Sergipe Capitania independente, porém não tinha no seu território uma freguesia, fazendo todo elle parte da de Nossa Senhora da Victoria da cidade da Bahia, d’onde foi desmembrada, no anno de 1603, a freguesia de Nossa Senhora da Victoria da cidade de S. Christovão de Sergipe de el-Rei, trazendo a invocação daquela a que pertencia (TRAVASSOS, 1875, p. 16).

A assertiva do historiógrafo sergipano oitocentista elucidava a preocupação em comprovar que Sergipe constituía uma capitania independente desde o momento da conquista efetivada em 1590. Além disso, ele buscou evidenciar que essa autonomia não se restringia à dimensão administrativa, mas também na eclesiástica, por meio da criação da freguesia que compreendia todo o território da capitania de Sergipe d’El Rei. Neste sentido, São Cristóvão seria a sede da paróquia primaz de Sergipe, ou seja, da primeira freguesia, criada ainda nos primeiros anos após a guerra de conquista.

Essa assertiva é corroborada por grande parte dos cronistas e historiadores, havendo discordâncias apenas em relação à data de origem paroquial. Milliet de Saint-Adolphe informa que era “parochia desde o anno de 1608” (SAINT-ADOLPHE, 2001 [1845], p. 79). Já Felisbelo Freire, considerado o “pai da historiografia de Sergipe”, tratou do assunto de forma imprecisa: “o clero secular já faz parte do governo, em cujas deliberações poderosamente influi. O padre Bento Ferraz, que é o vigário da capitania, é também o loco-tenente de Manoel Miranda Barbosa, em cuja ausência dirige a administração em dezembro de 1600” (FREIRE, 1977 [1891], p. 95). De acordo com o historiador, a sua vigaria havia terminado em 1602. Por seu turno, Clodomir Silva destacou que “assim, pois em 1617, era dada a denominação à freguesia – Nossa Senhora da Victoria, sendo considerada cidade” (SILVA, 2019 [1920], p. 279).

Todavia, essa informação emerge de forma imprecisa, pois centra na presença de sacerdotes e não problematiza quando se deu a criação de uma freguesia. Por sua vez, Maria Thétis Nunes, em *Sergipe Colonial I*, ressaltou a criação da freguesia: “passou a cidade a ser Freguesia de Nossa Senhora da Vitoria pertencente ao Bispado da Bahia, sendo designado o Pe. Antônio Murtinho para vigário, o qual tornar-se-ia grande proprietário rural” (NUNES, 2006, p. 33). Em *Sergipe Colonial II* a consagrada historiadora apresentou informações mais precisas:

Com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, dependente do Bispado da Bahia, permaneceu a Igreja da Capitania de Sergipe até 1676. Nesta data era criado o Arcebispado da Bahia e, como consequência, Sergipe tornou-se Vigararia-Geral, significando uma Delegacia eclesiástica do Arcebispado da Bahia, situação que permaneceu até 1910, quando passou a Bispado” (NUNES, 1996, p. 220).

A assertiva apresentada pela historiadora sinaliza para uma possível autonomia eclesiástica da Freguesia Primaz de Sergipe a partir de 1676, quando ocorreu a elevação da Arquidiocese da Bahia e criação da Vigararia Geral de Sergipe. Essa premissa também foi defendida por Serafim Santiago, ao afirmar que a edificação religiosa:

Foi erecta matriz no anno de 1608 pelo Bispo da Bahia D. Constantino de Barradas. O Vigário de Sergipe é também vigário geral de toda a capitania, se exceptuamos a Freguesia de Campos de Thomar, porque tem certa jurisdição de foro externo concedido pelo prelado desta Metrópole, ao qual é sujeita (SANTIAGO, 2009, p. 59).

Ambas as leituras devem ser consideradas, pois as vigararias da vara constituíam circunscrições eclesiásticas de orientação administrativa em perspectiva regional, reunindo freguesias territorialmente próximas. Nos casos das vigararias gerais, o poder atribuído ao sacerdote responsável sobrepunha a todos os demais, estando hierarquicamente abaixo do arcebispo (SANTOS, 2022, p. 569). No caso da Vigararia Geral de Sergipe, esse poder apresentava algumas regalias (SANTOS, 2023), em decorrência da distância em relação à sede da Arquidiocese da Bahia. Assim, o Regimento do Auditório eclesiástico preconizava:

Havendo respeito á grande distancia, e o muito incommodo, que experimentarão as partes, que morão na Capitania, e Cidade de Sergipe d’El-Rei, se em todas as causas houverem de vir pleitear a esta Cidade da Bahia, resolvemos a nomear Vigario Geral para a dita Cidade, e Capitania de Sergipe d’El-Rei; com mais ampla jurisdição, no que temos concedido aos Vigarios da Vara, mas terá os requisitos que deixamos apontados no Titulo antecedente (VIDE, 1852, p. 92).

Assim, os párocos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão exerciam um significativo papel administrativo, ao atuarem como vigários gerais até 1910, com a criação da Diocese de Aracaju. Como capital da capitania, a cidade possuía uma das maiores igrejas de Sergipe. Ainda no setecentos, Sebastião da Rocha Pitta ressaltou a “cidade de São Cristóvão com suntuosa Matriz de Nossa Senhora da Vitória” (PITTA, 1976 [1724], p. 32).

Essa grandiosidade da matriz da velha cidade implicava em outros projetos, que conforme Gaspeu Fontes, a construção ocorreu “por ordem dos Felipes da Espanha, com destino de ser elevada à condição de Sé Episcopal” (FONTES, 2022, p. 38). Essa informação

aparece inicialmente nos escritos de Marcos Antônio de Souza: “dentro da pequena cidade há um magnífico templo de Nossa Senhora da Vitória, o qual foi edificado por ordem dos Felipes da Espanha com o destino de o elevarem a Sé Episcopal” (SOUZA, 2005 [1808, p. 24]. A informação na qual a matriz era destinada a ser elevada à condição de catedral parece ser consideravelmente plausível, pois nas colônias hispânicas ocorreu uma profusão na fundação de dioceses, que tornou a administração eclesiástica consideravelmente fragmentada. Além disso, outras freguesias criadas ao longo do período da União Ibérica também estavam destinadas a serem elevadas à Sé, como foi o caso da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Luís, no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Neste caso, o insucesso dessa projeção é decorrente das mudanças políticas ocorridas na América portuguesa, pois somente no período republicano e fim do Padroado que a criação de novas dioceses se proliferou pelo país, momento no qual São Cristóvão já não exercia a função de capital. Contudo, ao longo do tempo ocorreram algumas tentativas de lograr a elevação da matriz sancristovense à condição de catedral. A tentativa mais conhecida ocorreu após a mudança da capital, que de acordo com Epifânio Dória:

A 23 de maio de 1859 (ver esta data), o deputado Alferes Antônio José Pereira Guimarães apresentou à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe uma indicação no sentido de ser representado ao Governo Geral, pedindo para que interpusesse sua poderosa influência junto ao Poder Legislativo do Império, para caso passasse o projeto de criação do bispado de Sergipe e Alagoas, ser designada a cidade de São Cristóvão para a sua sede (DÓRIA, 2009, p. 28).

A indicação da cidade de São Cristóvão para ser a sede de uma possível diocese de Sergipe e Alagoas pode ser entendida como um ato de reparação pela retirada de sua condição de capital provincial. Evidentemente, essa proposta também se encontrava ancorada na própria condição da matriz, que possuía grandes dimensões para abrigar os devotos e passava por uma reforma visando a recepção do imperador.

Com isso, desprovida de sua condição de capital e da possibilidade de ser elevada à condição de sede de uma Sé Episcopal, a

Paróquia Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão passou por mudanças significativas a partir do emergir do século XX, com a chegada de franciscanos alemães que assumiram a administração paroquial a partir de 1903 (SANTOS, 2024). Esses religiosos estrangeiros em Sergipe assumiram o controle dos templos que eram os principais centros de romarias do estado, como a do Senhor dos Passos de São Cristóvão e Bom Jesus dos Navegantes na igreja de Santo Antônio de Aracaju. Na velha capital sergipana, no dia 17 de novembro de 1928, por meio de um decreto, o bispo diocesano de Aracaju, elevou a paróquia de São Cristóvão a condição de “freguesia apostólica” (SANTOS, 2024, p. 296). Era o reconhecimento da atuação sacerdotal alemã no processo de reforma devocional na cidade. Prova disso é que de acordo com Raul Borges, essa freguesia deveria ser administrada pelos frades franciscanos “enquanto mantiverem residência canonicamente ereta” (BORGES, 2008, p. 42).

Essa condição de freguesia apostólica era evidenciada em vários documentos. No Almanack Laemmert de 1930, ao listar os párocos das freguesias de Sergipe, a cidade de São Cristóvão foi destacada: “S. Christovam: (Freguezia Apostolica) Religiosos Franciscanos” (ALMANACK LAEMMERT, 1930, p. 1044). Mas afinal, o que era uma freguesia apostólica? A resposta encontra no Código do Direito Canônico, ao definir:

Cân. 371 — § 1. O vicariato apostólico ou a prefeitura apostólica é uma porção do povo de Deus que, em virtude de circunstâncias peculiares, não foi ainda constituída em diocese, e que para ser apascentada se confia a um Vigário apostólico ou Prefeito apostólico, que a governa em nome do Sumo Pontífice. § 2. A administração apostólica é uma porção do povo de Deus, que, em virtude de razões especiais e muito graves, não está erecta em diocese, e cujo cuidado pastoral se confia a um Administrador Apostólico, que a governa em nome do Sumo Pontífice (SANTA SÉ, 1983, p. 67).

De acordo com a jurisdição eclesiástica, a freguesia apostólica trazia como características ainda não ter sido elevada à diocese e ter um governo diretamente vinculado ao Papado. Era uma regalia que conferia elevado grau de autonomia na atuação dos religiosos e evidenciava uma

convergência de interesses entre o bispado e os frades franciscanos na administração religiosa da paróquia de São Cristóvão.

Entretanto, apesar de São Cristóvão realizar a mais antiga romaria de Sergipe, o reconhecimento eclesiástico por parte da Arquidiocese de Aracaju foi consideravelmente tardio. Enquanto centros de romarias de outros estados galgavam notabilidade pela elevação à condição de santuários e basílicas, em São Cristóvão esse processo foi letárgico. Possivelmente, essa questão não foi decorrente de problemas internos da paróquia, mas da política adotada pelos prelados sergipanos, quase sempre providos de cautela ao elevar os templos à dignidade de santuários, conforme podemos observar no Quadro I:

Quadro I
Templos elevados à dignidade de santuário na Província
Eclesiástica de Aracaju

Nº	Templo	Cidade	Ano de elevação	Bispo	Circunscrição eclesiástica
01	Santuário Sagrado Coração de Jesus	Aracaju	1913	Dom José Thomaz Gomes da Silva	Diocese de Aracaju
02	Santuário Eucarístico Nossa Senhora Menina	Aracaju	8.09.1942	Dom José Thomaz Gomes da Silva	Diocese de Aracaju
03	Santuário Nossa Senhora Divina Pastora	Divina Pastora	1958	Dom José Vicente Távora	Diocese de Aracaju
			14.10.2012	Dom José Palmeira Lessa	Arquidiocese de Aracaju
04	Santuário Nossa Senhora Aparecida	Aracaju	1982	Dom Luciano José Cabral	Arquidiocese de Aracaju

				Duarte	
05	Santuário Mariano Nossa Senhora da Piedade	Lagarto	1984	Dom José Bezerra Coutinho	Diocese de Estância
06	Santuário Eucarístico Nossa Senhora do Rosário	Estância	2010	Dom Marco Eugênio Galvão Leite de Almeida	Diocese de Estância
07	Santuário Santa Luzia	Santa Luzia do Itanhy	2010	Dom Marco Eugênio Galvão Leite de Almeida	Diocese de Estância
08	Santuário Arquidiocesano São Judas Tadeu	Aracaju	11.10.2022	Dom João José Costa	Arquidiocese de Aracaju
09	Santuário Arquidiocesano São José	Aracaju	11.07.2023	Dom João José Costa	Arquidiocese de Aracaju
10	Santuário Paróquia Nossa Senhora da Vitória	São Cristóvão	12.07.2023	Dom João José da Costa	Arquidiocese de Aracaju
11	Santuário Nossa Senhora das Graças	Propriá	?	?	Diocese de Propriá

Fonte: (SANTOS, 2016; SANTOS, 2024).

Observa-se que a elevação dos templos à dignidade de santuário foi proliferada na Província Eclesiástica de Aracaju a partir do segundo decênio do século XXI. Foi somente nesta conjuntura que a matriz Nossa Senhora da Vitória foi elevada à condição de santuário. O decreto justificou o reconhecimento em decorrência da antiguidade do templo:

No decreto, o arcebispo diz que a igreja Nossa Senhora da Vitória é muito querida pelos fiéis da arquidiocese e “notória pela sua antiguidade”, além de ser um “lugar de oração, de recepção do sacramento da confissão e de diária celebração Eucarística desde tempos tão imemoriais” (COSTA, 2023).

Em consonância com a elevação à santuário, o templo da matriz de São Cristóvão também foi outorgado com o reconhecimento oficial pelo poder público estadual, também pautado no critério de antiguidade, por ser a igreja mais antiga de Sergipe. Em 2023, o projeto de Lei n. 474/2023, de autoria do deputado estadual Neto Batalha, “Reconhece e declara a Paróquia e Santuário “Nossa Senhora da Vitória”, situada na Praça Dr. Getúlio Vargas no Município de São Cristóvão/SE, como bem de interesse cultural do Estado de Sergipe e dá providências correlatas” (MATOS, 2024). Esses reconhecimentos por parte do poder público e, principalmente, da dimensão eclesástica, evidencia a adoção de uma nova postura da Arquidiocese de Aracaju em dignificar os centros de romarias, o que pode levar ao reconhecimento papal por meio da solicitação do título de basílica.

4. Cidade santa, colina sagrada e patrimônio imaterial de Sergipe

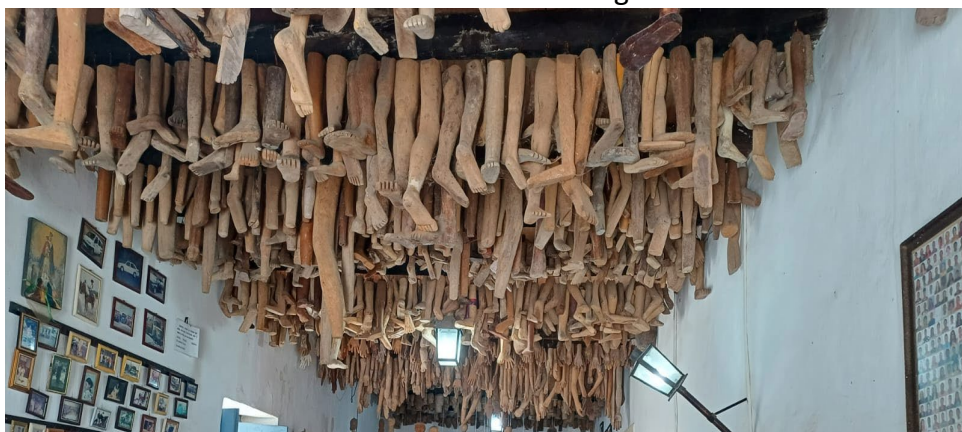
Ao atravessar os séculos e perpassar por diferentes contextos políticos e sociais, a cidade de São Cristóvão foi narrada e cantada sob a égide de titulações que denotavam status, poder, decadência, antiguidade e pioneirismo. A construção e difusão desses epítetos denotam os usos do passado como artifício de salientar projetos políticos nos quais a cidade passava a exercer diferentes funções. Trata-se de designações que circundam os meios políticos e letrados do país e que partem, principalmente, das narrativas difundidas nos meios midiáticos, que inspiram e consolidam culturas políticas.

Todavia, é possível afirmar entre os agnômes atribuídos à cidade, os que passaram a ter maior reverberação na população sergipana foram os que evidenciavam São Cristóvão como terra santa, espaço sagrado, abrigo escolhido pelo divino, morada da milagrosa imagem do Senhor dos Passos. Nos primeiros dias sacrossantos da Quaresma, São Cristóvão transmuta-se no paraíso terrestre, o umbigo

do mundo, o refúgio consolador dos sergipanos. Essa atribuição de terra santa à cidade de São Cristóvão perpassa pela convergência entre as práticas devocionais dos romeiros e os presságios anunciados nos textos bíblicos. Como atestou Clodomir Silva, em dias de romaria, tínhamos “S. Christovam, lendário nicho onde vão os aracajuanos ver o echymosado Senhor dos Passos, quando o sino grande do Carmo enche de dolentes soluços, à hora do sol-por, a profunda tristeza do valel do Paramopama” (SILVA, 2019, p. 83).

As palavras do cronista elucidam a velha cidade como um espaço sacralizado, o “vão onde era guarnecida a sagrada imagem” encontrada nas águas do Paramopama. Como “terra santa”, São Cristóvão se tornou o destino de romeiros provenientes de diferentes plagas sergipanas e baianas. Romeiros que, em grande medida, amortalmam-se e adentram à cidade com os pés descalços, como um ato de penitência e de conagração pelas bênçãos recebidas, conforme atestam os ex-votos na sala dos milagres.

Figura II
Ex-votos na sala dos milagres



Fonte: Magno Santos, 2024.

Os ex-votos em formato de pés, expostos no teto da sala dos milagres, atestam os agradecimentos dos romeiros ao Senhor dos Passos. A predominância de pés e pernas também evidencia uma predileção nos pedidos, tornando a devotada imagem do Cristo sofredor em especialista nos problemas de saúde relativos aos pés e caminhadas. Algo que se replica nos rogos dos devotos: “Que o Senhor dos Passos dirija os seus passos!” A expogografia, de forma poética também

reverbera a contiguidade entre romeiros de hoje e de ontem, como se os objetos configurassem uma romaria celeste, com os pés descalços a sobrevoar a terra santa. Adentrar as ruas enladeiras de São Cristóvão descalços remete ao rogo presente no livro do Êxodo (3-5), no qual “Deus: ‘Não te aproximes daqui. Tira as sandálias dos teus pés, porque o lugar em que te encontras é uma terra santa” (BÍBLIA, 1981, p. 102).

Essa noção de sacralidade, atravessada pelas práticas devocionais, pelos textos bíblicos e litúrgicos reafirmam a condição de São Cristóvão como espaço privilegiado, que atrai romeiros em busca de alento, perdão e cura. A cidade, cravada no Monte Uma e cercada pelo rio Paramopama, remete a uma atualização do Evangelho de São Marcos (9: 2-4): “Naquele tempo, Jesus tomou consigo a Pedro, Tiago e João, e conduziu-os a sós a um alto monte, e transfigurou-se diante deles” (BÍBLIA, 1981, p. 1333). Se, no tempo bíblico Jesus subiu a montanha para transfigurar-se diante dos apóstolos, nos nossos dias os romeiros sobem a colina sagrada para ver o Senhor dos Passos, o Cristo desfigurado. Os devotos seguem a premissa do Ofício da Paixão, ao evocar os fiéis a subirem “monte sagrado”.

Condutas que se repetem e se renovam desde o século XIX, conforme atestam registros como do jornal “A Notícia”: “Continua animada a romaria à velha cidade de S. Cristóvão como acontece em todos os anos. A *velha Meca sergipana* já regurgita de famílias e de crentes que ali vão assistir domingo à tradicional Festa dos Passos” (A NOTÍCIA. 13 de março de 1897, p. 3). [Grifos meus]

Na imprensa sergipana a romaria do Senhor dos Passos passou a ser apresentada como o evento da tradição, da grande conglomeração da população urbana e rural, que se deslocava pelas estradas em busca da cidade santa. São Cristóvão era narrada como a “*velha Meca sergipana*”, destino obrigatório dos católicos do estado, epicentro das romarias em tempos republicanos, de reinvenção da identidade estadual. A cidade passava a ser tratada como capital religiosa:

A velha cidade de São Cristóvão de Barros *há de ser sempre a Meca dos sergipanos*. São Cristóvão, florescente nos seus tempos áureos, retrotraindo depois, e mais animada e vívida hoje, conservou a legenda sempre agradável e sempre atraente de processionar no Domingo de Reminiscere a imagem sanguejante e equimosada do Cristo. Não há em todo o Estado festa que chame tão vigorosa

imperantemente a atenção de toda a gente, interessada ou infensa, a crença religiosa. A festa deste ano foi grandemente concorrida. Desde cedo, na semana finda, a multidão se dirigia a São Cristóvão em continua romaria para ver a dolorosa memoração da tragédia da rua da Amargura. A procissão de trasladação, sábado à noite, foi imponente em seu simples aspecto: uma imensa mó de gente, contrita e reverente, se movia lenta, enquanto subiam de par com o canto solene e plangente do cantochão. A todas as igrejas a concorrência era numerosa; pessoas de todo o escalão, de todas as sociedades. *As ruas apinhavam-se de gente*, e, por um momento, sempre significativo de sua vida de cidade morta, *São Cristóvão deu a impressão dos velhos tempos de sua grandeza e de sua vida de capital*, na época em que o vale do Vasa Barris determinava o movimento para o conjunto da província de Sergipe. (...) Ao domingo, a multidão, aumentada das populosas quantidades trazidas pelos trens, percorria as antigas vias da cidade velha, sempre admirada de suas ruinosas obras de igreja, reveladoras da índole de um povo zeloso de sua crença (ESTADO DE SERGIPE, 15 de março de 1919, p. 2). [Grifos meus]

A Meca dos sergipanos ou capital da fé, eram metáforas que denotavam a centralidade de São Cristóvão nas celebrações católicas no estado. Se no tempo ordinário as ruas enladeiradas eram marcadas pela tranquilidade e silêncio, no tempo sacralizado da romaria tudo se transformava, com os ruídos dos sinos em dobres fúnebres, o cântico penitencial dos ofícios e dos motetos, além do clamor dos pedintes. São Cristóvão atualizava os episódios da Paixão, transmutava-se na Jerusalém dos tempos bíblicos, ao possibilitar o caminhar do Cristo com a cruz às costas pelas ruas estreitas, cercada de gente:

Outrora a grande romaria era feita a pé em dias seguidos, enchendo-se a velha estrada de povo, preferindo muita gente ir descansando às sombras das árvores, fazendo lunchs apetitosos que saboreavam aos goles da boa água do Pitanga. Caminhos saudáveis proporcionavam uma viagem agradável até as portas da velha Jerusalém sergipana

povoada de templos católicos, muitos carcomidos pelo decorrer do tempo. Ainda hoje, apesar de termos caminho de ferro, muita gente prefere ir “puxando na bota” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 de março de 1916, p. 1). [Grifos meus]

Na Jerusalém sergipana o Senhor dos Passos percorre as ruas junto aos seu séquito de romeiros, vestidos de roxo, de pés descalços, coroados de espinhos, como a própria encarnação do Cristo, reafirmando o axioma do cântico católico “Eu vim para que todos tenham vida”, no qual “Eu passei fazendo o bem, eu curei todos os males. Hoje és minha presença, junto a todo sofredor. Onde sofre o teu irmão, eu estou sofrendo nele”. Essa junção entre vivos e mortos, sagrado e romeiro, condiciona São Cristóvão como a cidade santa, a colina sagrada da qual os fiéis necessitam subir, por vezes, ajoelhados, para clamar por dias melhores. Uma conformidade expressa no Salmo 115, entoado na Missa de Passos no segundo domingo da Quaresma:

Andarei na presença de Deus, junto a Ele na terra dos vivos

*Guardei a minha fé, mesmo dizendo
É demais o sofrimento em minha vida
É sentida por demais pelo Senhor
A morte de seus santos, seus amigos*

Andarei na presença de Deus, junto a Ele na terra dos vivos

*Eis que sou o Vosso servo, ó, Senhor
Vosso servo que nasceu de Vossa serva
Mas me quebrastes os grilhões da escravidão
Por isso, oferto um sacrifício de louvor
Invocando o nome santo do Senhor*

Andarei na presença de Deus, junto a Ele na terra dos vivos

*Vou cumprir minhas promessas ao Senhor
Na presença de Seu povo reunido
Nos átrios da casa do Senhor
Em Teu meio, ó, cidade de Sião
Andarei na presença de Deus, junto a Ele na terra dos vivos (BÍBLIA, 1981, p. 751).*

Nos dias de romaria, no segundo final de semana de Quaresma, o Salmo 115 é revivido integralmente nas ruas da Jerusalém de Sergipe. Na terra dos vivos, os romeiros andam com a imagem de Jesus, narram seus sofrimentos, fazem sacrifícios para louvar o divino, pagam promessas, muitas vezes derramando o próprio sangue nas ruas pedregosas. Tudo isso na presença do “povo de Deus reunido”, dos devotos do Senhor dos Passos, no átrio da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, o templo escolhido pelo sagrado para ser a casa do Senhor.

Essa sacralidade do núcleo urbano revelada pelas práticas penitenciais dos romeiros sensibilizou os franciscanos alemães que viviam em São Cristóvão. Em 1979, durante a romaria de Passos, Frei Martinho Fluanques destacou que no sábado, dia 10 de março, “havia muita gente na cidade” e que durante a procissão do Depósito “o panorama é divino. Os devotos vestidos de roxo, com velas, coroas de espinhos na cabeça, feixes de lenha ou pedras na cabeça, acompanhavam a procissão se comprimindo na estreita rua por onde ela passa. Outros vão rolando pelo chão ou de joelhos” (Fluanques, 1979, p. 583). Esse caráter divino estava expresso na face dos romeiros, pagadores de promessas, que tinham São Cristóvão como destino obrigatório. Em outro momento, alguns anos antes, o mesmo sacerdote havia atribuído a São Cristóvão o pomposo título de Cidade do Bom Jesus dos Passos:

São Cristóvão não sei desde quando distingue-se por uma solenidade que lhe deu até um dos seus títulos mais comoventes as solenidades da quaresma que desenvolveu a devoção ao Bom Jesus dos Passos. São Cristóvão na vida de Sergipe merece mesmo este título honroso: *Cidade de Bom Jesus dos Passos*, porque de todos os recantos vem os romeiros piedosos pagar as suas muitas vezes bem pesadas promessas com penosos sacrifícios (FLUANQUES, 1974).

O grande envolvimento da população sergipana na romaria do Senhor dos Passos corroborou para que a celebração fosse reconhecida como patrimônio imaterial de Sergipe, por meio do Decreto no 29.977, de 6 de abril de 2015 que estabeleceu: “Art. 1º Fica reconhecida como manifestação do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado de Sergipe, a Procissão de Passos, do Município de São Cristóvão, neste Estado” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 8 de abril de 2015, p.

1). A romaria que desde o século XIX marcava a vida de grande parte da população católica sergipana, finalmente passava a ser reconhecida como patrimônio pelo poder público estadual.

Além disso, a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, conhecida como Carmo Pequeno, igreja das promessas ou Igreja do Senhor dos Passos, mesmo sem ter o reconhecimento arquiocesano de santuário ou papal, nos idos de 2016, foi escolhida para dotar uma “Porta Santa” no Jubileu Extraordinário da Misericórdia.³ Ela foi a única igreja em Sergipe a ser agraciada com uma porta santa sem ser catedral, igreja matriz ou santuário. A celebração de abertura da porta santa na Igreja do Senhor dos Passos ocorreu no dia 9 de janeiro de 2016, na festa do Batismo do Senhor. Naquele ano, após a longa jornada pelos prados e campinas, ao subir o monte sagrado os romeiros adentravam a porta santa, para contemplar a própria Misericórdia em sua charola, velada com pano roxo, pronta para ouvir as súplicas do povo sergipano. A pequena igreja era reconhecida como o santuário extraordinário da Misericórdia, um passo fundamental para galgar novos reconhecimentos.

Considerações finais

Neste capítulo acionei a cidade de São Cristóvão em perspectiva multifacetada e plural. Transcorri o tempo em busca da compreensão das inúmeras designações que foram atribuídas à cidade: capital, cidade migrante, fênix, cidade decadente, monumento, quarta cidade mais antiga do Brasil, patrimônio da Humanidade, cidade mãe, colina sagrada, cidade santa, Jerusalém de Sergipe. Epítetos que revelam uma pulverização de projetos nos quais os usos do passado

³ Na Província Eclesiástica de Aracaju foram abertas portas santas em doze igrejas. Na Diocese de Propriá, foi na Catedral Santo Antônio de Pádua (Propriá). Na Diocese de Estância elas foram abertas na Catedral Nossa Senhora de Guadalupe e Santuário Nossa Senhora do Rosário (Estância), Santuário Mariano Nossa Senhora da Piedade (Lagarto) e Santuário Santa Luzia (Santa Luzia do Itanhy). Na Arquidiocese de Aracaju foram abertas as portas santas na Catedral Nossa Senhora da Conceição (Aracaju, no dia 12 de dezembro de 2015), Santuário Nossa Senhora Divina Pastora (Divina Pastora, 20 de dezembro de 2015), Matriz Santo Antônio e Almas (Itabaiana, 22 de dezembro de 2015), Santuário Eucarístico Nossa Senhora Menina (Aracaju, 25 de dezembro de 2015), Santuário Nossa Senhora Aparecida (Aracaju, 29 de dezembro de 2015), Matriz Nossa Senhora Aparecida (Nossa Senhora Aparecida, 8 de janeiro de 2016) e Igreja do Senhor Bom Jesus dos Passos (São Cristóvão, 9 de janeiro de 2016).

passavam a atribuir novas funcionalidades a São Cristóvão, ora pautados no esquecimento, ora na distinção.

Esses usos, por vezes foram acionados de forma indiscriminada, sem questionamento acerca de suas invenções e aplicabilidades, como se fossem devedores da longa tradição historiográfica que trata da cidade. Penso que esse texto não corrobora para desconstruir mitos, até mesmo porque os mitos de forma recorrentes foram acionados para alimentar a história. Aqui, busquei apenas pensar como determinadas atribuições sobressaíram em determinados contextos marcados pela profusão de projetos que políticos gestados em dimensão municipal, estadual ou nacional. Pensar uma cidade pelas lentes da histórica implica em desnudar as interfaces que conectam tempos e espaços.

Assim, de qualquer forma, São Cristóvão permanece a exercer algumas centralidades no cenário sergipano. A antiga capital, em muitos momentos, continua a se projetar no futuro espelhando-se no passado, mas também continua a regorjear-se diante de suas celebrações penitenciais, com a romaria do Senhor dos Passos e com a emergência de novas devoções, incluindo os caminhos de Santa Dulce dos Pobres. A cidade santa, passa a cantar como a cidade que fez uma santa. São Cristóvão é também a cidade onde viveu a primeira santa brasileira. São novos capítulos da história de uma cidade viva e dinâmica, novos epítetos a serem espelhados.

Referências:

ALMANACK LAEMMERT. Paróchias e parochos. **Almanack Laemmert:** administrativo, mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1930, p. 1058.

AMARAL, Sérgio. São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do país. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 22 de fevereiro de 1996. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/22/turismo/20.html> >. Consultado em: 19 de setembro de 2024.

A NOTÍCIA. Senhor dos Passos. **A Notícia:** Diário da Tarde. Aracaju, Anno II, nº 298, 13 de março de 1897, p. 3.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. **Regime Militar e festival de Arte de São Cristóvão (1972-1985):** muito além dos palcos e holofotes. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

BANDEIRA, Wênia. Cidade Mãe de Sergipe, São Cristóvão conta a história brasileira. **ALESE**. Aracaju, 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://al.se.leg.br/cidade-mae-de-sergipe-sao-cristovao-conta-historia-brasileira/> Acesso: 23 de outubro de 2024.

BÍBLIA. Êxodo (3:5). In: **Bíblia Sagrada**. Trad. Frei João José Pedreira de Castro. 31ª. ed. São Paulo, 1981, p. 102.

BÍBLIA. Evangelho de São Marcos (9: 2-4). In: **Bíblia Sagrada**. Trad. Frei João José Pedreira de Castro. 31ª. ed. São Paulo, 1981, p. 1.333.

BÍBLIA. Salmo 115 (116). In: **Bíblia Sagrada**. Trad. Frei João José Pedreira de Castro. 31ª. ed. São Paulo, 1981, p. 751.

BORGES, Pe. Raul Bomfim. **Paróquia Nossa Senhora da Vitória: 400 anos de história, fé e evangelização.** São Cristóvão - Sergipe (1608-2008). Aracaju: J. Andrade, 2008.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasileira ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brazil composta e dedicada a sua Magestade por hum prebitero secular do Gram Priorado do Crato.** Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão régia, 1817.

CIDADE DE SANTOS. Viagem causa comentário. **Cidade de Santos**. N. 2.153, Santos, 29 de agosto de 1973, p. 5.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

COSTA FILHO, Luiz José da. São Cristóvão: aspectos das coisas. **Correio de Aracaju**. Ano 2, n. 35, 8 de março de 1907, p. 1.

DEVOCIONÁRIO. **Devocionário ao Senhor Bom Jesus dos Passos**. Aracaju: InfoGraphics, 2010.

DIÁRIO DA MANHÃ. Sergipe e suas riquezas. N. 1.220, Recife, 20 de dezembro de 1972, p. 4.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passos em S. Christovam. **Diário da Manhã**. Nº1955, 19 de março de 1916, p. 1.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Lei 8.824 de 24 de março de 2021. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. N. 28.634, Aracaju, 25 de março de 2021, p. 1. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/3939/#e:3939> Acesso em: 23 de outubro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Decreto N. 29.977 de 06 de abril de 2015. **Diário Oficial do Estado de Sergipe**. N. 27.189, Aracaju, 08 de abril de 2015, p. 1. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/896/#e:896> Acesso em: 24 de outubro de 2024.

DÓRIA, Epifânio. **Efemérides Sergipanas**. Vol. 1. Aracaju: J. Andrade, 2009.

ESTADO DE SERGIPE. Passos em S. Christovam. **Estado de Sergipe**. Aracaju, Anno XX, 15 de março de 1919, p. 2.

FOLHA DA MANHÃ. Magnífico Decreto: São Cristóvão Elevada à Categoria de Monumento Histórico. **Folha da Manhã**. Aracaju, n. 121, 26 de junho de 1938, p. 1.

FONTES, Everaldo Pinto. **Histórias, contos e lendas de São Cristóvão**. Aracaju: Texto Pronto, 2022.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2ª ed. Petropolis/RJ: Vozes, 1977 [1891].

KAMINSKI, Leon Frederico. **Por entre a neblina: o Festival de Inverno de Ouro Preto (1967-1979) e a experiência histórica dos anos setenta**. Mariana, 258. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFOP, 2012.

MATOS, Júnior. **Projeto aprovado reconhece ‘Paróquia Nossa Senhora da Vitória’ como Bem de Interesse Cultural**. Aracaju: ALESE, 2024. Disponível em: <https://al.se.leg.br/projeto-aprovado-reconhece-paroquia-nossa-senhora-da-vitoria-como-bem-de-interesse-cultural/> Acesso em: 23 de outubro de 2024.

MECENAS, Ane. “A contemplar emuldecida as refulgentes histórias de seu passado de triunfos”: Luiz José da Costa Filho e o anjo lacrimoso da História (1907-1917). **História e Cultura**. Vol. 13, n. 1, 2024, p. 512-531.

MECENAS, Ane. “D’um abismo passamos a outro maior”: o patrimônio religioso da cidade de São Cristóvão. **Patrimônio e Memória**. V. 17, n. 2, Assis, 2021, p. 343-362.

NOBLAT, Ricardo. O passado vivo do Nordeste. **Manchete**. N. 1.119, Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1973, p. 64-80.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2ª ed. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ROTA-ROSSI, Beatriz. Brasil (Sergipe D'El Rei). A Tribuna. N. 353, São Paulo, 17 de março de 1974, p. 24.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. de Milliet de. São Christóvão. In: ALVES, Francisco José; FREITAS, Itamar. **Dicionário da Província de Sergipe**. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2001 [1845].

RALACOXA, Joba. Canção à Cidade Mãe. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DUzT163u0zo> . Consultado em: 23 de outubro de 2024.

SANTA SÉ. **Código do Direito Canônico**. Vaticano, 1983.

SANTIAGO, Serafim. **Anuario Christovense ou Cidade de São Christóvão**. São Cristóvão: EDUFS, 2009.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **O Prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em São Cristóvão**. Aracaju: Criação, 2024.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um verdadeiro arrastão de fé”: a peregrinação ao santuário de santa Luzia na Diocese de Estância. **Escritas**. Vol. 8, n. 1 Araguaína, 2016, p. 144-165.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Limites e redes urbanas em Sergipe oitocentista (1802-1855). In: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos H. C. **Urbanizações brasileiras (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, p. 148-165.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans, o ensino de história e as políticas do SPHAN em Sergipe. **Patrimônio e Memória**. V. 14, n. 1, 2018, p. 222-239.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Urbanizações e circunscrições espaciais em Sergipe (Brasil, 1802-1855). **Revista de História Regional**. Vol. 27, n. 2, Maringá, 2022, p. 550-575.

SILVA, Clodomir de Souza e. **Álbum de Sergipe (18201-920)**. 1ª reimpressão. Aracaju: Infographics, 2019 [1920].

SILVA, José Calasans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos: esparços**. Aracaju: FUNDESC, 1992.

SOUZA, Marcos Antônio de. **Memória sobre a Capitania de Sergipe**. Aracaju: SEC, 2005 [1808].

TELLES, Manoel dos Passos de Oliveira. Ao romper do século XX: o município de São Christóvão. In: SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenaz. **Ao romper do século XX: o município de São Cristóvão por Manoel dos Passos de Oliveira Telles**. Aracaju: Criação, 2023.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe**. Rio de Janeiro: Instituto Typographico do Dirieto, 1875.

UNESCO. **Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial**. São Cristóvão, 2010.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Regimento do Auditório eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Metropoli do Brasil. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1852.

WALLE, Paul. **No Brasil, do Rio São Francisco ao Amazonas**. Trad. Oswaldo Biato. Brasília: Senado Federal, 2006.

O JORNAL *CORREIO SERGIPENSE* E A FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA EM TORNO DA VISITA DO IMPERADOR DOM PEDRO II A SERGIPE EM 1860

Matheus Honorato da Silva Santos¹

Resumo

Este artigo propõe uma análise sobre a relevância histórica do jornal *Correio Sergipense* como formador de uma memória coletiva em torno da visita do imperador Dom Pedro II a Sergipe, acompanhado da imperatriz Teresa Cristina e da comitiva imperial, ocorrida no mês de janeiro de 1860. A principal fonte utilizada na pesquisa é o próprio jornal em questão, consultado por meio do acesso à hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, e a fundamentação se embasa em discussões teórico-metodológicas de autores que versam sobre a relação entre a história e a memória, sobre o conceito de memória coletiva, e a respeito da trajetória da imprensa sergipana em seus primórdios, nos idos do século XIX. Sustenta-se a hipótese de que o referido jornal teria exercido um papel fundamental na concepção de uma memória atinente à chegada e à presença do monarca brasileiro na então província sergipana.

Palavras-chave: *Correio Sergipense*; Dom Pedro II; imprensa sergipana; memória coletiva.

The *Correio Sergipense* newspaper and the formation of a collective memory surrounding Emperor Dom Pedro II's visit to Sergipe in 1860

Abstract

This article offers an examination of the historical significance of the *Correio Sergipense* newspaper as a shaper of a collective memory surrounding Emperor Dom Pedro II's visit to Sergipe, accompanied by Empress Teresa Cristina and the imperial retinue, in January 1860. The primary source for this study is the newspaper itself, accessed through the Biblioteca Nacional's digital newspaper archive, and the research is grounded in theoretical and methodological discussions by scholars who address the relationship between history and memory, the concept of collective memory, and the early trajectory of the Sergipe press in the 19th century. The hypothesis advanced is that the newspaper is believed to have played a fundamental role in constructing a memory regarding the arrival and presence of the Brazilian monarch in what was then the province of Sergipe.

Keywords: *Correio Sergipense*; Dom Pedro II; Sergipe press; collective memory.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: matheushonorato777@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1780535348634458>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0502-4518>.

Considerações iniciais

O jornal *Correio Sergipense*, que foi publicado ao longo de quase três décadas, durante o Império do Brasil, em Sergipe, noticiou a visita do imperador Dom Pedro II àquela província, em janeiro de 1860, e desempenhou uma função social de conceber uma memória coletiva em torno da presença da comitiva imperial em terras sergipanas. Assim, o presente artigo objetiva investigar, a partir da análise de matérias do jornal relevantes para a problematização proposta, como se deu o referido processo de formação de uma memória coletiva, considerando o aspecto oficial do periódico em questão, que precedeu a criação da Imprensa Oficial de Sergipe.

A relevância da pesquisa remete à inexistência de outras abordagens que se debrucem sobre a relação entre a imprensa, a memória coletiva e a visita do monarca brasileiro à província de Sergipe. À vista disso, propõe-se lançar luz sobre essa problemática, recorrendo-se a um tipo de fonte ainda pouco usual na historiografia atinente às viagens de Dom Pedro II às províncias brasileiras. Pressupõe-se, desse modo, que a imprensa também constitui um recurso de grande utilidade para a análise desse contexto, bem como outras fontes históricas mais frequentemente utilizadas, a exemplo de relatórios descritivos oficiais e dos diários do próprio imperador.

As edições do *Correio Sergipense* foram buscadas na hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED), em Aracaju. Porém, sendo constatada a impossibilidade de manuseá-las devido ao estado de deterioração, consultou-se as digitalizações desse periódico, disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (BN). Acerca do arcabouço teórico-metodológico da pesquisa, evoca-se abordagens e discussões suscitadas por autores que investigam as nuances da correlação entre a história e a memória, como Jacques Le Goff (2013), Maurice Halbwachs (2006), Loiva Otero Félix (2004) e Pierre Nora (1993), além de historiadores que reconstituem a trajetória da imprensa em Sergipe, como Acrísio Torres Araújo (1993) e Maria Thétis Nunes (1994). Outra referência praticamente indispensável é Ana Maria Medina Fonseca (2005).

É conveniente registrar que esta pesquisa consiste em uma contribuição modesta para a historiografia sergipana, e que não se tenciona esgotar as possibilidades de análise do tema em questão, tendo em vista as dimensões limitadas do artigo e a amplitude da problemática.

Dos primórdios da imprensa de Sergipe ao aparecimento do *Correio Sergipense*

Longe de pretendermos nos aprofundar *ad nauseam* nas minudências concernentes ao histórico da imprensa em Sergipe, propomos, inicialmente, um esboço de alguns apontamentos relevantes para a compreensão da inserção do jornal *Correio Sergipense* no panorama geral de impressão de periódicos locais na então província sergipana.

Convém salientar que o *Correio Sergipense* consistiu em um dos primeiros periódicos publicados em Sergipe, sendo que o seu nascedouro remonta ao Período Regencial no Brasil, mais precisamente ao ano de 1838. Como explica Nelson Werneck Sodré (1966), nessa fase da história nacional, a imprensa brasileira se constituía de periódicos de curta ou de longa duração, que se multiplicavam diariamente e não raro refletiam as tensões políticas daquela conjuntura: “Novos jornais, novos pasquins, surgiam todos os dias. Uns duravam semanas, meses; outros vingavam. Os que morriam, ressurgiam às vezes com nome mudado, mas sempre animados do mesmo espírito de intriga, da mesma vocação para a calúnia”. (Sodré, 1966, p. 141). O autor informa, também, que o desenvolvimento da imprensa nesse contexto não se restringiu à Corte, mas foi estendido a todas as províncias, especialmente onde havia disputas políticas acaloradas, o que preocupava a classe latifundiária, detentora do poder. (Sodré, 1966, p. 148).

Voltando à criação do *Correio Sergipense*, esclarece Acrísio Torres Araújo (1993) que o princípio da circulação desse jornal específico foi uma consequência da ocasião em que o jornal *Sergipe Constitucional*, de propriedade do padre Antônio Joaquim Pitanga, e cuja oficina estava localizada na cidade de São Cristóvão, foi fundido com o *Noticiador Sergipense*. Este último resultara do primeiro jornal de Sergipe, o *Recopilador Sergipano*, lançado no ano de 1832 pelo monsenhor Antônio Fernandes da Silveira, quando a oficina do seu periódico foi transferida da cidade de Estância para São Cristóvão, então capital da província. Ainda de acordo com Araújo (1993), o *Correio Sergipense* era editado às quartas-feiras e aos sábados, e circulou entre 1838 e 1866, sendo, portanto, o jornal de maior duração da fase provincial de Sergipe, o que poderia ser justificado pelo fato de ter contrato com o governo da província. (Araújo, 1993, p. 23).

Figura 1. Cabeçalho da edição mais antiga disponível do *Correio Sergipense*.



Fonte: jornal *Correio Sergipense*, 19 de fevereiro de 1840. BN.

A informação de que o *Recopilador Sergipano* teria sido o primeiro jornal publicado em Sergipe pode ser localizada em outras referências notáveis, como a transcrição da conferência sobre o fundador do periódico, pronunciada a 31 de agosto de 1946 por ocasião do aniversário da Associação Sergipana de Imprensa, e publicada por seu orador oficial, o historiador Sebrão, sobrinho². Naquela circunstância, o conferencista não economizou os qualificativos elogiosos dirigidos ao “fundador” da imprensa sergipana, adjetivando de “perspicaz, inteligente, prático” o mosenhor estanciano Antônio Fernandes da Silveira, cujo jornal se trataria de uma “lâmpada votiva da Liberdade, [...] aurora boreal, sol-nascente de Sergipe”. (sobrinho, 1947, p. 25).

Corroborando a tese de que o *Recopilador* do mosenhor Silveira seria o jornal fundador da imprensa de Sergipe, Maria Thétis Nunes (1994, pp. 111-112) esclarece que, antes da criação desse periódico, apenas os jornais da Bahia podem alumiar o passado sergipano. Nesse ínterim, a historiadora destaca a importância do *Correio Sergipense* como um documento que descortina a história política, econômica, social e cultural da província de Sergipe.

Um breve artigo assinado por Armindo Guaraná (1913) e publicado no primeiro número da Revista do Instituto Histórico e

² Conforme as referências consultadas, a grafia do nome do autor apresenta, em todas as ocorrências localizadas, uma vírgula e o termo “sobrinho” com inicial minúscula. Respeitou-se, neste artigo, a grafia apropriada.

Geográfico de Sergipe (IHGSE) consiste, cronologicamente, na referência mais antiga encontrada que menciona – e homenageia – o fundador do periódico *Recopilador Sergipano*. No referido texto, o autor eleva o mosenhor Silveira à “galeria desses beneméritos obreiros da nossa organização política e social”, conferindo àquele “preclaro estanciano” o caráter de “criador do jornalismo sergipano”. (Guaraná, 1913, p. 44).

Figura 2. Cabeçalho da edição mais antiga disponível do *Recopilador Sergipano*.



Fonte: jornal *Recopilador Sergipano*, 1º de junho de 1833. BN.

Propondo uma revisão da historiografia tradicional que sustenta e transmite como uma verdade incontestável o suposto pioneirismo jornalístico do mosenhor Antônio Silveira com o seu *Recopilador Sergipano*, fundado na cidade de Estância, no ano de 1832, o jornalista Cristian Góes (2020, p. 9) problematiza essa concepção recorrente, questionando:

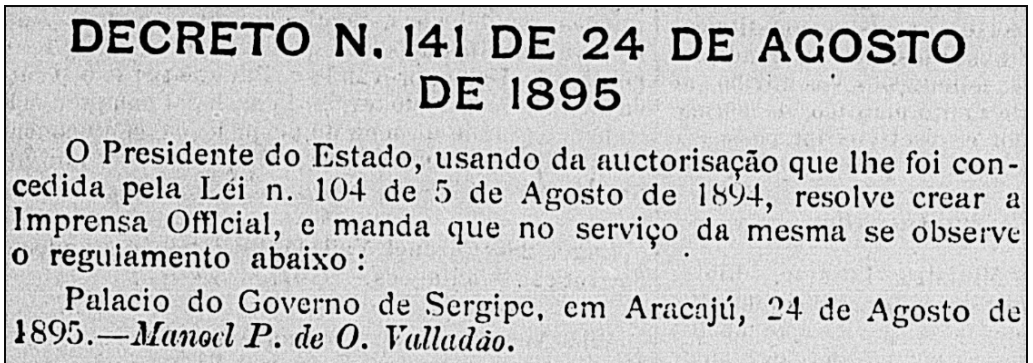
E entre o primeiro jornal no Brasil, em 1808, e a primeira gazeta impressa em Sergipe, em 1832, não se teve nenhuma experiência noticiosa nessas terras, nem mesmo jornais manuscritos e lidos em voz alta em pequenas reuniões? E mesmo antes de 1808, mesmo clandestinamente, não existe nenhum registro de gazetas em Sergipe?

A investigação empreendida por Góes (2020) encaixa indícios esparsos de existência de uma experiência noticiosa em terras sergipanas anterior à impressão do *Recopilador*, os quais conduzem a uma gazeta de teor subversivo publicada por um tal padre Eusébio Dias Laços na então denominada Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, ainda no princípio do século XVIII, e, portanto, cerca de cem anos antes do periódico estanciano do monsenhor Silveira. Os vestígios históricos analisados por Góes (2020), que desconstróem uma concepção cristalizada pela historiografia tradicional, suscitam a necessidade de um constante escrutínio das narrativas concernentes à imprensa sergipana. O autor destaca, a respeito das dificuldades relativas à busca por informações do passado por meio da imprensa, o descaso com jornais e revistas dos séculos XIX e XX, que acarreta a perda irreversível da materialidade de documentos, o apagamento de histórias e seus personagens, e a repetição de narrativas consolidadas como verdadeiras. (Góes, 2020, p. 25). Semelhante queixa fora anteriormente levantada por Araújo (1993, p. 13):

Nos arquivos públicos as lacunas são desanimadoras, pelo desaparecimento de número incalculável de jornais sergipanos. De muitos, só há informações nas referências deparadas em jornais de maior importância, cujos números, nunca completos, foram mal conservados pelo descaso de governos provinciais, fato lamentado já em 1860, por D. Pedro II.

Comprovamos a situação de descaso com os jornais, relatada por Araújo (1993) e Góes (2020) – e, certamente, também constatada por inumeráveis pesquisadores – durante a procura das edições do *Correio Sergipense* publicadas em 1860. Apesar de constarem na hemeroteca da Biblioteca Pública Epiphany Dória (BPED), as edições daquele ano estão sem condições de manuseio. A pesquisa se valeu, então, do acervo digital da Biblioteca Nacional, onde felizmente encontramos os exemplares buscados desse periódico. É de se ressaltar que a precariedade do estado de conservação dos jornais não se trata de um problema recente gerado pela instituição que os mantém, haja vista que, como explicado por Araújo (1993) na citação anterior, o próprio imperador já lamentava o descaso do governo da província com a integridade dos periódicos.

Figura 3. Ementa do Decreto n. 141, de 24 de agosto de 1895.



Fonte: *Diario Official do Estado de Sergipe*, 1º de setembro de 1895. BN.

De todo modo, a criação do *Correio Sergipense*, que remete aos idos da década de 1830, está inserida no contexto das primeiras publicações da imprensa local. A sua durabilidade e a sua aproximação com o governo provincial tornam esse jornal uma fonte de indelével valia para examinarmos a repercussão jornalística da visita imperial, o que se deve ao caráter “oficial” do qual essa publicação se reveste, ainda que a Imprensa Oficial de Sergipe só viesse a ser criada em fins do século XIX, por meio da Lei n. 104, de 5 de agosto de 1894, e do Decreto n. 141, de 24 de agosto de 1895, impresso na primeira edição do *Diario Official do Estado de Sergipe*. A relação direta entre o *Correio Sergipense* e o governo provincial nos induz a crer que o conteúdo do periódico refletia os interesses do grupo político detentor do poder, sendo um dos interesses do poder público o de realçar a importância da viagem do imperador a Sergipe.

Na época da visita imperial, o *Correio Sergipense* era identificado como “Folha Official, Politica e Literaria”, e editado na Typographia Provincial de Sergipe, situada em Aracaju, além de ser publicado três vezes por semana na capital recém-fundada, que contava somente cinco anos incompletos na ocasião do desembarque do monarca. Iniciada a impressão do *Correio* em 1838, a estadia do imperador na província se deu quando o jornal estava no “Ano XXIII”.

Sergipe no itinerário do imperador: apontamentos sobre uma memória coletiva

Faz-se conveniente esboçarmos, nestas linhas, algumas considerações relevantes para deslindar o processo de formação de uma memória sucedido em Sergipe na época da visita do imperador à referida província. Apresentaremos e discutiremos conceitos primordiais que nos permitirão compreender importantes nuances da memória. Antes, porém, situaremos a viagem do monarca à província sergipana dentro de um contexto mais amplo que abarca as passagens dele por outras localidades brasileiras durante o Segundo Reinado (1840-1889).

Em um estudo biográfico sobre D. Pedro II, conta-nos José Murilo de Carvalho (2007, p. 137) que aprazia ao imperador viajar pelas províncias brasileiras e por nações estrangeiras, visto que ele teria certa vocação de andarilho que lhe despertava o desejo constante de conhecer novos lugares e pessoas. O autor ressalta, porém, que as viagens do monarca pelo Brasil tinham um sentido essencialmente político. Essa tese é corroborada por Lilia Moritz Schwarcz (1998), que sublinha a necessidade de o imperador ser visto pela população de outras localidades, além da cidade-corte, isto é, o Rio de Janeiro, mesmo depois de ele ter visitado, já na década de 1840, as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Acerca do tal sentido político inerente às viagens de D. Pedro II, explica Schwarcz (1998, p. 357):

A presença de D. Pedro II em outras cidades e províncias era mesmo necessária até para que a monarquia se fortalecesse e preservasse a unidade nacional. Foi assim que entre 1859 e 1860 o monarca visitou o Nordeste, tendo sido recebido com grandes festas na Paraíba, no Espírito Santo, na Bahia, em Pernambuco e em Sergipe.

Para analisarmos como o jornal *Correio Sergipense* contribuiu para a concepção de uma memória coletiva sobre a viagem do imperador à província de Sergipe, devemos, a princípio, evocar conceituações importantes, como a definição de “memória”, conforme Jacques Le Goff (2013), que descreve sumariamente o termo e a sua inserção em um campo científico global. Segundo Le Goff (2013, p. 387), a memória entendida como a propriedade de conservação de informações se interliga a um conjunto de funções psíquicas, as quais

possibilitam a atualização de impressões do passado, ou que são representadas como passadas. Ao avaliar que a memória individual sofre interferência das manipulações conscientes ou inconscientes de fatores como interesses, afetividades, desejos e censuras, complementa Le Goff (2013, p. 390):

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

O fator da memória coletiva citado por Le Goff (2013) fora objeto de um meticuloso e famigerado estudo do sociólogo Maurice Halbwachs (2006), autor segundo o qual o nível de confiança e exatidão da memória tende a ser mais elevado quando as impressões não se baseiam apenas na lembrança de um indivíduo, mas, também, na de outros. Em outras palavras, os fatos do passado assumem maior importância ao serem coletivamente recordados. Para o sociólogo, mesmo que o indivíduo não tenha testemunhado um determinado acontecimento, pode haver a identificação com dada lembrança coletiva compartilhada por integrantes de um grupo social no qual esse mesmo indivíduo esteja inserido. Trata-se de um processo mnemônico que faz com que a memória individual se articule com a memória coletiva, possibilitando a recordação dos fatos a partir de uma perspectiva comum a um grupo. (Halbwachs, 2006, pp. 29-39).

Avalia, porém, Halbwachs (2006, p. 39), que o referido processo requer que a lembrança individual apresente concordância e alinhamento com a memória coletiva do grupo, não sendo suficiente, para tanto, apenas o contato com testemunhos ou experiências alheias:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstituída sobre uma base comum.

A tese de Halbwachs (2006) auxilia a compreensão do que sucedeu em Sergipe quando, ao documentar a visita do imperador à província e realçar a relevância histórica daquele fato inédito, a imprensa “oficial” de Sergipe representou o sustentáculo de uma memória coletiva, promovendo o registro e, por conseguinte, o compartilhamento de uma memória “forjada” por um grupo político dominante. Elucidando o fenômeno, afirma Halbwachs (2006, p. 64):

É muito comum atribuímos a nós mesmos, como se apenas em nós se originassem, as ideias, reflexões, sentimentos e emoções que nos foram inspiradas pelo nosso grupo. Estamos em tal harmonia com os que nos circundam, que vibramos em uníssono e já não sabemos onde está o ponto de partida das vibrações, se em nós ou nos outros. Quantas vezes expressamos, com uma convicção que parece muito pessoal, reflexões tiradas de um jornal, de um livro ou de uma conversa! Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver, que nos surpreenderíamos ao descobrir quem é seu autor e constatar que não são nossas.

Ao sublinhar o fato de que a memória demanda a manutenção de laços afetivos para a formação de uma noção de pertencimento ao grupo, Loiva Otero Félix (2004, p. 39) destaca o atributo social inerente à memória, além do processo de construção de referenciais identitários, elementos essenciais para a sociedade humana. Para Félix (2004, p. 40. Grifos da autora):

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar a identidade como um dado pronto, um produto social acabado; ao contrário, a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto *processo*. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo.

Sobre a validade do uso da imprensa como fonte para a historiografia, convém salientar que nem sempre os jornais estiveram difusamente presentes em trabalhos de pesquisa. É o que esclarece Tânia Regina de Luca (2008), ao considerar que, até a década de 1970, ainda existia certa relutância em propor uma escrita da História por meio da imprensa. Explana a autora que o estatuto da imprensa sofreria modificações importantes, naquela mesma década, em função das alterações significativas da prática historiográfica, constatadas nas décadas finais do século XX. A mudança de perspectiva metodológica dos pesquisadores propiciou, então, um ambiente favorável para que o jornal se tornasse um objeto de pesquisa histórica. Demonstra-se, assim, que o referido processo de diversificação dos temas historiográficos se relaciona com a difusão do uso de jornais como um tipo de fonte de pesquisa. (Luca, 2008, pp. 111-128).

Para além da contribuição desempenhada pela imprensa sergipana para a formação de uma memória coletiva respeitante à visita imperial, cumpre assinalar o papel de um monumento específico, isto é, a Ponte do Imperador, no tocante à rememoração do desembarque do chefe da nação na recém-fundada capital da província de Sergipe. Grande expectativa manifestada pela população aracajuana orbitava em torno daquele aguardado momento, em conformidade com o que depreendemos a partir da análise dos próprios textos jornalísticos.

Em relevante ensaio de Ana Maria Fonseca Medina (2005), por meio do qual a autora investiga a importância histórica e sociocultural da Ponte do Imperador como um monumento simbólico e celebrativo, adverte-se que “o valor da Ponte não é e não pode ser apenas funcional ou de monumento – ela deve ser lida à luz da simbologia de que está impregnada com todos os ritos de passagem de que foi palco”. (Medina, 2005, p. 24). Inferimos que, apesar das sucessivas intervenções arquitetônicas executadas para fins de reestruturação ou de restauro, e promovidas por distintos gestores do período republicano, ressalta Medina (2005, p. 53) que o emblemático monumento continuaria sendo vinculado pela memória dos sergipanos à visita de um monarca no século XIX: “[...] quando muda o regime, a Ponte passa a ser chamada ‘do Governador’, ‘do Presidente’, embora o povo sempre a tenha associado à comitiva imperial”.

Figura 4. Ponte do Imperador.



Fonte: acervo do autor, 2020.

No sentido da concepção de uma memória coletiva, vale destacar que, segundo Medina (2005, p. 57), a programação e a ambientação da chegada dos visitantes ilustres se revestiam de funções rituais que proporcionavam um comportamento de “subserviência prazerosa” por parte dos súditos perante os monarcas. Da ocasião da visita imperial em diante, a Ponte do Imperador se apresentaria, pois, como um prosclênio de ritos caracterizados por demonstrações adulatórias e subservientes da sociedade aracajuana, os quais seriam preparados e divulgados por jornais e revistas locais, e funcionariam como um termômetro de popularidade das autoridades que ali doravante desembarcariam. Nessa perspectiva, esclarece Medina (2005, p. 109):

O povo, sempre distante no contexto decisório, se irmanava com a elite dominante e tinha transitoriamente a ilusão de unidade dos papéis. O que importava nesses ritos de chegada não era apenas a recepção, mas o valor do líder que lhe era

conferido pela multidão que esperava, sacralizando o espaço do desembarque, diluindo a distância entre governantes e governados, perdendo ou dando a impressão de perder a fronteira determinadora do mando.

Claro está que, através do indispensável auxílio da imprensa sergipana, o embarcadouro erigido para recepcionar a comitiva imperial se configuraria como um ponto de rememoração da vinda do imperador, a despeito das diversas reformas que modificaram significativamente a estrutura e a aparência daquela edificação no curso do tempo. Considerando esse monumento como o principal local de memória atinente à chegada da comitiva imperial à cidade de Aracaju, é conveniente evocar uma abordagem de Pierre Nora (1993), que problematiza os lugares de memória, argumentando que estes decorrem de um processo de aceleração da história marcado por um impulso erradicante da história e pela dissolução dos caracteres ritualístico e espontâneo da memória. Tal processo explanado pelo autor resulta, por seu turno, em um distanciamento crescente entre a verdadeira memória, carregada por grupos vivos e subordinada à dialética da lembrança e do esquecimento, e a história, compreendida como reconstituição problemática e incompleta do que não mais existe. Ante a consideração de que a relação de intimidade com a memória cedeu lugar ao tempo dos lugares, esclarece Nora (1993, pp. 12-13):

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões da eternidade.

Na ausência de uma memória espontânea, torna-se premente a execução das operações não naturais que visam a manutenção da funcionalidade dos lugares de memória. É, pois, nessa perspectiva, que Nora (1993, p. 13) observa: “Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. [...] Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis”. Salienta-se que é inerente aos locais de memória a coexistência em graus diversos dos atributos

material, simbólico e funcional, e de acordo com essa proposição de Nora (1993, pp. 21-22), deduzimos que a Ponte do Imperador, exemplar de um lugar de memória em Aracaju, além de ser, evidentemente, uma estrutura material na paisagem urbana, apresenta-se, também, como simbólico na medida em que remete a uma experiência vivenciada por uma parcela da sociedade no passado, e funcional por garantir a transmissão de uma lembrança específica. Não devemos ignorar, nesse ínterim, o fato de o periódico *Correio Sergipense* ter assentado a pedra angular de um lugar de memória no espaço urbano da capital, o que adiante elucidaremos.

Completaremos esta seção evocando a relação entre documento e monumento, suscitada por Le Goff (2013), e que nos leva a pensar no jornal não unicamente como uma fonte histórica documental, mas, também, em um monumento provido de discursos que revelam um conjunto de intencionalidades subjacentes. À luz do pressuposto, Le Goff (2013, p. 495) esclarece: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Assim, o autor assegura que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

Do desembarque à despedida: a concepção de uma memória no *Correio Sergipense*

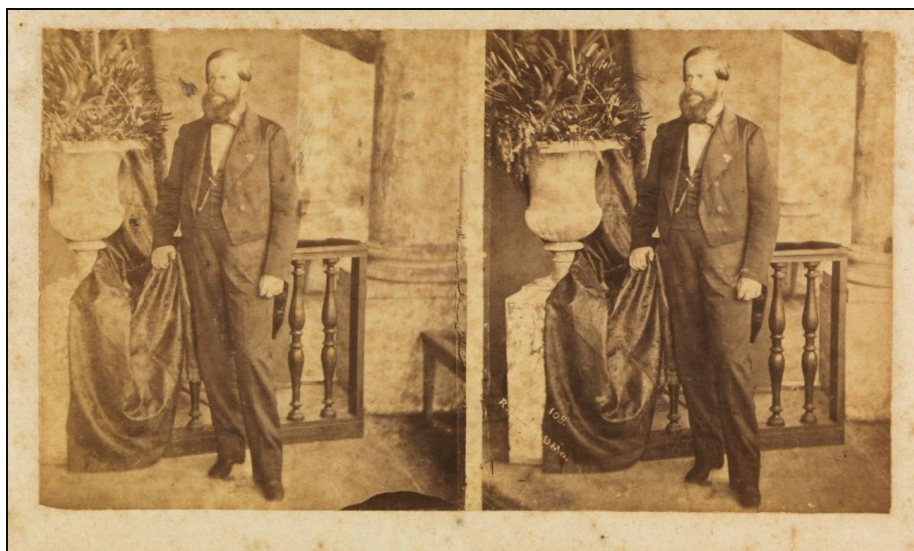
Tendo apresentado discussões teórico-metodológicas imprescindíveis para a empreitada de correlacionar o *Correio Sergipense* à concepção de uma memória coletiva sobre a chegada do imperador a Sergipe, concentraremos a abordagem, nesta seção, na análise do conteúdo do referido periódico. Registramos, de antemão, que inexistiu uma pretensão de citar, tampouco de examinar a íntegra das informações respeitantes à estadia da comitiva imperial na província sergipana, presentes no jornal. Buscaremos atermo-nos a um conjunto de textos que revelam vestígios de como essa memória coletiva teria sido formada pela imprensa. Para levar a cabo a análise, começaremos por retroceder doze dias antes do desembarque de D. Pedro II.

A 30 de dezembro de 1859, e, portanto, às vésperas da entrada do ano em que a província de Sergipe receberia a visita imperial, o *Correio Sergipense* divulgava o “Programa dos festejos na capital do Aracaju por ocasião do recebimento de SS. MM. II.”, composto de vinte

artigos, os quais detalhavam a programação oficial da recepção da comitiva imperial. Informava-se que, por recomendação do presidente da província Manuel da Cunha Galvão, as cerimônias previstas deveriam obedecer ao programa estabelecido. Presumindo, aparentemente, que as solenidades atrairiam um volume expressivo de espectadores, indicava-se, no artigo 19, que as autoridades de polícia teriam a incumbência de “postar e distribuir as necessárias sentinelas e patrulhas”, a fim de “facilitar o trânsito e manter a regularidade de todas as cerimônias”.³

Em meio ao rol de precauções relativas ao público aguardado para acompanhar as festas e os cortejos, as instruções também recomendavam que as mesmas autoridades não permitissem que “[...] a ponte de desembarque, o espaço das ruas e praças compreendido entre as alas da tropa e a Matriz sejam ocupados por pessoas que não fizerem parte do cortejo”. Vê-se que havia uma preocupação do governo provincial no tocante à garantia da segurança da recepção.

Figura 5. Retrato de D. Pedro II por Revert Henrique Klumb (c. 1860).



Fonte: Portal Brasileira Fotográfica. BN.

³ A grafia de todas as citações do *Correio Sergipense*, que constam neste artigo, foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa vigente, a fim de tornar a leitura mais fluida e compreensível.

Enquanto os leitores do *Correio Sergipense* tomavam conhecimento da programação de cerimônias planejadas para acolher as Suas Majestades em Aracaju, ficavam informados acerca do trajeto que a comitiva imperial vinha percorrendo, passando por outras províncias, até chegar a Sergipe. À vista disso, aventamos a hipótese de que os textos do jornal sobre a aproximação dos ilustres visitantes eram capazes de gerar uma expectativa crescente em meio à sociedade. Nessa perspectiva, destacamos a seção intitulada “Notícias do Norte”, presente na edição de 3 de janeiro de 1860, e que reúne informações oriundas de jornais de Pernambuco, da Paraíba e de Alagoas para atualizar os sergipanos acerca da viagem interprovincial do imperador.

Lia-se, na matéria, que “os festejos que tiveram lugar em Pernambuco foram imensos”, enquanto na Paraíba eram preparados “muitos festejos patrióticos”, e em Alagoas “tudo era animação e entusiasmo”. É interessante repararmos que, a respeito das reações populares na província alagoana, o periódico comunicava que “cada particular tomava uma parte ativa nos regozijos públicos para demonstrar a alegria do povo pela recepção do Monarca”. Em seguida, destacava-se: “Todos os edifícios públicos e particulares estavam asseados e pintados”.

Na mesma edição do *Correio Sergipense*, editada em 3 de janeiro, outra matéria revela de maneira mais explícita a intenção subjacente ao discurso do periódico de mobilizar o público em torno da iminente chegada do imperador. Curiosamente denominado “Batalhão patriótico”, o texto insinuava que o próprio jornal, ao informar que a comitiva imperial já se encontrava em Alagoas, teria suscitado ímpetos de patriotismo entre os aracajuanos justamente no primeiro dia daquele ano de 1860: “[...] uma grande porção de cidadãos reuniram-se na praça do palácio, e daí [...] percorreram as ruas desta cidade, dando vivas à Constituição do Império, a S. M. o Imperador, a S. M. a Imperatriz, e ao Exmo. Snr. Presidente da Província”. O redator anônimo prosseguia a matéria, carregando nas tintas para ressaltar que “era um lindo espetáculo aquela manifestação ingênua de um povo”. E, então, exortava a população: “Continuemos. É preciso que o regozijo público cresça por ocasião da faustosa visita do nosso imperador”.

Figura 6. Matéria intitulada “Batalhão patriótico”.

BATALHA'O PATRIOTICO.

Com a noticia dada pelo Correio Sergipense de que SS. MM. II. ja estavam em Alagoas, e no dia 10 do corrente chegarião a esta Provincia, hontem 1.º de Janeiro a noite uma grande porção de cidadãos reunirão-se na praça de p.lacio, e d'ahi precedidos de uma banda de musica militar percorrêrão as ruas desta cidade, dando vivas á Constituição do Imperio, a S. M. o Imperador, a S. M. a Imperatriz, e ao Exm. Sr. Presidente da Provincia.

Era um lindo espectaculo aquella manifestação ingenua de um povo.

Continuemos. E' preciso que o regosijo publico cresça por occasião da faustosa visita do nosso Imperador. Não será infructifera para esta provincia essa visita, em que o Monarcha vem com seus proprios olhos reconhecer as necessidades capitaes de Sergipe, afim de dar-lhes o remedio compativel com as disposições actuaes da provincia para o progresso e civilisação.

Fonte: jornal *Correio Sergipense*, 3 de janeiro de 1860. BN.

Exprimia-se, ainda, uma esperança de que o monarca reconheceria “com seus próprios olhos” as “necessidades capitais de Sergipe”, podendo fornecer “o remédio compatível com as disposições atuais da província para o progresso e civilização”. Depreendemos que, além de o jornal gerar uma expectativa em torno da chegada do imperador, induzia a sociedade a crer que ele seria capaz de remediar os problemas da província ao constatá-los pessoalmente.

Naquela mesma semana, o “batalhão patriótico” tornaria a entrar em cena. Na edição de 7 de janeiro, o jornal informaria que, na

antevéspera, um grupo de populares percorreram as ruas da capital acompanhado de uma banda de música, disparando fogos de artifício e uma vez mais dando vivas às Suas Majestades Imperiais, ao presidente da província e a outras autoridades. E ao noticiar a manifestação prazenteira do povo, o texto aguçava o anseio que pairava sobre a chegada da comitiva imperial. Nesse sentido, escrevia o redator: “Era grande o regozijo público que se traduzia em gritos espontâneos saudando as primeiras autoridades do país”.

Ao nos debruçarmos sobre a primeira edição do *Correio Sergipense* publicada depois da chegada do imperador a Sergipe, e datada de 14 de janeiro de 1860, portanto, três dias após o desembarque, deparamos com um texto que ocupa pelo menos três das quatro páginas do jornal. O referido texto corresponde a uma parcela do que seria posteriormente reproduzido, em formato de livro, por ocasião do lançamento da obra *Viagem imperial à província de Sergipe*, mandada publicar por ordem do presidente da província, e impressa na Bahia, ainda em 1860. Constatamos que praticamente todo o texto do livro foi antes publicado nas páginas do *Correio Sergipense* de maneira fragmentada e com seções dispostas em ordem diferente. Percebe-se, outrossim, que o tal livro parece ter sido submetido a uma revisão ortográfica mais meticulosa, visto que algumas palavras aparecem com outra grafia, comparando-se com a do jornal.

Averiguamos que o conteúdo do livro ocupara ao menos oito edições daquele periódico, sendo que as últimas alusões à visita imperial, que pudemos localizar no jornal, aparecem na edição de 3 de fevereiro de 1860.⁴ Não sendo o nosso intuito escrutinar exaustivamente o que se descreveu acerca das celebrações organizadas na capital e do trajeto percorrido pela comitiva imperial na província, examinaremos uma seleção de recortes relevantes para a análise.

Retomando o enfoque na edição de 14 de janeiro, chama a atenção o empenho do jornal em inserir colocações sobre as reações e os sentimentos do povo nas entrelinhas da descrição da recepção de Suas Majestades Imperiais em Aracaju. O primeiro parágrafo do texto insinua que uma expectativa generalizada se propagara entre os

⁴ Descontinuidades no acervo digital da Biblioteca Nacional ocasionaram lapsos de edições do *Correio Sergipense*, sendo que, entre os números 13 (3/2/1860) e 19 (23/2/1860), cinco edições do jornal não se encontram disponíveis, impossibilitando a localização de menções à visita imperial a Sergipe nesses números. Um segundo lapso remete ao intervalo de sete edições, também indisponíveis, entre os números 19 (23/2/1860) e 27 (24/3/1860).

sergipanos, que se dirigiram em massa para a capital, a fim de presenciar o aguardado desembarque. Lemos, naquela edição:

Ansioso esperava o povo na capital de Sergipe pela chegada dos Augustos hóspedes. A notícia faustosa de que SS. MM. estariam nesta cidade no dia 11 foi como a fásca elétrica que abala uma cadeia extensíssima. De todos os pontos da província afluíram para o Aracaju milhares de pessoas, que queriam ter a honra de ver, de admirar este par idolatrado, a quem estão entregues os destinos do Brasil.

Tendo aludido à suposta atmosfera de idolatria que envolvia os espectadores daquele acontecimento inédito na província, o texto prosseguia com um tom mais descritivo, sendo que, mais adiante, tornar-se-ia a esboçar o regozijo infrene dos cidadãos, ressaltando-se a beleza da manifestação patriótica das pessoas festivamente trajadas, mesmo com vestes simplórias.

Era belo, muito belo, ver por todas as duas margens do rio estendida esta população, composta de tantas pessoas, trajando suas roupas festivas, ainda que na simplicidade de seus costumes, parecessem estupefatas à vista daquele novo aparato de que se revestia a cidade do Aracaju recebendo em seu seio o Monarca do Brasil.

Em uma seção do texto encimada pelo título “Ponte de desembarque de SS. MM. II.”, encontrada na edição de 16 de janeiro, apresentava-se as características do ancoradouro erigido para receber a comitiva imperial. Tal seção nos fornece indícios que ajudam a entender como o *Correio Sergipense* contribuiu para conceber uma memória coletiva concernente ao monumento que doravante seria alcunhado de “Ponte do Imperador”, até ser oficialmente nomeado assim, já em 1939, por decreto-lei do interventor federal de Sergipe, como informa Medina (2005, p. 31). Descreve-se, minudentemente, a ornamentação do ancoradouro aparatado não apenas para receber com as honrarias devidas o imperador, mas, também, para proporcionar um espetáculo que, com o auxílio do *Correio*, cristalizar-se-ia na lembrança das testemunhas. Além disso, a estrutura facilitaria as operações vindouras de embarque e desembarque na capital.

O assoalho foi coberto em toda a extensão da ponte com um tapete de baeta azul de 5 palmos de largura, terminando na extremidade ao lado da escada com um belo tapete da largura da ponte. [...] Na extremidade da ponte ao lado da escada acham-se colocados dois mastros em que tremula a bandeira Nacional. Esta sólida ponte que com pequena despesa anual de conservação pode durar largos anos, foi um verdadeiro benefício que trouxe a visita imperial, pois o embarque e desembarque nas praias do Aracaju não podia se efetuar, senão a costas de homem.

É, ainda nessa edição de 16 de janeiro, onde reaparece a ideia de que a visita imperial mitigaria os problemas provinciais, uma vez que o imperador traria um “bálsamo consolador”: “[...] Sergipe vai certamente encetar uma série de melhoramentos, todos devidos ao Augusto Monarca que nos rege [...]”. Reacendia-se, assim, as esperanças de que o imperador forneceria soluções há muito necessárias, não obstante a brevidade da sua estadia na província.

Como a publicação do *Correio Sergipense* era realizada apenas três vezes por semana e as quatro páginas do jornal foram insuficientes para comportar toda a descrição pormenorizada da visita de D. Pedro II a Sergipe enquanto ele ainda estava na província, o periódico continuaria detalhando a passagem do imperador por outras localidades sergipanas mesmo depois da partida da comitiva. Textos que constam na edição de 25 de janeiro – quatro dias após a despedida do monarca – descortinam o empenho dos redatores anônimos no sentido de esboçar ambientações portentosas, que por vezes beiravam o idílico, deixando a impressão de que se lia excertos de uma obra literária romântica. Do texto descritivo sobre a chegada do imperador e da imperatriz ao atual município da Barra dos Coqueiros, extraímos um interessante recorte:

Quando SS. MM. puseram os pés na ponte reboaram os vivas; subiram aos ares os foguetes; retumbaram as florestas com as notas harmoniosas da música do *Apá*, que tinha desembarcado para aquela margem do rio, a fim de saudar SS. MM. na sua ida àqueles lugares amenos e pitorescos.

Importante é notar que o mesmo jornal que correlacionava a presença do chefe da nação a uma esperança de resolução de problemas, também associaria a imagem da monarquia a uma ideia de civilização, o que se evidencia em um dos últimos parágrafos da descrição da passagem da comitiva pela Barra dos Coqueiros: “Ligue-se a visita do Imperador com a ideia de Religião Santa, que civiliza os povos, amenizando os costumes, regenerando as sociedades”.

Demonstrando que o imperador fora recebido pela população da cidade de Maruim com o regozijo de praxe, o jornal não economizaria em termos que descrevessem o ambiente festivo e o gáudio do povo: “Sobem ao ar girândolas de foguetes que reboam em um brado incessante, cobre o povo todo o espaço com estrondosos vivas, filhos de um entusiasmo frenético”.

A curiosa descrição do encontro entre D. Pedro II e um indígena na cidade de Laranjeiras também marcou a edição de 25 de janeiro. De acordo com o texto publicado no periódico, o tal indígena teria saudado o imperador “vestido de suas penas de arara, de seus trajes simples, mas harmônico com o seu destino na terra”. À vista daquele encontro, o redator não perderia tempo para evocar, e até mesmo louvar, munido do seu discurso livresco, a incumbência civilizatória do monarca, dizendo: “Era uma cena belíssima: um contraste do mundo selvagem com o mundo civilizado. Um mundo na majestade da grandeza; e o outro na grandeza da majestade”.

Figura 7. Dedicatória e epígrafe de poema dedicado às Suas Majestades Imperiais.

A Suas Magestades Imperiales , o Senhor Dom Pedro Segundo e sua Virtuosa e Augusta Consorte , por occasião de visitarem a Provincia de Sergipe em Janeiro de 1860,

A terra que Lh'apresentas ,
E' pobre , não tem brasões ;
Mas Elle a terra não pisa ,
Pisa sobre corações !

(ELZIARIO.)

Fonte: jornal *Correio Sergipense*, 31 de janeiro de 1860. BN.

No número editado em 28 de janeiro, o *Correio* pautaria a partida da comitiva imperial, registrando que “a província de Sergipe, bem como as suas Irmãs que tiveram a dita de receber a visita imperial, muito deve a este fato momentoso para a sorte do Império”. Poemas redigidos para homenagear o imperador, que já vinham sendo impressos em edições anteriores do jornal, continuariam sendo reproduzidos em suas páginas, a exemplo do poema assinado por Eustáquio Pinto da Costa, datado de 11 de janeiro de 1860, e que contém uma epígrafe do médico Eliziário Prudêncio da Lapa Pinto, seguida de nada menos que os 108 versos integralmente reproduzidos pelo periódico, em sua edição publicada a 31 de janeiro.

Na edição de 3 de fevereiro, o periódico descreveria a ocasião do regresso do imperador, que estava em Laranjeiras. Consoante o jornal, ele era esperado com manifesta ansiedade pelos aracajuanos, visto que, em plena madrugada do dia 17 de janeiro, dispuseram-se a recepcionar festivamente a comitiva que se aproximava no horizonte das águas do Rio Sergipe. “É um grito uníssono”, descrevia o redator. “O estrondo do foguete, as notas da música e as aclamações populares. É uma harmonia encantadora no silêncio misterioso da solidão da noite”.

Já em São Cristóvão, para onde a comitiva imperial se dirigiu ao amanhecer do dia 17, o imperador seria, segundo o periódico, acolhido calorosamente pela população da cidade que, até cinco anos antes da visita de D. Pedro II, ainda era a capital da província. Conta o redator do texto que “todas as casas estavam asseadas, tendo as janelas ornadas de coxias. Das janelas, as Senhoras e meninas espargindo flores sobre o imperial viajante, acompanhavam este ato com vivas entusiasmados, com aclamações prazenteiras e sinceras”.

Sobre a passagem do imperador por São Cristóvão, parte da descrição encontrada tanto no jornal, quanto no livro *Viagem imperial à província de Sergipe* (1860), foi reproduzida por Sebrão, sobrinho (1954, p. 291). Escusado é analisar as palavras citadas, mas é válido constatar que, logo após a referida citação, esse autor exalta a figura do chefe da nação, equiparando-o, no quesito importância histórica e social, ao presidente da república Getúlio Vargas. Ambos, de acordo com sobrinho (1954, p. 292), “[...] vivem, palpitam, crescem, dia a dia, n’alma dos pobres, dos humildes do Brasil, que não esquecem a ambos, nunca os esquecerão, beijando-lhes as mãos cuspidas pelos Cains da Pátria, os que mais lhe receberam benefícios”. A obra de sobrinho (1954) que traz essa alusão veio a lume no mesmo ano da morte do presidente.

Em uma seção nomeada “Sumário da estada de SS. MM. em Sergipe”, também presente no número de 3 de fevereiro, indica-se que a população não se eximira de prestigiar a partida do monarca, que se despedira da província sergipana no dia 21 de janeiro: “Às 6 horas da manhã embarcam SS. MM. acompanhados por um grande concurso de povo, e da guarda nacional”.

Como explicamos, os recortes selecionados representam uma fração diminuta dos textos impressos no *Correio Sergipense* a respeito da estadia do imperador em Sergipe, mas cumprem a função de demonstrar a influência exercida por esse jornal específico no processo de formação de uma memória coletiva no contexto da passagem da comitiva imperial pela província.

Considerações finais

Pretendeu-se investigar, neste artigo, a função desempenhada pelo periódico sergipano *Correio Sergipense*, publicado entre 1838 e 1866, no sentido de contribuir para a concepção de uma memória coletiva concernente à passagem do imperador D. Pedro II pela então província de Sergipe, em janeiro de 1860. Sendo esse jornal local o mais duradouro do período provincial e, além disso, um dos mais relevantes desse contexto devido ao seu caráter “oficial”, representa uma fonte histórica de grande importância para a análise da problemática desta pesquisa, uma vez que a sua inequívoca proximidade com o governo da província fazia com que o periódico refletisse os interesses dos grupos que detinham o poder político local.

Recorrendo a um quadro teórico fundamentalmente composto de autores que escrutinam a relação existente entre a história e a memória, buscamos elucidar como a memória individual se submete consciente ou inconscientemente a uma memória coletiva, acarretando a construção de lembranças que não raro parecem ter sido geradas de modo espontâneo por um indivíduo, mas que são coletivamente concebidas e partilhadas por um grupo social específico.

Depreendemos que, ainda antes do desembarque propriamente dito do monarca e da sua comitiva em Aracaju, as atualizações sobre a viagem interprovincial, publicadas pelo periódico, já eram elaboradas com o aparente intuito subjacente de gerar expectativas no povo sergipano, mobilizando-o em torno da recepção festiva do chefe da nação. Evidenciamos, nesse sentido, que as matérias impressas durante a estadia do imperador, e até mesmo depois da sua partida, ressaltavam

obstinadamente as reações efusivas supostamente manifestadas pela população de todas as localidades da província diante da presença de Suas Majestades Imperiais.

Consideramos que o artigo não esgota as possibilidades de análise do tema proposto, e que os trabalhos de pesquisa doravante empreendidos sanarão a atual escassez de abordagens historiográficas acerca da viagem do imperador D. Pedro II à província de Sergipe.

Fontes

Periódicos

Diário Oficial do Estado de Sergipe – 1895;

Jornal Correio Sergipense – 1859, 1860.

Acervos consultados

BN – Fundação Biblioteca Nacional;

BPED – Biblioteca Pública Epiphany Dória;

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Referências

ARAÚJO, Acrísio Torres. **Imprensa sergipana**. Brasília, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. 2ª ed. Passo Fundo: UPF, 2004.

GALVÃO, Manuel da Cunha. **Viagem imperial à província de Sergipe**. Salvador, 1860.

GÓES, Cristian. As gazetas do padre Eusébio: indícios de outra história sobre a imprensa de Sergipe. *In*: FRANCISCATO, Carlos Eduardo; GÓES, Cristian (Org.). **Jornalismo em Sergipe: dilemas, recortes e contextos**. Florianópolis: Combook, 2020 (pp. 9-28).

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. O 1º Jornal de Sergipe – setembro de 1932. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, v. 1, n. 1, pp. 43-45, jan./mar. 1913.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão; Irene Ferreira; Suzana Ferreira Borges. 7ª ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008 (pp. 111-153).

MEDINA, Ana Maria Fonseca. **Ponte do Imperador**. 2ª ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry. **Projeto História**. São Paulo, v. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Maria Thétis. A contribuição da imprensa à história da Província de Sergipe. **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju, n. 31, pp. 111-120, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOBRINHO, Sebrão. **Laudas da história do Aracaju**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1954.

_____. **Monsenhor Silveira o fundador da Imprensa de Sergipe**. Aracaju, 1947.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

ENTRE SÃO PAULO E SERGIPE: A DUPLA RELEITURA DE RANULFO PRATA

Raul Teixeira Ferreira¹

Resumo

Este artigo analisa a trajetória de releitura da obra do escritor sergipano Ranulfo Prata (1896-1942), do esquecimento ao seu recente retorno à cena literária. Defende-se aqui que essa retomada ocorreu por meio de dois percursos distintos, mas parcialmente interligados. De um lado, uma releitura universitária, ainda que permeada por vínculos culturais e afetivos, desenvolvida em São Paulo. De outro, uma releitura predominantemente cultural-identitária, consolidada em Sergipe. Através da análise dos registros de recepção, a pesquisa demonstra como essas duas apropriações possibilitaram tanto a inserção do autor no cânone, quanto sua ascensão como símbolo da identidade local.

Palavras chaves: Releitura, Ranulfo Prata, literatura brasileira

Between São Paulo and Sergipe: the dual rereading of Ranulfo Prata

Abstract

This article analyzes the trajectory of the rereading of Ranulfo Prata's work (1896-1942), from oblivion to his recent return to the literary scene. It argues that this revival came through two distinct paths although partially interconnected. On one hand, an academic rereading, though permeated by cultural and affective ties, developed in São Paulo. On the other, a predominantly cultural-identitarian rereading, consolidated in Sergipe. Through the analysis of reception records, the research demonstrates how these two appropriations enabled both the author's reinsertion into the canon and his rise as a symbol of local identity.

Keywords: Rereading, Ranulfo Prata, Brazilian literature

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Sergipe. O presente artigo é uma adaptação do segundo capítulo de minha monografia.

Introdução

A trajetória da obra de Ranulfo Prata é marcada por uma contradição. Enquanto vivo, alguns críticos o consideraram um dos escritores mais promissores de sua época. Ao falecer, no entanto, seu nome e sua obra caíram no esquecimento. Ainda que alguns poucos comentadores clamassem por uma releitura “definitiva”, a segunda metade do século XX, em sua maioria, passou alheia ao seu trabalho. Esse cenário só começaria a ser contornado a partir do fim do milênio, quando não apenas um, mas dois movimentos se manifestariam dispostos a retomar sua obra. De um lado, em São Paulo, era feito um esforço para reinseri-lo no cânone; do outro, em Sergipe, intelectuais investiam em uma tentativa de reintegrá-lo a memória cultural local. Seus esforços culminariam na republicação parcial de seus livros na década de 2010.

Esse duplo renascimento, contudo, levanta uma série de questões: O que teria motivado essa repentina redescoberta? E afinal, seria ela assim tão repentina? Até que ponto as releituras se tocam, se entrelaçam e onde se separam?

Ao inquiri-las, meu objetivo não é outro se não resgatar o papel do leitor como agente, destacando sua relevância para a redescoberta de Prata. Começo pelo fim e termino no renascimento. Ainda que Prata se faça onipresente neste artigo, os verdadeiros protagonistas são os leitores. O percurso que adoto é o de rastrear esse processo de redescoberta através dos vestígios deixados pelas fontes. Início pelo diagnóstico do esquecimento, para depois acompanhar a incorporação de sua obra ao debate acadêmico no Sudeste. Em um segundo momento, volto-me ao movimento de resgate local em Sergipe, de modo a, ao final, colocar em diálogo e em contraste as duas faces desse processo.

São Paulo

Não demorou para que a notícia de sua morte chegasse a Sergipe. Quatro dias depois, o Diário Oficial registrava o falecimento de Ranulfo Prata, lamentando o vazio que sua partida, aos 46 anos, deixava nas letras nacionais (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1942 *apud* GILFRANCISCO, 2018, p. 55). Em 1942, apesar da reclusão e o controlado número de publicações, Prata havia se consagrado como um primoroso escritor. Sergipe, havia se convertido em um lugar de passagem aonde vinha somente em ocasiões especiais ou quando as folgas do trabalho lhe permitiam fazer uma visita. Poucos dias depois, o Correio de Aracaju

anunciava uma homenagem no Instituto Histórico e Geográfico para o dia 12 de janeiro. Por trás do evento encontravam-se as mãos do recém-inaugurado núcleo cultural *Mensagem* (CORREIO DE ARACAJU, 1943 *apud* GILFRANCISCO, 2018, p. 57). O jornal, convicto do sucesso que os aguardava, não mediu palavras ao estipular ao fim da matéria uma otimista recepção.

Naquela noite, coube a Carvalho Neto pai, presidente da ASL e cunhado do falecido, abrir a sessão (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, 1943 *apud* GILFRANCISCO, 2018). Logo, em seguida, seu filho, líder do núcleo *Mensagem* tomou a palavra. Carvalho filho era jovem, não chegara aos vinte, mas já se envolvia com afinco no mundo do jornalismo. Parecia uma das promessas da nova geração de intelectuais que florescia, ainda que encontrasse resistência para se inserir em um espaço dominado por vozes antigas. O evento, portanto, tinha um propósito duplo; tratava-se sem dúvida de homenagear Prata, mas parecia igualmente uma boa oportunidade de apresentar os jovens integrantes à sociedade sergipana. O núcleo não falava apenas pelo homenageado, mas também por si, buscando reivindicar seu espaço entre as letras sergipanas.

Suas primeiras palavras foram antes de tudo um ato de defesa. Diante dos ouvintes, Carvalho reviveu algumas das principais críticas direcionadas a sua geração, articulando homenagem, com combate. Prata viria ao seu discurso, mas somente após sua defesa.

A despeito do conflito, a Folha da Manhã registraria no dia 13 de janeiro uma impressão favorável, defendendo a noite como a “primeira vitória pública” do núcleo (FOLHA DA MANHÃ, 1943 *apud* GILFRANCISCO, 2018, p. 58). Dias antes, o jovem orador publicara uma contribuição mais amena. Seu texto como esperado, era menos agressivo. Nele, Prata não era somente um escritor, mas também seu tio e padrinho. Longe de ser unicamente uma homenagem a um falecido intelectual, era um tributo a um parente admirado, tanto que a imagem do tio e do intelectual se confundem. Os anos que se seguiriam, todavia, transformariam não somente o jovem e combativo líder, mas também moldaria a memória do tio. Se em 1943, o nome Prata dispensava apresentações, em 1972, a situação não era mais a mesma (CARVALHO NETO, 1943 *apud* GILFRANCISCO, 2018).

Carvalho Neto filho, agora um antropólogo, publicaria nos Estados Unidos um artigo em que denunciava o esquecimento do tio. Para sustentar o seu diagnóstico, Neto recorria a uma série de autores, que antes dele, já haviam se manifestado sobre o status de

invisibilidade. Talvez deles o que mais se destaque tenha sido o crítico Geraldo Azevedo, que não só percebendo a situação que se construía passado pouco mais de dez anos da morte de Prata, denunciava “Se algum dia, quando se fizer uma revisão honesta em história de nossas letras, Ranulfo Prata de certo aparecerá com todo esplendor de sua grandeza humana” (AZEVEDO, 1955 *apud* NETO, 1972, *apud* GILFRANCISCO, 2018, p. 202). A outra voz evocada por Neto é a de Leonardo Arroyo (ARROYO, 1960 *apud* NETO, 1972, *apud* GILFRANCISCO, 2018), que apesar de reconhecer positivamente as reedições de *Navios Iluminados* que haviam sido lançadas nos últimos anos, já olhava para o nome de Prata com certo desanimo, vislumbrando o rápido esquecimento que se encaminhava. De um modo geral, apesar de algumas publicações esporádicas o destacarem, os anos 1970 apresentavam um cenário pouco favorável para o reconhecimento de suas obras.

Em 1984, depois de quase 25 anos sem republicação, uma nova edição de *Lampião* surgia, mas seu impacto é pouco, não despertando grande atenção. Somente a partir da última década do século XX que uma operação de releitura consistente começa a ganhar força. Em 1990, Sônia Maria Ramos Pestana defende sua monografia *Santos na obra Navios Iluminados*². Era a primeira vez que uma obra do escritor passava a ser alvo de interesse de uma pesquisa universitária, encontrando espaço em um lugar que até então lhe havia sido inédito: o ambiente acadêmico.

Poucos anos depois, em 1996, o romance ganhou sua quarta edição, publicada pela editora Scritta em parceria com a prefeitura de Santos. A ocasião levou o então prefeito da cidade na época, David Capistrano, a reconhecer o valor histórico da obra. Essa reedição parece ter sido suficiente para reacender o interesse da crítica, pois já no ano seguinte, Luís Bueno publicaria uma matéria na Folha de São Paulo. Nela, o jovem crítico analisava a “ausência de lirismo” do escritor, reconhecendo já com certo entusiasmo, o valor de *Navios Iluminados*. Para Bueno, o grande mérito de Prata foi ter concebido um tipo particular de narrativa que, ao contrário de muitas obras da época, retratava a miséria de forma convincente sem recorrer a “intenções políticas explícitas” ou a um “lirismo intencional” (BUENO, 1997).

² Como a pesquisa de Pestana não constava em nenhum repositório digital, as informações referentes a ela foram reconstituídas a partir dos comentários da dissertação de Pereira.

Nove anos depois, Bueno levaria seus comentários adiante em seu livro *Uma história do romance de 30*. Diferente da abordagem tradicional que buscava abarcar todo período da história literária brasileira, Bueno opta por um recorte mais preciso e acolhe a década de 1930 como objeto de análise. Ao reduzir a escala de observação, o pesquisador demonstrou que a produção literária do período não se limitava a literatura social ou proletária. Sua abordagem abriu caminho à valorização de outra corrente relevante: a vertente intimista, na qual *Navios Iluminados* alcançava, finalmente, um lugar legítimo entre o cânone.

A revalorização de Prata, agora amparada pela tese de Bueno, logo encontrou um novo desdobramento. Uma nova releitura a *Navios Iluminados* surgia, desta vez não mais com a cidade de Santos como objeto de análise, mas com foco em seu porto. Escrita por Alessandro Pereira³ foi a primeira (e até então única) dissertação de mestrado dedicada a uma obra de Prata. Embora reconheça o esquecimento do romance, Pereira não se detém numa explicação de suas causas, preferindo se concentrar em outros aspectos. Seu olhar se volta para o romance como um documento-testemunho: ora revelando detalhes do cotidiano dos trabalhadores, ora analisando como a obra contribuiu para a consolidação de um imaginário a respeito do porto (PEREIRA, 2008).

O ápice desse processo, que desde 1990 se encaminhava, seria alcançado em 2015, quando *Navios Iluminados* ganharia sua 5ª edição, agora pela editora EDUSP e Com Arte. A ocasião, longe de ser uma mera republicação, reuniu nomes de peso como: Marisa Midori, Plínio Martins, Thiago Mio Sala, Nélide Piñon, José de Paula, além de claro, Luís Bueno. O dia 22 de setembro marcava a Segunda Jornada Reserva Literária⁴, *Navios Iluminados* era a 4ª obra publicada pelo selo da coleção, que desde 2011 vinha atuando junto com os estudantes de editoração. A escolha, contudo, não vinha ao mero acaso. Os critérios são expostos por José De Paula: “A obra deve ser de domínio público, ou seja, ter recebido apenas uma, ou última edição que já esteja fora do

³ História e literatura no porto de Santos: o romance de identidade portuária: *Navios Iluminados*.

⁴ A Coleção Reserva Literária foi criada em 2011 pelo professor José de Paula Ramos Jr, como um complemento às disciplinas de *Introdução à Edótica* e *Laboratório de Produção Editorial*. Desde então, a coleção além de possibilitar que os estudantes coloquem em prática o conhecimento adquirido no curso de editoração, atua no resgate de obras esquecidas.

mercado, além de apresentar interesses artísticos e culturais permanentes.” (COSTA, 2019)

É seguindo por esse caminho, que cada um dos convidados à sua maneira buscou legitimar a obra de Prata como digna não só daquela nova edição que saía, mas também do evento que a celebrava. O vídeo de cobertura realça essas diferentes vozes, que embora ressaltem aspectos distintos, tanto do autor, quanto da obra, convergem em uma homenagem a ela. Midori, por exemplo, oferece um olhar centrado nas questões editoriais, mas sem perder de vista o caráter social do romance. Para ela, o protagonista Severino encarna a experiência de milhares de migrantes que buscavam no sul melhores condições de vida. Assim, os múltiplos rostos anônimos das fotografias que preenchem a edição podem ser lidos como uma representação do protagonista.

Já Bueno, enfatizou a relevância da obra, tomando como principal argumento a regularidade de suas republicações. Para ele, o fato de *Navios Iluminados* retornar ao público, em média, a cada 20 anos, evidencia a atualidade da obra, que desde seu lançamento vinha dialogando com distintas gerações. Seu argumento ganharia um complemento imprevisto, quando em 2023, um antigo funcionário do Porto de Santos deixaria seu depoimento no vídeo do relançamento, contando um pouco sobre o seu contato com a obra, e o impacto que sentira ao lê-la.

Acabei de reler anteontem, 14 de agosto de 2023, ‘Navios iluminados’, que havia lido quando lançado pelo prefeito de Santos David Capistrano da Costa Filho, em meados da década de 1990. Já naquela época o romance de Ranulfo Prata causou grande impacto em mim, que fui empregado da companhia docas em 1972. Mas agora, aos 69 anos de idade, a emoção foi bem maior. Obrigado pela oportunidade. A edição está primorosa (PAULOPASSOS726, 2023).

A ação da Reserva Literária não passou alheia aos olhos de Pereira, que em 2018 lançou seu artigo *De esquecido a clássico, a trajetória do romance Navios Iluminados*. O grande mérito de seu artigo reside em sua conclusão. Já em 2008, ao final de sua dissertação, Pereira vislumbrava o pioneirismo de sua pesquisa, afirmando que havia enfim alcançado, segundo os desejos de Neto, um lugar para Ranulfo Prata. Havia, no entanto, uma reserva em sua afirmação; Pereira era modesto e não arriscava sobrevalorizar seu trabalho antes do tempo,

ele não podia prever seu impacto, tanto que sua observação restringia-se ao presente. Em 2018, dez anos haviam se passado desde sua defesa de mestrado, novas evidências vinham à tona, não havia mais razões para se conter. Pereira, investigando as razões que teriam levado essa virada, não deixava de atribuir para si parte do mérito, mas partilhando igualmente com a pesquisa de Bueno, não esquecendo claro, do pioneirismo de Pestana. Para ele, essas pesquisas teriam suprido o vazio da crítica, e influenciado a republicação de *Navios Iluminados* pela editora EDUSP e Com Arte. Uma observação certa, que não deixou de trazer uma “testemunha” para sustentá-la. A resenha de Alfredo Monte publicada no jornal *A tribuna* lhe oferece o complemento ideal aos seus argumentos, fechando seu texto em uma bela harmonia com o pensamento do crítico:

Se houve injustiça, ele foi em parte reparado pela dissertação de mestrado História e Literatura no porto de Santos: o romance de identidade portuária “Navios Iluminados”, de Alessandro Alberto Pereira, e pelo destaque dado à obra do escritor sergipano em *Uma História do Romance de 30*, de Luís Bueno (MONTE *apud* PEREIRA, 2018).

Tempos melhores se apresentavam para Prata e sua obra, mas o processo de São Paulo era só a ponta do iceberg. Sergipe, como veremos, registrará uma participação notável frente à releitura.

Um sergipanólogo de terras baianas

Se em São Paulo, a redescoberta de Prata foi impulsionada pela crítica acadêmica, em Sergipe, o processo toma um outro rumo, mais ligado à dimensão afetiva e proliferação de novos agentes culturais. Curiosamente, a história do eixo sergipano, começa com um encontro ao “acaso”. Em 1996, quando o centenário de aniversário de Prata passava despercebido por Sergipe, um novo personagem chegaria ao Estado: Gilfrancisco. Movido pela curiosidade de recém-chegado, o pesquisador buscou desde cedo se inserir na realidade local, tomando a literatura como uma ponte para amenizar sua condição de migrante.

Sua imersão se iniciou através da leitura da antologia *Prosa Sergipana*. Entre os nomes elencados pela obra, deparou-se com o de Prata. Aquele primeiro contato bastou para fisgá-lo, impulsionando uma longa pesquisa que reestabeleceria o nome do lagartense (GILFRANCISCO, 2018). Mas Gilfrancisco não era um pesquisador

qualquer. Ao longo dos anos, desenvolveria uma metodologia singular que o destacaria frente aos demais acadêmicos. No tocante a literatura, Gilfrancisco envereda em um tipo particular de escrita que contrastava com as tentativas anteriores empreendidas no Estado, como a conhecida *História da Literatura Sergipana*, de Jackson da Silva Lima (PRADO, 2018). Ao privilegiar o uso de documentos variados e, muitas das vezes, até contraditórios entre si, o pesquisador constrói uma obra que se aproxima da problematização historiográfica, recusando imagens fixas e explicações totalizantes. Seus textos nos falam não somente da literatura em si, mas dos sujeitos que as escreveram sob múltiplas perspectivas, fazendo da incongruência e da lacuna documental, um dado construtivo. O afinco pela cultura e história sergipana, somado a coleção de fontes que acumularia, levariam alguns comentadores a classificá-lo não somente como um “arquivo-vivo” (UFS, 2022), mas também um sergipanólogo.

No entanto, demoraria alguns anos para que o projeto sobre Prata se iniciasse, e mais outros para que os primeiros resultados se materializassem. Com a agenda cheia, a obra do escritor lagartense teve que aguardar. Em contrapartida, os anos 2000 seriam extremamente frutíferos para o pesquisador. Seus primeiros esforços para escrever sobre Prata datam de 2004. Contudo, entre uma e outra pesquisa, seria apenas em 2011 que ele publicaria na *Revista Ícone*, seu primeiro texto a respeito do escritor. Nele, Gilfrancisco já adotava uma posição de denúncia em um gesto semelhante ao executado por Neto em 1972 (GILFRANCISCO, 2018).

O caráter denunciatório convive com sua natureza introdutória. Gilfrancisco pretende não somente apresentar sua obra, mas também elucidar aspectos da trajetória do autor, compondo um retrato que transita entre as facetas públicas e privadas do sujeito. Aqui, trajetória e obra não são separadas, mas andam lado a lado, oferecendo ao leitor contemporâneo um perfil mais completo.

A inspiração em Neto torna-se ainda mais evidente quando analisamos a estrutura do texto; os tópicos curtos que evocam passagens da vida e da obra de Prata, além da seção de fortuna crítica ao final do artigo, revelam um claro vínculo. Ademais, logo após assumir o esvaziamento crítico para com a obra de Prata e condenar igualmente a ausência de novas edições, o pesquisador reconhece no texto de Neto “uma grande contribuição bibliográfica” (GILFRANCISCO, 2011, p. 32), confirmando sua dívida com o artigo-denúncia do antropólogo.

Em 2018, Gilfrancisco publicaria *Ranulfo Prata – Vida e Obra*, este que pode ser visto como a síntese de sua pesquisa sobre Prata que vinha desenvolvendo desde meados dos anos 1990. Reunindo resenhas, introduções, matérias de jornais, dentre outros materiais, Gilfrancisco compõe o que pode ser visto como um mosaico textual. Seu objeto é duplo: honrar o legado de Prata, assim como apresentá-lo a novos leitores. O impacto de sua obra foi imediatamente reconhecido por Claudefranklin Monteiro, que, no prefácio da edição, sentenciou:

Penso que não exista melhor eternidade para um escritor que as páginas de um livro. Ranulfo Prata, despertado das estantes, jamais do esquecimento, salta da escrita de Gilfrancisco para renascer nas mãos, corações e mentes daqueles que se servirão desta obra num banquete chamado leitura. (SANTOS, 2018, 27-28)

Por esse e outros méritos, a Universidade Federal de Sergipe concederia a Gilfrancisco, em 2022, o título de Doutor Honoris Causa. Em tom poético, o pesquisador recordaria a homenagem como uma surpresa delicada: “Quando olho para trás e vejo que estive construindo conhecimento por prazer, e o reconhecimento chegou sem que eu escutasse seus passos, com os pés de algodão para me surpreender neste momento da vida.” (PORTAL UFS, 2022)

Sementes da memória: um livro, uma cidade e um acarajé

Contudo, a releitura de Prata em Sergipe não foi um gesto isolado, mas parte de um movimento cultural mais amplo. Na década de 2010, o debate acerca da identidade sergipana tomou uma nova direção, proporcionando a ascensão de uma quantidade significativa de academias de letras municipais. Essa eclosão de instituições foi o que o pesquisador Domingos Pascoal, um de seus principais contribuintes, caracterizou como uma “inquietação no interior” (PALÁCIO MUSEU OLÍMPIO CAMPOS, 2016), uma iniciativa que buscava reordenar a vida intelectual, até então concentrada em Aracaju.

Atento às novidades, Lagarto logo tratou de ingressar no movimento. Ainda em 2013 quando a ideia de fundar academias literárias no interior vivia o seu período de germinação, Domingos Pascoal pôde contar com o apoio de alguns dos mais notórios

intelectuais da cidade. Em fevereiro, foram dados os primeiros passos. À frente do movimento encontrava-se o professor Rusel Barroso, o poeta Assuero Cardoso, o historiador Claudefranklin Monteiro e o jornalista Emerson Carvalho. A cerimônia de inauguração oficial ocorreria dois meses depois, no dia 19 de abril, no auditório do Fórum Desembargador Epaminondas Silva Andrade Lima. Durante todo o processo, a Academia Sergipana de Letras, instituição matriarca, ofereceu apoio à recém-nascida⁵.

Com o tempo, a ALL consolidou sua atuação pública. Em 2017 lançou sua revista oficial, a primeira dentre a nova leva de Academias a fazê-lo⁶. Desde a edição inaugural, que homenageou Ranulfo Prata, cada volume com seu dossiê temático, passou a resgatar a trajetória de figuras célebres ligada à cidade, ao lado de textos de diversos gêneros: contos, poemas, artigos e resenhas. Prata foi apenas o ponto de partida de uma série de homenagens que incluiria nomes como Adalberto Fonseca, Laudelino Freire e, mais recentemente, José Antônio da Costa, conhecido carinhosamente como “Pierrot Lagartense”. Entretanto, apesar de suas tentativas de estabelecer uma “cultura de pertença” na cidade, seu papel, como avalia um de seus fundadores, “ainda é tímido”, carecendo de um maior amadurecimento (SANTOS, 2025).

A despeito de seus limites, a ALL empreendeu em ações decisivas. Foi ainda em seus primeiros anos que um gesto se destacou. Diante de uma conjuntura favorável, uma ideia começou a maturar em Góis Dantas: e se resgatássemos *O triunfo*? A ocasião era simbólica; em 2018 a obra faria cem anos de sua publicação original, mas sem jamais ter recebido uma nova edição. Ciente disso, a antropóloga se reuniu com os demais integrantes no final de setembro daquele mesmo ano e lançou a proposta, que foi acatada com entusiasmo. Seguindo um caminho similar ao do “sergipanólogo”, os pesquisadores mapearam instituições com acervos relevantes e partiram. A busca os levou à conhecida Biblioteca Pública Epifânio Dória, onde foram recebidos pela gentil figura de “seu Tito”, que lhes cedeu acesso à edição original (SANTOS, 2019, p. 7).

Como idealizadora da proposta, Dantas assumiu a coordenação do projeto. Ainda sob o zelo da instituição, tratou de adquirir sua cópia digital, capturando cada uma das páginas da obra com a câmera do celular (DANTAS, 2019, p.16). Já em casa, cada membro se dedicou à

⁵ Informações extraídas do site oficial da ALL.

transcrição e preparação do texto, etapa fundamental do processo editorial que viria a seguir. Mas os cuidados com a edição demandariam mais tempo do que o previsto: 2018 chegaria, mas a nova edição ainda estava no forno. Foi preciso esperar até o ano seguinte para que finalmente saísse em uma tiragem de 500 exemplares. Em 2023, *A longa estrada* seguiria um caminho similar, mas com uma tiragem mais tímida, não ultrapassando 250 cópias.

Mas a história não começa aí. Embora marcante, o gesto de Dantas se insere numa trama mais ampla. Já na década de 1990, apesar de adormecido o nome de Prata já encontrava alguns leitores fiéis. Esse parece ter sido o caso de Claudefranklin Monteiro. Seu primeiro contato havia sido por via indireta, quando, ainda jovem estudante de graduação, conheceu Prata através da obra de Lima Barreto. O fascínio logo surgiu. Monteiro encontrara um conterrâneo até então pouco conhecido, mas cuja obra parecia guardar um potencial inexplorado (MONTEIRO, 2018).

Naquela época, Monteiro lecionava no colégio Laudelino Freire. Foi nesse período que conheceu o poeta Assuero Cardoso, figura com quem estabeleceria uma amizade duradoura. Certa tarde, sentados em frente à Câmara de Vereadores da cidade, saboreando um acarajé, Assuero lançou uma sugestão: “Por que você não escreve para o jornal de Raimundo?”. Monteiro hesitou. “Mas escrever o quê?”. Assuero foi direto. “Você não está se formando em História? Então, por que não escreve sobre Lagarto?” A ideia conquistou a simpatia do jovem graduando, que logo foi à procura do jornalista. Em junho de 1996 já saía à primeira matéria na coluna Histórias e Estórias de Lagarto. Era o começo de uma trajetória que culminaria na escrita de mais de 300 textos. O nome da coluna já anunciava o entrelaçamento de dois temas que jamais o abandonariam; história e literatura. Assim, historiador, escritor e colunista nasciam do mesmo embrião: as páginas dos jornais. Monteiro não os separava, mas via-os como partes inerentes de sua identidade. Antes de qualquer coisa seu impulso era um: contar histórias. (PERIS, 2016)⁷

No mês seguinte viria o próximo gesto, agora em torno de Ranulfo Prata. Mas quem era Prata em 1996? Um nome de uma rua, nada mais. Lagarto, assim como Sergipe, em grande parte parecia

⁷ Episódio reconstituído a partir das informações encontradas em: MONTEIRO, Claudefranklin. Entrevista concedida a: Marcos Peris. *Lagarto Notícias*, Lagarto, 21 ago. 2016.

ignorá-lo. O jovem estudante vira uma oportunidade e não estava disposto a desperdiçá-la. Movido pelo impacto, reuniu as poucas informações disponíveis à época e redigiu um pequeno artigo que seria publicado na Folha de Lagarto em julho de 1996. A data não era gratuita, muito pelo contrário, era o aniversário de Prata. Se estivesse vivo, o escritor faria cem anos naquele mês. A situação, nesse sentido, caiu-lhe como uma luva. Seu título *Em tempo* já traduzia a ideia do autor soar um alerta. Era a primeira tentativa de reinscrever Prata no imaginário local. Embora sem repercussão imediata, o texto lançou as primeiras sementes de um projeto que mais tarde germinaria.

Monteiro sabia que, por ora, seu papel estava cumprido. Os anos seguintes, todavia, lhe ofereceriam uma oportunidade de reafirmar os laços com aquele conterrâneo.

O ponto de virada dessa história, cujo final, já foi anunciado, pode ser localizado em 2015, ano em que Lagarto recebeu a visita de Henrique Prata, neto do escritor. Sua passagem deixaria marcas profundas na ALL. Tanto que o presidente da Academia decretaria 2016 como o ano cultural Ranulfo Prata. Dali em diante, foi só questão de tempo para que outras ideias se formassem em torno da releitura. Aos poucos, o nome Prata voltava a circular, convertendo-se em sinônimo de patrimônio cultural lagartense e integrando após décadas de negligência, a tão seleta lista de sergipanos ilustres. Todos esses fatores, cada um a seu modo, parecem ter contribuído para que a Academia entrasse em ação. Mais do que um simples gesto editorial, sua atuação inscreve-se num processo mais amplo de construção das identidades locais.

Contudo, por mais que a atuação de mediadores tenha sido decisiva, precisamos admitir que parte do mérito também recai sobre o próprio autor. Foi o domínio da linguagem que conferiu à obra a força necessária para ser retomada. É nesse ponto que estética e recepção se encontram. O interesse por sua produção, seja em Sergipe ou São Paulo, não inventa um valor, apenas reconhece uma qualidade formal que já se fazia presente em seu texto. Sua historicidade, em grande medida, nasce a partir da forma literária.

Não foram poucos os comentadores a reconhecerem esses méritos. A própria Beatriz Góis Dantas⁸, ao analisar as representações de Lagarto, ainda que de modo implícito, alinhou-se, a esse preceito.

⁸ Refiro-me ao texto escrito por Góis Dantas e publicado na primeira edição da revista da ALL *Lagarto na obra de ficção de Ranulfo Prata*

Sua leitura, que chega a comparar as descrições do escritor as de um etnógrafo, parte desse mesmo princípio.

Na mesma linha, o pesquisador Alessandro Pereira, logo após a republicação da EDUSP, destacou o poder evocativo da obra, aproximando-o do conceito de hipotipose de Umberto Eco. Para ele, *Navios Iluminados* em particular, transmite uma forte “técnica de representação verbal do espaço” (NACOS DE LIVROS, 2016, 14 min 33 s), possibilitando o leitor mergulhar na narrativa e visualizar os ambientes descritos com uma maior precisão. O impacto foi tanto, que em uma publicação em seu blog, Pereira reconhecia que o impulso para sua pesquisa veio da emoção que sentira ao reencontrar nas páginas do romance, o cenário de sua infância e adolescência:

Assim como a maior parte das pesquisas, a escolha do livro tem um pouco de acaso e muito de afeto. (...) O acaso vem da intenção ainda na especialização de usar a Literatura como fonte histórica. Em busca de livros sobre Santos, encontrei uma publicação do início dos anos 1980 da professora Wilma Therezinha com uma lista de obras de ficção e estudos sobre a cidade e lá estava o livro. (...) Como ele havia sido reeditado em 1996 pela prefeitura de Santos, foi fácil encontrá-lo em sebos da cidade. E nele me deparei com o Macuco em sua forma literária, o bairro portuário em que vivi dos 11 aos 22 anos, com as ruas que percorri de bicicleta e onde joguei bola. E nunca deixei de ler e reler a obra, me emocionando a cada vez como se fosse a primeira (ATANES, [s.d.]).⁹

Nesse sentido, a literatura se transforma em uma catalizadora de memórias. A obra provoca o efeito, já o significado é elaborado pelo leitor.

Para Pereira, Santos é seu objeto de fascínio. Conhecer a cidade e pesquisar sobre ela é o que mais o atrai. Isso explica o seu interesse por Prata, pois sendo *Navios Iluminados* e seu autor um elemento da memória local, estudá-los se apresenta igualmente como uma oportunidade para estudar Santos.

⁹ ATANES, Alessandro. *Navios Iluminados. Notas do Atanes (blog)*.

Esse tipo de vínculo afetivo com a literatura, já se manifestara décadas antes na leitura de João Ribeiro. Como Prata, Ribeiro também era um migrante. Nascido em Sergipe, transferira-se para o Rio durante a juventude em busca de oportunidades. Já consagrado como um dos intelectuais mais notáveis do país, Ribeiro, ao se deparar com *O Triunfo*, sente-se como quem retornara à sua terra natal, após anos de ausência. Em uma crítica reproduzida pelo Correio de Aracaju, ele registra:

Quando me dispus a ler o romance do Sr. Ranulfo Prata, *O Triunfo*, em cujas páginas se fala da pequenina terra em que nasci, pude sentir o contrário de amas irmãs que o destino dispersara (...) Alonguei também as minhas recordações até a infância, sob a magia destas páginas (RIBEIRO, 1918, p. 99-100).

Mais uma vez, é a hipotipose que opera o reencontro.

Considerações finais

Pelo menos no que diz respeito a Sergipe, os pesquisadores abraçaram Prata e sua obra como a de um parente próximo. Isso não significa dizer que o reconhecimento da dimensão estética esteja ausente, mas sim que ela caminha lado a lado com os afetos. Prata não é somente um escritor, mas também um escritor sergipano, e, por conseguinte, lagartense. O peso da identidade como uma das razões da releitura é inegável. De certa maneira, a produção de Prata converte-se a um símbolo local, capaz de evocar imagens, os costumes e a cultura de um mundo perdido.

Essa característica, contudo, não se restringe a Lagarto, mas reverbera igualmente em Santos, esta que havia sido a segunda casa do escritor. Como migrante, Prata tem sua identidade partilhada; é sergipano, não há dúvida, mas com *Navios Iluminados*, consolida-se como santista. É o que indicam tanto sua presença na Academia de Letras de Santos, as atitudes do prefeito Capistrano na década de 1990, quanto às memórias de Pereira.

Prata torna-se um personagem duplo, com uma identidade que flutua por diferentes localidades aonde reverberaram seus passos e

atos. A maneira pela qual podemos pensar sua obra se insere no seio dessas duas apropriações, que entre diálogo direto e indireto, consolidaram a obra pratiana entre o cânone. Desse modo, seu reconhecimento se torna parte de uma engrenagem que contempla a ação individual, mas não se detém nela.

Referências

Fontes

Entrevista

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. [Entrevista sobre sua trajetória e a ALL]. Entrevista concedida a Raul Teixeira via e-mail. Perguntas enviadas em 6 jun. 2025. Respostas recebidas em 29 jun. 2025. Transcrição em posse do autor.

IMPrensa E FORTUNA CRÍTICA

BUENO, Luís. Uma comovente ausência de lirismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1997. Caderno Mais!, p. 25. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/4/20/mais!/25.html> . Acesso em: 19 maio 2025.

BUENO, Silveira. Navios Iluminados (Apresentação à 2ª ed.). In: PRATA, Ranulfo. *Navios Iluminados*. São Paulo: Clube do Livro, 1946. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 190-194.

CARVALHO NETO, Paulo de. Um lugar para Ranulfo Prata (Contribuição bibliográfica). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 12, 1972. In: GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. EDISE, 2018.

CARVALHO NETO, Paulo de. O Comandante morreu, mas os navios continuaram iluminados. *Sergipe-Jornal*, Aracaju, 14. Jan. 1943. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 59-60.

CARVALHO NETO, Paulo de. Ranulfo Prata. *Folha da Manhã*. Aracaju, 7 jan. 1943. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 62-64.

CORREIO DE ARACAJU. Homenagem ao escritor Ranulfo Prata promovida pela "Mensagem" dos novos de Sergipe. Aracaju, 09 jan. 1943. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 57.

CORREIO DE ARACAJU. O Triunfo. Aracaju, 29 set. 1918. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 97-99.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Faleceu o escritor Ranulfo Prata. Aracaju, 28 dez. 1942. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 55-56.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Homenagem prestada à memória do Escritor Ranulfo Prata. Aracaju, 15 jan. 1943. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 60-62.

FOLHA DA MANHÃ. Mensagem a Ranulfo Prata. Aracaju, 13 jan. 1943. In: GILFRANCISCO (org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 58.

RIBEIRO, João. Um romancista sergipano. 1918. In: GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 99 e 103.

TORRES, Acrísio. Ranulfo e o Mal de Lázaro. *Gazeta de Sergipe*, Aracaju, 10 jun. 1978. In: GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. EDISE, 2018. p. 123-124.

Sites, blogs e mídias digitais

ATANES, Alessandro. De esquecido a clássico: a trajetória do romance *Navios Iluminados*. *Esquinas do Mundo* (blog), 6 fev. 2018. Disponível em: <https://alessandroatanes8.wixsite.com/esquinasdomundo/single-post/2018/02/06/de-esquecida-a-cl-c3-a1ssico-a-trajet-c3-b3ria-do-romance-navios-iluminados> . Acesso em: 19 mai. 2025.

ATANES, Alessandro. *Navios Iluminados*. *Notas do Atanes* (blog), [s.d.]. Disponível em: <https://notasdoatanes.substack.com/p/navios-iluminados> . Acesso em: 19 mai. 2025.

BARRETO, Luiz Antônio. Sergipanidade, um conceito em construção. *Infonet*, 10 jun. 2011. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/sergipanidade-um-conceito-em-construcao/>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CARDOSO, Marcos. Gilfrancisco dá voz aos esquecidos. *Infonet*, Aracaju, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/gilfrancisco-da-voz-aos-esquecidos/> Acesso em: 19 mai. 2025.

CJE. EDUSP e Com-arte lançam o romance *Navios Iluminados* de Ranulfo Prata. *Youtube*, 6 out. 2015. 16 min 17 s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtaOmXM8fXA> Acesso em: 14 set. 2024.

COSTA, Francisco. Coleção Reserva Literária amplia seu alcance. *Jornal da USP*, São Paulo, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/colecao-reserva-literaria-amplia-seu-alcance/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Entrevista concedida a: Marcos Peris. *Lagarto Notícias*, Lagarto, 21 ago. 2016. Disponível em: <https://www.lagartonicias.com.br/2016/08/21/claudefranklin-monteiro-todos-os-livros-e-escritos-que-ja-fiz-na-minha-vida-sao-como-filhos-e-com-filhos-nao-podemos-ter-prediletos/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

NACOS DE LIVROS. Naco de Ranulfo Prata (por Alessandro Atanes). *Youtube*, 24 abr. 2016. 15 min 58 s. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RC1wuzmdQ-M>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PALÁCIO MUSEU OLÍMPIO CAMPOS. Primeira edição do projeto 'Personalidades sergipanas', homenageia Mário Cabral, 13 abr. 2016. Disponível em: https://palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/detalhe_noticia.jsp?id=174 . Acesso em: 7 jul. 2025.

PASCOAL, Domingos. A hora e a vez dos grupos de saberes locais. *Infonet*, 18 ago. 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/a-hora-e-a-vez-dos-grupos-de-saberes-locais/> . Acesso em: 20 mai. 2025.

PASCOAL, Domingos. O papel das academias literárias no século XXI. *Infonet*, Aracaju, 29 ago. 2017. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/o-papel-das-academias-literarias-no-seculo-xxi/> . Acesso em: 20 mai. 2025.

PAULOPASSOS726. Comentário em: EDUSP e Com-arte lançam o romance *Navios iluminados* de Ranulfo Prata. *YouTube*, 6 out. 2015.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtaOmXM8fXA> . 16 min 17 s. Comentário publicado em: 2023. Acesso: 7 jul. 2025.

Portal UFS. UFS concede título de Doutor Honoris Causa ao jornalista, pesquisador e professor Gilfrancisco. 19 maio 2022. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/69565-ufs-concede-titulo-de-doutor-honoris-d-ao-jornalista-pesquisador-e-professor-gilfrancisco> . Acesso em: 20 mai. 2025.

SÁ, Fernando Antônio de Araújo. Gilfrancisco: Contribuições para a história cultural em Sergipe. *Jornal do Dia*, Aracaju, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://jornaldodiase.com.br/gilfrancisco-contribuicoes-para-a-historia-cultural-em-sergipe/> . Acesso em: 20 mai. 2025.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. Gilfrancisco e o resgate da memória cultural Bahia/Sergipe. *O arquivo de Renato Suttana (blog)*, 2 set. 2006. Disponível em: <https://www.arquivors.com/angelosoares1.htm> . Acesso em: 20 mai. 2025.

TURISMO EM SANTOS. Poemas e romances contam a história do Porto de Santos. *Turismo em Santos – SP*, 21 mar. 2013. Disponível em: <https://santoturismo.wordpress.com/2013/03/21/poemas-e-romances-contam-a-historia-do-porto-de-santos/> . Acesso em: 19 mai. 2025.

Obras reeditadas de ranulfo prata em sergipe

PRATA, Ranulfo. *A longa estrada: contos*. Aracaju: EDISE, 2023.

PRATA, Ranulpho. *O triunfo: edição comemorativa do centenário*. Aracaju: EDISE, 2019.

Bibliografia

BARROS, Cleverton de. Literatura e sofrimento: um olhar médico sobre a 'vida'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 1025–1040. abr, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386138078014> Acesso em: 16 mai. 2025.

DANTAS, Beatriz Góis. Apresentação. In: PRATA, Ranulpho. *O triunfo: edição comemorativa do centenário*. Aracaju: EDISE, 2019. p. 13-19.

DANTAS, Beatriz Góis. Lagarto na obra de ficção de Ranulfo Prata. 2017. In: *Revista da Academia Lagartense de Letras*, v.1, n.1, out. 2017. p. 29-37.

GILFRANCISCO. Algumas palavras iniciais. In: GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 21-22.

GILFRANCISCO (Org.). Ranulfo Prata, adormecido nas estantes. *Revista Ícone*, ano 4, n. 17, ago./set. 2011. In: GILFRANCISCO. *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 31- 53.

GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018.

MONTEIRO, Claudefranklin. Nota do editor. In: PRATA, Ranulpho. *O triunfo: edição comemorativa do centenário*. Organização de BEATRIZ GÓIS DANTAS, Claudefranklin Monteiro Santos, Paulo Andrade Prata. Aracaju: EDISE, 2019. p. 7.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Prefácio: Ranulfo Prata, de médico a imortal. In: GILFRANCISCO (Org.). *Ranulfo Prata: Vida & Obra*. Aracaju: EDISE, 2018. p. 23-28.

PEREIRA, Alessandro Alberto Atanes. *História e literatura no porto de Santos: o romance de identidade portuária 'Navios Iluminados'*. 2008. 151f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30092008-145514/publico/DISSERTACAO_ALESSANDRO_ALBERTO_ATANES_PEREIRA.pdf Acesso em: 19 mai. 2025.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201> Acesso em: 12 jul. 2025.

PRADO, Thiago Martins. O uso da contradição no discurso do historiador Gilfrancisco para reescrever a literatura sergipana. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, Brasil, n. 18, p. 217–226, 2018. Disponível em: <https://revistas.usp.br/teresa/article/view/143697> . Acesso em: 19 mai. 2025.

POEMAS

A ARTE DA LITERATURA NOS ESTUDOS PELA PAZ

Jane Guimarães¹

Reflexões Filosóficas
sobre os Estudos para a Paz
acordos e tratados ao longo da história,
reflexões filosóficas,
relação com as ciências jurídicas,
políticas sociais e biológicas
em seu sentido mais amplo.
Estudos para a paz
uma área interdisciplinar,
constrói um novo futuro,
envolvendo os direitos sociais,
civis e políticos, estabelece a união
dos direitos com a máxima proteção.
Há até a diplomacia internacional
de um Programa das Nações Unidas.
“Se queres a Paz, conheça a Guerra”,
análises são feitas ...
é preciso conhecer para reconhecer
e descobrir o que está em um cenário mundial.
Pessoas educam um mundo de competições
e este é o princípio da guerra.
Das Reflexões Filosóficas e Estudos para a Paz,
a Paz é um processo inacabado.

¹ Academia Sergipana de Letras.

PACIÊNCIA

Mariana Assunção Ralim Santos¹

Paciência para viver, aprender
Sonhar e escutar
Viver grandes histórias
Momentos difíceis

Alegrias constantes
Sorrisos verdadeiros
Viver o que era um sonho
Que morava no coração
E traz uma luz reluzente
No futuro Frutuoso

¹ Nascida em Aracaju, Sergipe. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Sergipe. Possui poesias publicadas no Sarau Coletânea de Poemas, Volume 2, Editora Courier Brasil com o poema "Vida Serena", no Livro Diário do Escritor 2025, pela Litteris Editora com o poema "As lágrimas" e no Poetize 2024, Seleção Poesia Brasileira, Antologia Poética com o poema "Ventania", pela Vivara Editora Nacional

Revista da Academia Sergipana de Letras

N. 17 - 20.10.2025

Dossiê Parafusos

Publicação Oficial

Academia Lagartense de Letras

Formato 17cm x 25 cm

Tipologia Calibre

Páginas 216

